

WILLIAM FERNANDES BERNARDO

**PLURIATIVIDADE ENTRE PRODUTORES DE LEITE DE
GUIRICEMA E UBÁ: REFLEXÕES PARA A AÇÃO
EXTENSIONISTA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2009

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

B523p
2009
Bernardo, William Fernandes, 1965-
Pluriatividade entre produtores de leite de Guiricema e
Ubá : reflexões para a ação extensionista / William Fernandes
Bernardo. – Viçosa, MG, 2009.
xvi, 159f.: il. (algumas col.) ; 29cm.

Inclui anexos.

Orientador: José Norberto Muniz.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 132-136.

1. Leite - Produção - Aspectos sociais. 2. Leite - Produção -
Aspectos econômicos. 3. Leite - Produção - Zona da Mata
(MG : Mesorregião). 4. Agricultura em tempo parcial.
5. Agricultura familiar. 6. Famílias rurais. 7. Extensão rural.
I. Universidade Federal de Viçosa. II Título.

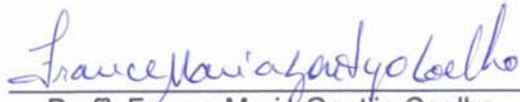
CDD 22.ed. 637.1

WILLIAM FERNANDES BERNARDO

**PLURIATIVIDADE ENTRE PRODUTORES DE LEITE DE
GUIRICEMA E UBÁ: REFLEXÕES PARA A AÇÃO
EXTENSIONISTA**

Dissertação apresentada à Universidade
Federal de Viçosa, como parte das
exigências do Programa de Pós-Graduação
em Extensão Rural, para obtenção do título
de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 27 de julho de 2009.



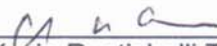
Prof^ª France Maria Gontijo Coelho



Prof. Carlos Antônio Moreira Leite



Pesq. Hermenegildo de Assis Villaça



Pesq. Sérgio Rustichelli Teixeira



Prof. José Norberto Muniz
(Orientador)

“Os filhos saem tudo [da roça], só sobra um bobo.
Hoje os filhos só vêm pra passear, refrescar da zueira.”

(produtor de leite)

“Disse pro meu filho: pode rachar fora!
A gente fica porque a gente não tem estudo e não tem nada.”

(produtor de leite)

“Povo da roça tá vivendo porque tá aposentado. Você não acha
um companheiro pra trabalhar. Na roça não tá ficando ninguém.

Os pobrezinhos tão indo pra rua e tão se virando.”

(produtor de leite)

“É herói o cara que conseguir carregar uma menina
prá [morar na] roça. Ou ela tem que ser muito apaixonada
ou ele tem muito dinheiro. Sei lá, véi!”

(filho de produtor de leite que trabalha com atividade não-agrícola)

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Viçosa e ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural por permitir meu retorno à universidade após dezessete anos da conclusão da graduação.

À Embrapa pela confiança em mim e pelo investimento que faz nas pessoas, instituição à qual sou empregado e que financiou meu curso de mestrado.

À dedicação, cuidado e presteza do professor José Norberto Muniz, meu orientador. Aos professores do curso pelas aulas, textos e reflexões tão importantes para minha carreira profissional e para mudanças no meu modo de pensar e agir na vida cotidiana.

À minha esposa Azussa pelo apoio a este meu ‘projeto de vida’ e ao esforço diário em cuidar de nossos filhos em Juiz de Fora, especialmente no período de um ano e meio em que residi sozinho em Viçosa, MG, para fazer o curso. Aos meus filhos Tammy e Eric, de onze e quatro anos, que espero a compreensão pela minha ausência de casa durante um ano e meio. Tantas lágrimas, tantas partidas e tantas chegadas.

Ao Marne, Fábio, Rodolpho e Sérgio amigos da Embrapa Gado de Leite que tanto me incentivaram e ajudaram durante o mestrado. Ao Hermenegildo, meu conselheiro acadêmico que se dedicou e me acompanhou em todas as fases do mestrado, desde a concepção do projeto para a Embrapa até a defesa na UFV. Aos membros do Comitê Técnico Interno da Embrapa Gado de Leite e aos chefes dessa Unidade, em especial Carlos Eugênio e Rui, que me permitiram finalizar as correções dessa dissertação durante o expediente de trabalho. Ao Carlos Moura pela ajuda na editoração e ao John pelo apoio incondicional nesse período.

Aos profissionais da Emater-MG, Helena Silva, Bernardino Cangussu Guimarães, Geraldo Magela Lourenço, Luiz Carlos de Oliveira Valente e Darci

Roberti, e do IBGE de Ubá, José Antônio Felipe e Waldor Andrade Neto, que me deram o acesso a documentos e expressaram opiniões tão valiosas para essa pesquisa.

Ao Gilberto, amigo de república, e aos amigos do mestrado que leram, discutiram e muito contribuíram com meus trabalhos de curso e com o projeto dessa dissertação. À Roseni Moura, pelas explicações no uso do SPSS. A amizade de todos os amigos de mestrado que se reunia nos trabalhos acadêmicos e também em festas, que foram tão importantes e imprescindíveis nesta fase.

Finalmente agradeço aos produtores de leite de Guiricema e Ubá e aos seus filhos pelo acolhimento e paciência em colaborar com esse trabalho acadêmico.

BIOGRAFIA

William Fernandes Bernardo nasce em Brasília, Distrito Federal, em 23 de julho de 1965, onde estuda até a 8ª série no Colégio Dom Bosco. De 1981 a 1983 cursa o ensino médio profissionalizante na Escola Agrotécnica Federal de Alegre, em Alegre, Espírito Santo.

Faz o curso de agronomia na Universidade Federal de Viçosa entre os anos de 1985 a 1990. Trabalha, em 1991, com pecuária de corte nos municípios de Pinheiros, no Espírito Santo, e em Niquelândia, Goiás.

No ano de 1992 atua como extensionista agropecuário na Emater-DF. Em 1993 e 1994 trabalha no Japão na posição de dekasegui junto com a esposa. Com as economias compra, no início de 1995, um sítio em Barbacena, MG, onde trabalha como pequeno produtor de frutas temperadas.

Ingressa na Emater-MG em novembro de 1997 e desempenha as funções de extensionista nos Municípios de Ipuiúna, Conselheiro Lafaiete, Ressaquinha e Alfredo Vasconcelos. Em 2002 inicia as atividades na Embrapa Gado de Leite, em Juiz de Fora, MG, como parte da equipe da Área de Comunicação e Negócios, onde está até a data presente.

Em 2007 inicia o curso de mestrado em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa, que conclui em 2009, ano em que dá início ao curso de graduação em ciências sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

SUMÁRIO

	Pág.
LISTA DE TABELAS.....	viii
LISTA DE FIGURAS.....	xi
ABREVIATURAS E SIGLAS.....	xiii
RESUMO.....	xiv
ABSTRACT.....	xvi
Capítulo 1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Definição do problema.....	3
1.2 Delimitação dos objetivos.....	3
Capítulo 2. METODOLOGIA.....	4
Capítulo 3. REFERENCIAL CONCEITUAL.....	12
3.1 A pluriatividade.....	12
3.2 “Desenvolvimentos” no meio rural.....	20
3.3 A prática intervencionista da extensão rural.....	24
Capítulo 4. DINÂMICAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DE GUIRICE- MA E UBÁ.....	28
4.1 Dinâmica populacional e econômica.....	29
4.2 Situação fundiária, diversificação agrícola e atividade leiteira.....	33
4.3 A renda rural e a ocupação nos estabelecimentos agropecuários.....	38

Capítulo 5. ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS.....	42
5.1 A produção agropecuária nas propriedades.....	42
5.2 Produtores e a continuidade da atividade agropecuária.....	48
5.3 A comercialização do leite.....	51
5.4 A falta de mão-de-obra nas propriedades e as implicações na sucessão da unidade produtiva	56
5.5 As fontes de renda das famílias.....	61
5.6 Outros residentes na propriedade: o afastamento das filhas do trabalho agrícola	68
5.7 FNA: residência, mobilidade, trabalho e renda.....	72
5.8 A pluriatividade nas famílias.....	82
Capítulo 6. ESTRATÉGIAS SOCIAIS DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS.....	92
6.1 Idade, escolaridade e renda.....	93
6.2 O projeto dos filhos: os significados do trabalho e do local de residência.....	97
6.3 O projeto dos pais para os filhos: a sucessão da unidade produtiva.....	103
6.4 Representações do trabalho e do local de residência pelos produtores rurais.....	108
Capítulo 7. A EXTENSÃO RURAL NOS MUNICÍPIOS.....	112
7.1 Recursos disponíveis e a assistência técnica dos escritórios da Emater-MG de Guiricema e Ubá.....	112
7.2 Desenvolvimento rural e dinâmica social de jovens rurais, na visão dos técnicos da Emater-MG.....	116
7.3 O Projeto Transformar da Emater-MG: ações voltadas à permanência de jovens rurais no campo.....	121

CONCLUSÕES.....	127
SUGESTÕES PARA NOVAS PESQUISAS.....	131
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	132
APÊNDICE.....	137
Questionário para técnicos da Emater-MG.....	137
Questionário para produtores de leite.....	149
Questionário para filhos de produtores de leite que trabalham com atividades agrícolas (FA).....	155
Questionário para filhos de produtores de leite que trabalham com atividades não-agrícolas (FNA).....	157
ANEXO – Plano Diretor de Ubá.....	159

LISTA DE TABELAS

Nº		Pág.
1	Parentes dos produtores de leite envolvidos na pesquisa.....	10
2	Distribuição da população nos distritos de Guiricema. 1991 a 2000.....	30
3	Distribuição da população nos distritos de Ubá. 1991 a 2000.....	31
4	Produto Interno Bruto. Guiricema e Ubá. 2006.....	31
5	Estrutura empresarial. Guiricema e Ubá. 2006.....	32
6	Área de lavouras permanentes em hectares. Guiricema e Ubá. 2006....	35
7	Área de lavouras temporárias em hectares. Guiricema e Ubá. 2006.....	35
8	Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários por laço de parentesco com o produtor. 1996 e 2006.....	40
9	Alimentos fornecidos para vacas em lactação na época da seca.....	44
10	Variação no tamanho dos rebanhos das propriedades nos últimos anos, segundo os produtores.....	48
11	Tendências sobre a atividade leiteira por localidade de residência.....	49
12	Formas de comercialização do leite.....	52
13	Preço recebido (R\$/litro de leite) pelos produtores.....	53
14	Preço do leite (R\$/litro) recebido pelo produtor em função do tipo de comercialização.....	54
15	Parentes dos produtores que trabalhavam nas propriedades.....	59
16	Produtores participantes da pesquisa que não se enquadram como “pequenos produtores” pelos critérios do Pronaf.....	60
17	Classificação dos produtores pela renda bruta anual da atividade leiteira.....	62

Nº		Pág.
18	Classificação dos produtores pela renda bruta anual da atividade agropecuária (renda do leite somada a outras rendas agropecuárias).....	63
19	Classificação dos produtores pela renda bruta anual da atividade agropecuária somada às aposentadorias.....	64
20	Classificação dos produtores pela renda bruta anual da atividade agropecuária somada a aposentadorias e a outras rendas.....	65
21	Percentual de participação na renda bruta total da atividade leiteira, outros produtos agropecuários, aposentadorias e outras rendas.....	66
22	Renda bruta anual média dos produtores.....	67
23	Parentes residentes com os produtores de leite e sem envolvimento com as atividades agrícolas das propriedades.....	69
24	Número de parentes com as respectivas rendas mensais.....	70
25	Escolaridade dos parentes residentes na propriedade sem envolvimento na agropecuária da propriedade.....	71
26	Local de residência atual dos FNA que moram em “outra cidade”.....	72
27	Local de residência atual do FNA em função da procedência.....	73
28	Veículos utilizados pelos filhos de produtores de leite.....	75
29	Tipo do trabalho do FNA.....	76
30	Renda de FNA em função do local de residência, escolaridade e tipo de serviço.....	81
31	Familiares que contribuem com rendas não-agrícolas para as famílias de produtores de leite.....	84
32	Renda, parentesco, idade e escolaridade de parentes responsáveis pelo ingresso de recursos não-agrícolas nas famílias dos produtores de leite...	86
33	Aspectos da dinâmica familiar das sete famílias que possuem renda agrícola e renda não-agrícola.....	89
34	Escolaridade dos produtores, FA e FNA.....	94
35	Renda mensal dos filhos em função da escolaridade.....	96

LISTA DE FIGURAS

Nº		Pág.
1	Localização da Zona da Mata Mineira (em amarelo): no Estado de Minas Gerais, na Região Sudeste, no Brasil.....	11
2	Croquis de Guiricema e Ubá com a localização dos distritos (marcados com caixas) e as comunidades participantes da pesquisa...	11
3	Foto com a vista parcial da estrada municipal que sobe a serra para dar acesso à comunidade (“longe”) de Ubari, em Ubá.....	12
4	População de Guiricema. 1950 a 2007.....	29
5	População de Ubá. 1950 a 2007.....	30
6	Situação fundiária. Guiricema e Ubá. 1996.....	33
7	Uso da terra por atividade agropecuária. Guiricema e Ubá. 1996.....	34
8	Produção de leite e número de vacas ordenhadas em Guiricema. 1974 a 2006.....	36
9	Produção de leite e número de vacas ordenhadas em Ubá. 1974 a 2006.....	36
10	Produtividade das vacas ordenhadas. Guiricema e Ubá. 1974 a 2006	37
11	Produção de leite (mil litros/ano) segundo o tamanho da propriedade (ha).....	38
12	Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários (pessoas). Guiricema e Ubá.....	39
13	Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários (percentual). Guiricema e Ubá.....	40
14	Correlação entre idade do produtor e a disposição em aumentar, manter, diminuir ou parar de produzir leite.....	50

Nº		Pág.
15	O uso da roçadeira costal motorizada.....	57
16	Distância da residência atual do FNA à propriedade dos pais em função da origem (Guiricema ou Ubá, “perto” ou “longe”.....	74
17	Correlação entre a renda e o local de residência dos FNA (‘na propriedade’, ‘na cidade-sede do município’ ou ‘em outra cidade’)....	78
18	Correlação entre a renda e a idade dos FNA.....	78
19	Correlação entre a renda dos FNA e a distância de sua residência atual à propriedade dos pais, em quilômetros.....	79
20	Correlação entre a renda e o tempo de serviço, em anos, dos FNA.....	79
21	Correlação entre a renda e tipo de serviço dos FNA.....	80
22	Correlação entre a renda e a escolaridade dos FNA.....	80

ABREVIATURAS E SIGLAS:

Abreviaturas:

FA – filhos(as) de produtores de leite que trabalham em atividades agrícolas

FNA – filhos(as) de produtores de leite que trabalham em atividades não-agrícolas

Siglas:

Abcar – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural

Acar – Associação de Crédito e Assistência Rural

Emater-MG – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais

Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PIB – Produto Interno Bruto

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SPSS – Statistical Package for Social Sciences

RESUMO

BERNARDO, William Fernandes. M.Sc. Universidade Federal de Viçosa, julho de 2009. **Pluriatividade entre produtores de leite de Guiricema e Ubá: reflexões para a ação extensionista.** Orientador: José Norberto Muniz. Coorientadores: Ana Louise de Carvalho Fiúza e José Ambrósio Ferreira Neto.

Essa dissertação estuda o fenômeno da pluriatividade em famílias de produtores de leite de dois municípios mineiros, Guiricema e Ubá, como forma de conhecer as recentes transformações socioeconômicas que ocorrem no meio rural, bem como a ação extensionista em face dessas mudanças. Para isso investiga-se a dinâmica socioeconômica local, as estratégias produtivas e de reprodução social de famílias de produtores de leite e a atuação da Emater-MG. Estudos recentes indicam que as famílias agrícolas têm buscado formas complementares de renda, por meio da inserção de um ou mais membros da família no mercado de trabalho não-agrícola. O múltiplo ingresso de rendas na família agrícola denomina-se pluriatividade, noção que toma corpo a partir da década de 1980, substituindo o termo *part-time farming*, ou “agricultura em tempo parcial”. Para o presente trabalho, foi feito um levantamento com 32 produtores de leite e 49 filhos de produtores de leite dos dois municípios, a fim de se verificar a ocorrência e a importância da pluriatividade nessas famílias. Os resultados da pesquisa indicam que há baixa ocorrência da pluriatividade nas famílias investigadas, o que sinaliza, principalmente, que os filhos de produtores que trabalham com atividades não-agrícolas tem projetos individuais e urbanos, e não projetos familiares e agrícolas. O esvaziamento populacional do meio rural verificado nos municípios decorre, dentre outros fatores, da falta de infraestrutura rural, da baixa rentabilidade e do tipo de trabalho agrícola. Como conseqüência do despovoamento, observa-se pouca disponibilidade de mão-de-obra para a agricultura, problemas de sucessão produtiva nas propriedades e a introdução de novas culturas agrícolas e equipamentos poupadores de trabalho. Esse contexto

produtivo e social dinâmico sinaliza novas demandas para a extensão rural. Contudo, as evidências desse estudo apontam que a extensão rural não modificou suas práticas em função das transformações que ocorrem no meio rural e que a ação extensionista ainda se aproxima dos modelos de “desenvolvimento agrícola” ou “rural”, e não dos modelos de “desenvolvimento local” ou “endógeno”. A fim de melhor compreender essas transformações no meio rural, essa pesquisa segue o balizamento teórico de pluriatividade proposto por Carneiro (2006).

ABSTRACT

BERNARDO, William Fernandes. M.Sc. Universidade Federal de Viçosa, March, 2009. **Pluriactivity among milk producers from Ubá and Guiricema: reflections for the rural extension action.** Adviser: José Norberto Muniz, Co-advisers: Ana Louise de Carvalho Fiúza and José Ambrósio Ferreira Neto.

This dissertation examines the phenomenon of pluriactivity in dairy farmers' families from two cities, Guiricema and Ubá, located in Minas Gerais State, as a way to comprehend the recent socioeconomic changes occurring in rural areas, and the extension action in the face of these changes. For this, it examines the local social dynamics, the strategies of production and social reproduction of dairy farmers' families and the role of Emater-MG. Recent studies indicate that agricultural households have sought additional forms of income, through the insertion of one or more family members in the non-agricultural work market. The multiple entry of agricultural income in the family is called pluriactivity, concept introduced in 1980s, replacing the term "part-time farming". For this dissertation, a survey was done with 32 milk producers and 49 milk producers' sons from the two municipalities, to verify the occurrence and importance of pluriactivity in those families. The research results indicate low occurrence of pluriactivity in families investigated, that signals, mainly, children of producers who work with non-agricultural activities has individual and urban projects, but not family and agricultural projects. The rural population migration identified in Guiricema and Ubá runs, amongst other factors, because lack of rural infrastructure, the low profitability and the type of agricultural work. As a consequence of depopulation, there is limited availability of labor person for agriculture, problems of production succession in the properties and the introduction of new crops and sparing work equipment. That productive and social dynamic context signals new demands to rural extension. However, the evidence of this study suggest that the extension did not change their practices in light of the changes that

occur in rural areas and that the extension action is still approaching models of "agricultural" or "rural development" and not models of "local" or "endogenous development". In order to better understand these changes in rural areas, this research follows the pluriactivity principles proposed by Carneiro (2006).

Capítulo 1. INTRODUÇÃO

O setor rural brasileiro vivencia um importante fenômeno que precisa ser mais bem compreendido de forma a melhor orientar políticas públicas para esse setor. Os empregos não-agrícolas em zonas rurais podem estar viabilizando a permanência de moradores dessas regiões, bem como aumentando o nível de renda familiar (SILVA, 1997; SCHNEIDER, 2003). Ou seja, famílias de agricultores estão diversificando suas fontes de renda para permitir sua reprodução social e até mesmo obter recursos externos para investir na agricultura. Essas rendas extras podem vir da intensificação do uso do solo disponível, pelo policultivo agrícola, ou da combinação de rendas agrícolas com outras rendas não-agrícolas (dentro ou fora da propriedade), pela pluriatividade.

Nessa perspectiva, o espaço rural deixa de ser apreendido somente pela ótica do setor agrícola, mas pelo espaço que possui novas funções e oferece novas ocupações, tais como aquelas reconhecidas como exclusivamente urbanas (ABRAMOVAY, 2003). Pesquisas nas regiões rurais do Brasil e de outros países têm mostrado mudanças econômicas, sociais e culturais importantes para reposicionar esses locais no contexto do desenvolvimento. Instituições públicas que atuam no meio rural, como as empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural (Emater), defrontam-se com uma realidade rural cada vez mais marcada por traços urbanos. Dessas instituições, bem como das universidades e dos centros de pesquisa, são demandados outros conhecimentos e ações que reconheçam a multiplicidade de funções dos locais e das pessoas aí residentes.

Com esta orientação, a noção de pluriatividade contribui para a compreensão de um contexto local diverso pela revelação de componentes que induzem essas dinâmicas. Para isso, a orientação pela pluriatividade implica estudo de duas vertentes correlacionadas: da dinâmica do contexto socioeconômico local e das estratégias sociais e produtivas das famílias que diversificam suas rendas em função das mudanças nesses locais (SCHNEIDER, 2003; CARNEIRO, 2006). Para conhecer a ocorrência da pluriatividade, é necessário investigar se a apropriação das rendas ocorre em nível coletivo ou individual, avaliar o número de membros e o ciclo demográfico familiar, escolaridade, tamanho da propriedade, sucesso da atividade agrícola, projeto para os filhos (sucessão familiar), dentre outros fatores.

O pressuposto é de que, em se tratando da reprodução social, a pluriatividade ocorre como alternativa à estagnação ou ausência de perspectivas produtivas envolvendo os segmentos sociais rurais. Sob este pressuposto, têm-se na Zona da Mata Mineira, com exceção de Ubá, condições de estagnação na economia persistentes desde a crise do café nas primeiras décadas do século XX (FIGUEIREDO; DINIZ, 2000). Sob este condicionante, é possível supor que a pluriatividade seja mais recorrente em Ubá que nos municípios vizinhos, como Guiricema.

Para ilustrar a pressuposição de estagnação na Zona da Mata Mineira, Bressan et al. (2001) enunciam que essa região se destaca como a segunda do Estado a apresentar a maior redução do número de estabelecimentos voltados à produção de leite de 1985 a 1996, perdendo apenas para a região metropolitana de Belo Horizonte. Apesar de ganhos de produtividade do rebanho (litros/vaca/ano) e do estabelecimento (litros/estabelecimento/dia) em todo o Estado, a Zona da Mata Mineira mostrou, no mesmo período, o segundo menor crescimento, ficando atrás apenas da região do Vale do Jequitinhonha.

Ainda assim, a importância da produção de leite na Zona da Mata Mineira se evidencia pelo envolvimento de 132.869 pessoas (dados de 1996) em pecuária, seja como atividade única ou mista (pecuária e lavoura) (IBGE, 2009a). Esse montante significa que, naquele ano, 44% do total de pessoas ocupadas na agropecuária na região trabalhavam com pecuária, atividade que é essencialmente voltada ao leite nessa região. A importância social e econômica da pecuária na Zona da Mata Mineira teria surgido ainda no século XVIII com a finalidade de abastecer os centros mineradores diante da seca que se abatera sobre o rebanho bovino da Bahia, fornecedor de carne da época (PRADO JÚNIOR, 2006). Ainda para esse autor, no final daquele século e início do século XIX, teria iniciado a produção de leite na região, cujos produtos derivados eram comercializados no Rio de Janeiro. Essa produção e comércio se realizam ainda hoje praticamente nos mesmos moldes daquela época (GIOVANINI, 2006; MARTINS & SILVA, 2003; VIEIRA, LUSTOSA & YOSHIZAKI, 2003).

Apesar dessa importância econômica e sociocultural, os dados a respeito da dinâmica leiteira na Zona da Mata Mineira indicam haver limitações para aumentos de produção em propriedades de leite. Esse fato ocorre em grande medida pela não-incorporação de tecnologias para aumento na escala de produção, especialmente pela

não-utilização de máquinas, insumos, pastagens e animais mais produtivos. Por conseguinte, a falta de investimentos nesses itens, que são uma possibilidade dos grandes produtores inseridos no agronegócio estruturado do leite, define uma dinâmica que os pequenos produtores tornam-se excluídos.

1.1 Definição do problema

Diante da dinâmica de exclusão de propriedades leiteiras do processo de ganhos de produtividade, a questão empírica que sobressai é como e porque os produtores de leite da Zona da Mata Mineira estariam se envolvendo com outras atividades agrícolas e não-agrícolas para complemento de renda e sua manutenção no meio rural. Quais seriam as rendas não-agrícolas e a importância relativa dessas outras ocupações com relação à atividade leiteira nas famílias desses produtores? Caso contrário, outra possibilidade emerge, qual seja, se há a constatação de envolvimento em outras atividades, como seriam os projetos de continuidade da produção agropecuária, especialmente considerando-se a tradição da atividade leiteira na região?

Esta abordagem em nível de famílias de produtores pode ser mais compreensiva se ela se estende à comparação entre municípios, permitindo a identificação das diferenças significativas entre municípios “dinâmicos” e “estagnados” com relação à ocorrência da pluriatividade. A questão passa a ser a identificação da dinâmica regional e familiar que caracteriza o novo modo de desenvolver os atores e atividades rurais que levariam ao aumento da renda, emprego e permanência no campo. Não obstante à constatação dessas tendências empíricas, elas passam a se constituir em referências que possam ser utilizadas pelas instituições, especialmente de ensino e de pesquisa, que intervêm nessa área, visando à reorganização de suas proposições.

1.2 Delimitação dos objetivos

A compreensão da estrutura e organização empírica dos processos pluriativos permite alcançar dois objetivos gerais: a) identificar as discrepâncias ou

similaridades entre a concepção teórica e empírica de sua ocorrência para, em função dessa identificação, b) identificar as estratégias produtivas, econômicas e sociais de famílias de produtores de leite associadas à ocorrência da pluriatividade, e a ação extensionista sob a referência desses parâmetros. Para alcançar esses objetivos, os propósitos específicos se restringem a:

- a) Diagnosticar os sistemas produtivos das propriedades investigadas;
- b) Identificar as estratégias produtivas, econômicas e sociais das famílias de produtores de leite associadas à ocorrência da pluriatividade;
- c) Comparar a concepção e proposições teóricas da pluriatividade com as trajetórias empíricas;
- d) Descrever a ação extensionista para o atendimento de demandas originadas das recentes transformações socioeconômicas do meio rural.

Capítulo 2. METODOLOGIA

A presente investigação utilizou o *survey* como delineamento da pesquisa. A coleta de dados foi realizada por questionários com questões abertas e fechadas aplicadas a extensionistas, a produtores e filhos de produtores de leite. Nesse processo empregaram-se também procedimentos que visavam à comparação para melhor evidenciar a ocorrência da pluriatividade entre os produtores de leite de Guiricema e Ubá. Essa comparação envolveu três grupos: 1) entre pessoas procedentes de Ubá e de Guiricema; 2) entre pessoas procedentes de “perto” e de “longe” das cidades-sede municipais, e 3) entre filhos que trabalham com atividades agrícolas (FA) e filhos que trabalham com atividades não-agrícolas (FNA). A primeira e a segunda comparação se referem à suposta diferença de oportunidade de trabalho não-agrícola à disposição das famílias rurais em função da proximidade de locais com maior ou menor oferta de trabalho. A terceira comparação tem por objetivo ressaltar determinadas características e apresentar diferenças entre os dois grupos de filhos de produtores de leite: FA e FNA.

No caso da comparação entre municípios, procurou-se retratar diferentes realidades socioeconômicas da Zona da Mata Mineira. O Município de Ubá foi escolhido por seu destaque econômico regional, conforme atesta estudo de

Figueiredo & Diniz (2000). Guiricema foi selecionado pelo critério de representatividade da região da Zona da Mata e pelo fato de possuir características importantes para a pesquisa, descritas a seguir. Inicialmente foram consideradas apenas as microrregiões da Zona da Mata Mineira sob influência socioeconômica do Rio de Janeiro: Juiz de Fora, Cataguases, Muriaé e Ubá (FIGUEIREDO; DINIZ, 2000). Esse critério visa dar maior uniformidade e coerência explicativa pelos elementos históricos e econômicos dos municípios. Juiz de Fora foi excluída pela grande influência que exerce nos municípios vizinhos, decorrente de sua exuberância econômica. Em seguida foram excluídos os municípios que faziam parte do Polo Moveleiro de Ubá (INTERSIND, 2008) e os discrepantes em termos de população (abaixo de 5 mil e acima de 11 mil habitantes). Os onze municípios restantes foram mais detalhadamente estudados (São Francisco do Glória, Senador Firmino, São Geraldo, Pirapetinga, Barão de Monte Alto, Laranjal, Volta Grande, Recreio, Guarani, Tombos e Guiricema). Guiricema foi escolhido entre os demais por critérios de pontuação a elementos considerados relevantes para a pesquisa, como o PIB municipal, número de propriedades leiteiras, número de pessoas ocupadas na agricultura (com e sem parentesco com o produtor) e diversificação agrícola.

A comparação entre moradores residentes “perto” e “longe” das cidades-sede municipais se deu em função da sugestão da professora do CPDA/UFRRJ, Maria José Carneiro, por ocasião da discussão dessa dissertação em sua visita ao Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa em 16/5/2008. Para ela, a distância entre a propriedade rural (residência da família agrícola) e a cidade-sede do município poderia significar diferentes oportunidades de trabalhos não-agrícolas aos membros das famílias agrícolas. Para controlar a variável interveniente *distância*, a comparação “perto” e “longe” foi incluída na pesquisa.

A terceira comparação, entre FA e FNA, se mostrou importante para compreender os diferentes aspectos a respeito desses filhos, como renda, escolaridade, idade, projetos de residência rural/urbana e trabalhos agrícolas/não-agrícolas.

Uma vez definidos os municípios da pesquisa, foram coletados os dados secundários que pudessem contextualizar o ambiente socioeconômico local. Esses dados foram obtidos diretamente no site do IBGE e junto à agência regional do Instituto, em Ubá, responsável pelos dados dos Municípios de Guiricema e de Ubá. Funcionários dessa agência permitiram, a partir do mapa do escritório, a elaboração

de croquis orientadores que foram empregados no deslocamento do pesquisador no meio rural de Guiricema e Ubá.

Para a composição das amostras da pesquisa – grupos de produtores de leite e grupos de filhos de produtores de leite – foram associadas duas técnicas: o uso de informantes privilegiados ou *experts* (como os técnicos da Emater-MG pelo conhecimento e inserção que possuem junto aos produtores rurais) e a amostragem pela técnica de ‘bola de neve’.

Na primeira técnica de formação das amostras, os técnicos da Emater-MG indicaram as comunidades rurais “perto” e “longe” das cidades-sede onde a pecuária de leite fosse expressiva e houvesse famílias de produtores de leite pluriativas.

Uma vez identificados os municípios e as comunidades rurais nas quais se realizariam as investigações, a técnica “bola de neve” foi empregada para identificar as famílias de produtores de leite que possuíam filhos(as) trabalhando em atividades não-agrícolas. Uma vez presente nas comunidades indicadas pelos *experts*, o pesquisador identificava as famílias portadoras das características importantes para a pesquisa com a seguinte pergunta informal ao produtor de leite: “O senhor possui filho ou filha que trabalha em outra atividade fora da agricultura?” Em caso afirmativo, solicitava-se a permissão para aplicar o questionário, se o momento e o local fossem oportunos. Para identificar outra família pluriativa, seguia-se outra pergunta informal: “O senhor conhece algum vizinho que também trabalha com pecuária de leite e possui filho ou filha trabalhando com atividade fora da agricultura?” Ou seja, a técnica de amostragem ‘bola de neve’ vale-se do conhecimento recíproco de forma a criar uma corrente de informantes até que se possa formar uma amostra da pesquisa. O processo termina (ou o tamanho das amostras é demarcado) quando os conteúdos das respostas são sistematicamente repetidos, ou seja, quando se esgotam as explicações mais importantes para o fenômeno estudado.

Para coletar informações de produtores e filhos de produtores, questionários foram elaborados com base na revisão teórica sobre pluriatividade que contemplam especialmente os trabalhos de Lamarche (1993), Brumer et al. (1993), Schneider (2003) & Carneiro (2006). A aferição desses questionários foi feita pela aplicação de pré-testes em Guiricema e Ubá, com os residentes “perto” e “longe” das cidades-sede. Assim, em Guiricema dois produtores e dois FNA procedentes de “longe”

responderam os questionários. Em Ubá, dois produtores de “longe” e dois de “perto”, bem como quatro FNA responderam os questionários nessa fase de pré-teste.

Os questionários aplicados a extensionistas ocorreu nos dias 26/9/2008 e 3/10/2008 em Guiricema e Ubá, respectivamente. Os pré-testes ocorreram nos dias 22 e 23/11/08 e os questionários definitivos nos dias 29/11 a 7/12/2008. Filhos de produtores de leite residentes em Juiz de Fora responderam os questionários nos dias 10, 16 e 17/12/08. Além de realizar a pesquisa com os filhos nas cidades de origem (Guiricema e Ubá), questionários foram aplicados em Juiz de Fora e de Visconde do Rio Branco. Além disso, outros três filhos residentes em Viçosa, Muriaé e Campinas participaram da pesquisa, uma vez que estavam na propriedade rural dos pais no momento da visita do pesquisador.

Como a atividade leiteira tem uma jornada de trabalho muito extensa, foi necessário deslocar diversas vezes a algumas propriedades, até que os produtores tivessem tempo para receber o pesquisador e responder os questionários. Para deixar o participante da pesquisa livre para emitir suas opiniões e também expressar informações de ordem pessoal, assegurou-se a eles o anonimato. Em decorrência desse compromisso, esse trabalho apresenta os participantes como anônimos ou codificados.

Algumas medidas foram tomadas para uniformizar os procedimentos de coleta de dados e para delimitar o campo dessa pesquisa. A aplicação dos questionários foi realizada sempre pelo mesmo investigador, como forma de controlar a variável interveniente relacionada à uniformidade na coleta dos dados (aumentar a fidedignidade). Além disso, a pesquisa reconhecia como local de exercício das atividades não-agrícolas a propriedade, a cidade-sede do município de origem e também outra cidade. Buscou-se, também, incluir filhos e filhas na pesquisa, de maneira que fosse possível conhecer determinados aspectos relacionados a gênero. Apesar da região da pesquisa ser tipicamente de “pequenos produtores” rurais (segundo critérios da SAF/Pronaf¹), não se optou por trabalhar exclusivamente com essa categoria, de modo a não restringir ainda mais o universo da pesquisa.

Outro procedimento adotado na pesquisa foi a opção pelo conceito de “filhos”, ao lugar de “jovens rurais”. Embora parte importante desse trabalho

¹ Assunto abordado com mais detalhe na Tabela 16 do subitem 5.4.

compreenda o horizonte de jovens rurais, aqui se utiliza o termo filhos, no plural, indicando rapazes e moças. Se a opção metodológica recaísse sobre o conceito de “jovens rurais”, seria necessário delimitar as amostras por faixas etárias. Abramo & Bianco (2008), por exemplo, trabalharam com a faixa de 15 a 24 anos no projeto “Perfil da juventude brasileira”. No entanto, para atender o objetivo da presente pesquisa, optou-se pela ênfase no envolvimento das pessoas com o trabalho e os significados em relação aos projetos individuais (agrícolas/não-agrícolas, rural/urbano), o que não solicita a restrição de uma faixa etária relativa à categoria de “jovem”. Os 49 filhos de produtores de leite que responderam os questionários têm entre 18 e 49 anos, sendo que desses, 17 filhos estão na faixa de 18 e 24 anos (espectro trabalhado por Abramo & Bianco, 2008) e 32 filhos estão na faixa de 25 a 49 anos. Ainda que se faça essa ressalva, os estudos sobre jovens rurais foram importantes referências para essa pesquisa.

Seguindo orientações de Selltiz et al. (1975, p. 288), os questionários (que continham perguntas fechadas e abertas) foram preenchidos de maneira a reproduzir com a máxima fidelidade possível as palavras pronunciadas pelas pessoas. Embora tornasse mais lento o preenchimento, estas respostas ganhavam em originalidade e qualidade, o que trouxe à dissertação um ganho importante, afastando de possíveis distorções decorrentes de anotações gerais de conteúdos das respostas. Além disso, o maior tempo despendido para a aplicação dos questionários para escrever as frases das pessoas representou economia de tempo pela eliminação da fase de transcrição, como ocorre em gravações de entrevistas. Ao final, cada questionário tinha questões fechadas marcadas, questões abertas e anotações dos comentários e explicações relacionadas às perguntas, apresentadas voluntariamente pelos entrevistados.

Os questionários aplicados aos técnicos da Emater-MG incluíram os escritórios locais de Guiricema (um zootecnista) e de Ubá (dois agrônomos). Aos produtores de leite foram aplicados 32 questionários, 17 em Guiricema e 15 em Ubá. Em Guiricema oito produtores possuíam suas propriedades “perto” e nove “longe” da cidade-sede do município. Em Ubá quatro moravam “perto” e 11 “longe”. Aos filhos de produtores foram aplicados 49 questionários, sendo 11 FA e 38 FNA. Dos 11 FA, seis eram de Guiricema e cinco de Ubá; três filhos eram originários de propriedades “perto” e oito “longe”. No grupo dos FNA, 20 eram de Guiricema e 18 de Ubá; 11 procediam de propriedades “perto” e 27 “longe”.

O maior tamanho da amostra dos FNA em relação aos FA se justifica pela maior importância dos primeiros em relação aos últimos. Os FNA possuíam rendas não-agrícolas que podiam ser apropriadas pelas famílias agrícolas, tornando-as famílias pluriativas. Além disso, os FNA eram portadores de informações importantes a respeito da racionalidade dos jovens que trocam a residência e o trabalho no meio rural pela vida urbana e pelo trabalho não-agrícola.

Finalizado o trabalho de aplicação dos questionários, elaborou-se o manual de codificação onde as respostas fechadas e abertas foram transcritas de modo a formar grupos de códigos numéricos. As variáveis contínuas (como distância, área, e renda) não foram categorizadas, de modo a não reduzir a sensibilidade da análise estatística, conforme orientam Dancey & Reidy (2006, p.27). As variáveis discretas (do tipo 'sim' ou 'não') e as variáveis categóricas (como escolaridade e parentesco) foram codificadas diretamente. As respostas das perguntas abertas foram agrupadas por similaridades em variáveis categóricas e, então, codificadas.

Uma vez elaborado um manual de codificação para cada questionário (do produtor e do filho do produtor), os códigos e os resultados foram inseridos no programa de computador SPSS – *Statistical Package for Social Sciences* (versão *SPSS 15.0 for Windows Evaluation Version*). Por meio desse programa foram elaborados relatórios, cruzamento de dados, testes estatísticos de correlação e de contraste entre médias.

Para analisar as informações de filhos e parentes de produtores de leite, essa pesquisa empregou duas bases de dados. A primeira, mais detalhada, é aquela decorrente dos questionários aplicados diretamente aos 11 FA e 38 FNA nos quais há registros de questões fechadas, abertas e comentários desses filhos. A segunda base de dados, maior, se refere aos questionários aplicados a 32 produtores onde há registros de todos os filhos e demais parentes residentes na propriedade. Nesse caso, há 105 parentes (Tabela 1) listados com informações sobre local de origem, idade, escolaridade, tipo de trabalho e renda. Análises estatísticas comparativas foram feitas a partir desses questionários dos produtores pelo fato de reunirem maior número de indivíduos e, assim, permitirem o uso de métodos estatísticos com maior poder de comparação.

Tabela 1. Parentes dos produtores de leite envolvidos na pesquisa¹.

Parentesco	Trabalha na propriedade com agropecuária		Trabalha em outra propriedade com agropecuária		Trabalha em atividade não-agrícola		Outro parente que mora na propriedade e que não trabalha com agropecuária	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Esposa	8	28,6	-	-	-	-	16	53,3
Filho	14	50,0	1	100,0	53	67,1	1	3,3
Filha	3	10,7	-	-	26	32,9	7	23,3
Genro ou nora	3	10,7	-	-	-	-	1	3,3
Outro parentesco ²	-	-	-	-	-	-	5	16,8
Total	28	100,0	1	100,0	79	100,0	30	100,0

¹Esses foram todos os parentes descritos nos questionários dos produtores. ²Eram irmãos (2), netos (2) e mãe (1) do produtor. Fonte: Dados dessa pesquisa.

Como apresentado anteriormente, um dos parâmetros dessa pesquisa comparativa é a distância entre a propriedade rural e a cidade-sede do município. Para esta pesquisa, “perto” da cidade-sede representa quatro quilômetros ou menos em Guiricema e um quilômetro ou menos em Ubá. “Longe” da cidade-sede significa 11 quilômetros ou mais em Guiricema e 13 quilômetros ou mais em Ubá. A dificuldade de locomoção, principalmente em função das condições precárias das estradas e a ausência de alguns aparelhos urbanos (telefone fixo e celular, hospital, banco, comércio, posto de gasolina, etc.) reforça a sensação de distância, tanto para o pesquisador quanto (e especialmente) para os moradores das áreas rurais.

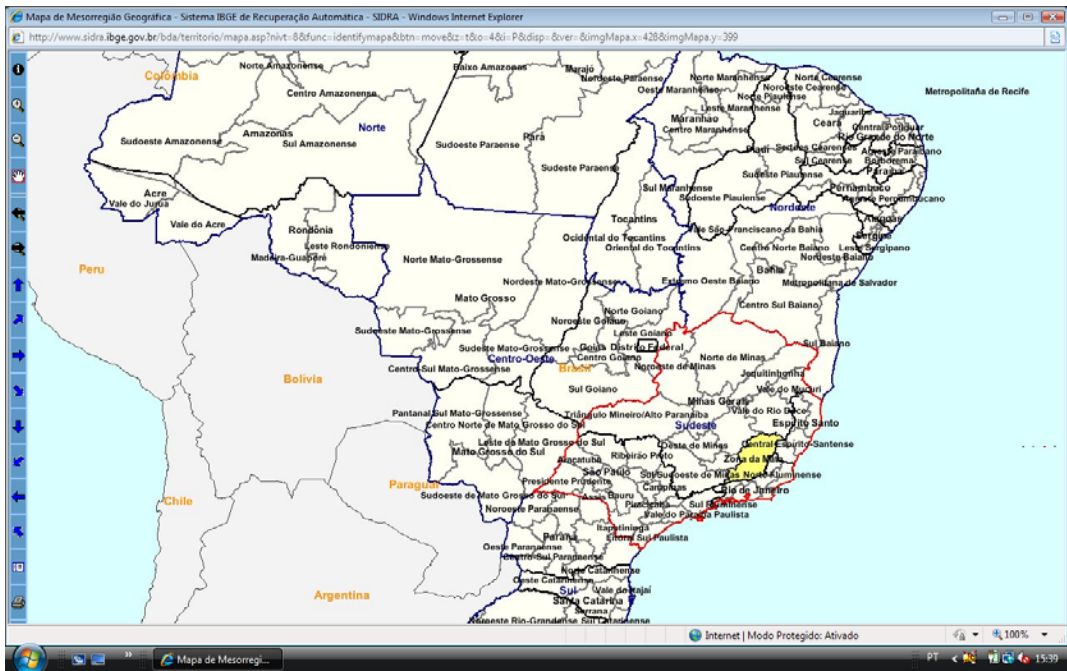


Figura 1 – Localização da Zona da Mata Mineira (em amarelo): no Estado de Minas Gerais, na Região Sudeste, no Brasil. Fonte: IBGE (2009a).

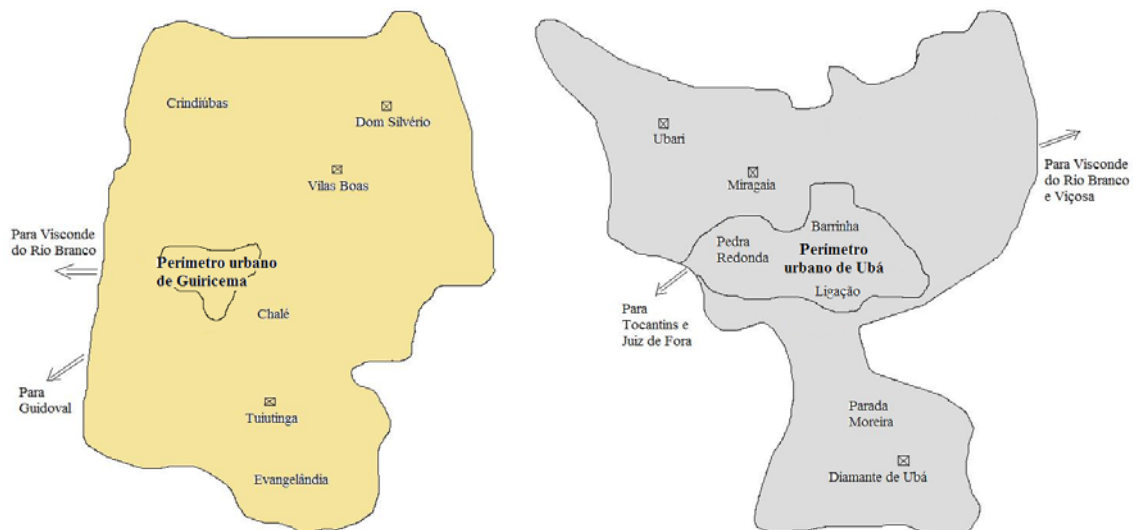


Figura 2. Croquis de Guiricema e Ubá, em MG, com a localização dos distritos (marcados com caixas) e as comunidades participantes da pesquisa. Fonte: IBGE (2009a), modificado pelo autor.



Foto do autor.

Figura 3. Foto com a vista parcial da estrada municipal que sobe a serra para dar acesso à comunidade (“longe”) de Ubari, em Ubá, MG.

Os resultados da pesquisa são apresentados na seguinte sequência: dados secundários sobre os municípios (população, economia, renda, trabalho, situação fundiária e atividade agrícola), estratégias produtivas e sociais das famílias de produtores de leite e a extensão rural nos municípios. Essa ordem visa apresentar os dados da pesquisa a partir dos aspectos mais amplos de Guiricema e Ubá e inserir sequencialmente os elementos particulares que trazem explicações às análises das famílias de produtores de leite investigadas.

Para minimizar distorções nas interpretações, as médias dos resultados das análises foram apresentadas sem os dados extremos, ou *outliers*. Todas as análises estatísticas foram realizadas com a significância de 5% de probabilidade.

Capítulo 3. REFERENCIAL CONCEITUAL

3.1 A pluriatividade

O objetivo desse subitem é rever o conceito de pluriatividade para demonstrar como ele pode se constituir na orientação para a elaboração dos problemas propostos pela pesquisa e na delimitação do referencial teórico interpretativo. O propósito é gerar indicadores que permitam interpretar a pluriatividade enquanto fenômeno

social que pode estar viabilizando a reprodução social de produtores familiares de leite da Zona da Mata Mineira.

O termo pluriatividade surgiu a partir do emprego dos termos *part-time farming*, na vertente inglesa, e *pluriactivité*, da corrente francesa. Em ambos os casos ele delimita o estudo da diversificação de fontes de renda e de ocupações de membros de famílias de agricultores (SCHNEIDER, 2003). Até meados da década de 1980 os dois termos eram empregados como sinônimos e, a partir de então, seguiram trajetórias teóricas diferenciadas na literatura internacional. Enquanto o oposto de *part-time farming* (agricultura em tempo parcial) seria o *full-time farming* (agricultura em tempo integral), o oposto de *pluriactivité* (combinação de ocupações funcionais agrícolas e não-agrícolas por um ou mais membros de uma família) seria a *monoactivité* (a renda familiar proveniente de uma única atividade econômica). O termo em inglês refere-se ao estudo da utilização do tempo de trabalho na propriedade agrícola enquanto a *pluriactivité* refere-se ao estudo das atividades desempenhadas pelos integrantes da família.

Para Mattei (2000), o deslocamento do conceito de agricultura em tempo parcial para o conceito de pluriatividade ocorreu em função da mudança do foco da decisão por uma segunda ocupação, que passou do chefe da exploração para os membros da família. Assim, a unidade de análise deixa de ser a exploração agrícola e passa a ser a família, incluindo “outras ligações das propriedades familiares com a produção, com o mercado de trabalho e com os demais setores econômicos” (MATTEI, 2000, p. 179). Referindo-se ao projeto *Arkleton Research* que estudou a temática da pluriatividade em 12 países europeus, Blank (apud MATTEI, 2000, p. 180) ressalta a importância do estudo das “relações intra-familiares e o papel das famílias na socialização dos jovens”.

Apesar dos primeiros estudos sobre pluriatividade se situarem nos anos 1970 na Europa, no Brasil a discussão no meio acadêmico só chegou a partir dos anos 1990 pelos “estudos centrados na análise das estratégias de reprodução social da agricultura familiar” (CARNEIRO, 2006, p. 165). Como reprodução socioeconômica familiar a autora considera as “fontes geradoras de renda para os membros das famílias rurais, as condições de permanência no campo, as práticas de sociabilidade, as condições de instalação dos jovens e as questões relativas à sucessão do chefe da unidade produtiva” (CARNEIRO; MALUF, 2003, p.22). Brumer et al. (1993) mencionam que no Município de Cariri (Paraíba), a reprodução familiar nas

pequenas propriedades se faz geralmente por estratégias de manutenção (“indivisão”) do patrimônio ou pela pluriatividade, de modo a oferecer crescimento das receitas para além dos limites da subsistência. Para esses autores,

Estratégias familiares são respostas dadas por cada família a fim de assegurar ao mesmo tempo a sua própria reprodução e a de sua exploração. Poder-se-ia dizer, simplificando, que o grande desafio dos agricultores brasileiros consiste em garantir um espaço aos numerosos ‘herdeiros’, um lugar de trabalho (muitas vezes a própria exploração familiar), sem que isso se torne técnica e economicamente inviável. (BRUMER et al., 1993, p.205)

Pluriatividade, para Carneiro (2006), é a combinação de ocupações agrícolas e não-agrícolas por membros de uma mesma família diante de um contexto econômico e sociocultural favorável a novos ingressos no mercado de trabalho. Nesse sentido, os membros da família agrícola teriam mais oportunidades de trabalho quando inseridos em um local diversificado e dinâmico (CARNEIRO, 2006; SCHNEIDER, 2003). Contrapondo à opinião de alguns autores, Carneiro (2006) afirma que a inserção da família no mercado de trabalho não representa quebra de sua autonomia como camponesa, uma vez que, inserida na sociedade capitalista, a família agrícola sempre esteve articulada com o mercado de trabalho, de produção e de consumo. Ao contrário, o aumento da renda oriunda de atividades não-agrícolas poderia aumentar a autonomia familiar, tal como decidir pelo investimento na agricultura.

No entanto, o acesso a outros meios de renda pela família agrícola não teve o respaldo das políticas públicas, conforme contextualiza Carneiro (2000, 2006). Para ela, as políticas da época da modernização agrícola valorizavam a especialização do agricultor (inversamente à diversificação agrícola típica dos sistemas camponeses) e penalizavam aqueles que possuíam fontes de renda não-agrícolas no momento em que davam crédito apenas para aqueles que possuíam exclusivamente rendas agrícolas. Ainda segundo a autora, essa tipologia de ‘agricultor verdadeiro’ teria sido referência para a formulação do Pronaf. Carneiro (1998a) refere-se ao caso francês onde o agricultor pluriativo era acusado de concorrência desleal ante o agricultor que não possuía fontes complementares de renda. Para a autora, esse ‘agricultor verdadeiro’ seria aquele especializado e possuidor de uma racionalidade empresarial perfeitamente engajada no modelo produtivista implantado pelo governo. Por essa

razão, complementa Carneiro (1998a), esse agricultor defendia seus direitos como o legítimo beneficiário dos programas públicos de incentivo à agropecuária.

No contexto teórico, a mudança de perspectiva em relação a novas ocupações dos membros das famílias agrícolas está vinculada, segundo Marsden (apud SCHNEIDER, 2003, p.113), a uma “reestruturação produtiva” decorrente de transformações que ocorreram no meio rural. Para Schneider (2003, p.113), a pluriatividade pode ser compreendida como o arranjo que veio sobrepor a estrutura fordista de produção que era baseada na “acumulação intensiva de capital, iniciado a partir do final da Segunda Guerra, quando se intensifica a produção e o consumo de massa de mercadorias”. Silva (1997) ressalta que as formas flexíveis de contratação, típicas do meio rural, tornaram-se uma alternativa ao modelo fordista industrial. Para esse autor, tanto na indústria como na agricultura, as novas tecnologias imprimiram mudanças significativas no modo de trabalho, reduzindo a escala mínima econômica e redefinindo localizações espaciais, como o “prestador de serviços autônomo que trabalha em sua própria casa” (SILVA, 1997, p.45).

A emergência de novas ocupações no meio rural também pode ser vista como uma “especialização flexível”, capaz de explicar uma “nova forma produtiva que articula, de um lado, um significativo desenvolvimento tecnológico e, de outro, uma desconcentração produtiva baseada em empresas médias e pequenas, ‘artesanais’” (ANTUNES, 2005, p.25). Com base no estudo da “Terceira Itália”, o autor ressalta que esse novo conceito de trabalho não atua na produção em massa, característico do modelo fordista, mas se articula com o mercado local e regional. Ainda para Antunes (2005), essa flexibilidade afasta a alienação do trabalho mecanizado e fortalece sua base criativa.

Outro modelo importante a considerar neste estudo é o toyotismo, uma vez que pode auxiliar a interpretar as mudanças na organização do trabalho que ocorrem no meio rural, denominado “novo rural” por Campanhola & Silva (2000). Originário na indústria automobilística japonesa Toyota, o modelo surgiu para superar a crise financeira que o país atravessava pela expansão da produção sem aumentar o número de trabalhadores (ANTUNES, 2005). Segundo esse autor, o toyotismo emerge no contexto de um movimento sindical ativo, pela combinação de repressão aos empregados e cooptação desses, originando o “espírito Toyota” (ou “família Toyota”) e o emprego vitalício. Para Antunes (2005), ao contrário do modelo fordista que produz em série, no toyotismo a produção é determinada pelo consumo, sob os

preceitos de estoque mínimo, melhor qualidade, melhor uso do tempo e horizontalização dos insumos. Com relação ao trabalho, o modelo Toyota exige maior qualificação profissional para operar diversas máquinas simultaneamente, combinando ‘várias tarefas simples’ na direção da “desespecialização dos profissionais para transformá-los não em operários parcelares, mas em plurioperadores, em profissionais polivalentes, em trabalhadores multifuncionais” (CORIAT, 1994, p.53).

Alinhada à abordagem toyotista do trabalhador polifuncional, a pluriatividade emerge como noção para analisar o indivíduo que exerce tarefas combinadas para gerar renda diante de um quadro de mudanças no ambiente de relações de trabalho, alternativo ao modelo produtivista. Tomando esta idéia como opção conceitual, essa pesquisa operacionalizará a pluriatividade conforme Carneiro (2006), que compreende essa noção como decorrente de um contexto econômico e sociocultural novo, o que imprime um “novo modo de funcionamento das famílias agrícolas” decorrentes do “esgotamento do modelo de produção produtivista” (CARNEIRO, 2006, p.176).

Com esse posicionamento teórico, Carneiro (2006) não considera como pluriativas aquelas famílias agrícolas que exercem atividades típicas e tradicionais desse grupo social, como a produção artesanal de alimentos na propriedade, a venda de produtos agrícolas em feiras livres ou a migração sazonal de jovens para as cidades. Para ela, esse tipo de prática não é reconhecido pelos pesquisadores como pertencente ao escopo da pluriatividade porque não se trata de “um fenômeno particular, estranho à lógica de reprodução social camponesa” (CARNEIRO, 2006, p. 175). A autora defende que é necessário restringir o campo de compreensão da pluriatividade para que a noção não perca seu poder interpretativo. Para isso, ela propõe restrições na operacionalização do conceito:

Para que a noção de pluriatividade tenha um conteúdo heurístico de maneira a qualificar um fenômeno novo é preciso que a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas corresponda à dinâmica de determinado contexto socioeconômico, à ‘ruralidade contemporânea’ (CARNEIRO, 2006, p. 180).

A pluriatividade não seria, ainda para a autora, um fenômeno temporário, mas incorporado à lógica e estrutura familiar. Para ela, pluriatividade existe quando um

ou mais membros da família rural desempenham atividade(s) não-agrícola(s), contanto que esta renda externa retorne para o uso coletivo da família.

É necessário identificar as relações que estão em jogo nas diferentes formas de pluriatividade, pois o significado das atividades não-agrícolas não é dado pelo tipo de trabalho realizado, e sim pela maneira como este trabalho e a renda por ele obtida se integra à dinâmica de reprodução familiar. (CARNEIRO, 2006, p.181)

Para Carneiro (2006, p.179), seria preciso conhecer as formas de reprodução social das famílias e como elas estão “socializando parte ou a totalidade dos rendimentos individuais; ou, ao contrário, quando essa unidade é quebrada e os rendimentos passam a ser apropriados individualmente.” Ainda para a autora, os projetos e os interesses sendo individuais e não coletivos e familiares, os indivíduos surgem como protagonistas de mudanças sociais direcionadas a uma nova dinâmica social. No entanto, Carneiro (2006) observa que o estudo dessas novas dinâmicas não pode subestimar as funções da agricultura para a família, atividade que não apenas cumpre a finalidade mercantil, mas que faz parte de um modo de vida. Para ela,

Temos que considerar as motivações culturais e sociais para a manutenção da atividade agrícola, tais como a manutenção de uma identidade social, a de um patrimônio familiar, de redes de solidariedade e de sociabilidade etc. Além disso, é fundamental reconhecermos o papel da agricultura como fornecedora de alimentos para a própria família [...] (CARNEIRO, 2006, p.181).

Quando se comparam os estudos sobre pluriatividade de Schneider (2003, 2006) com a linha teórica de Carneiro (2006), verifica-se que essa autora dá menos foco na dualidade urbano-rural e na quantidade de pluriatividade, e faz sobressair os significados do fenômeno enquanto estratégia de reprodução familiar. Este posicionamento de Carneiro (2006) possibilita compreender, por exemplo, se os projetos familiares estão direcionados à ampliação, manutenção ou abandono da atividade leiteira (ou até do meio rural).

As decisões pela migração dos jovens rurais para as cidades ocorrem pelo balanço entre as forças de atração e de expulsão exercido pelos fatores estruturais (BRUMER, 2007). Champagne (apud BRUMER, 2007, p. 37) menciona que “a recusa dos filhos de suceder aos pais é, em primeiro lugar, recusa do modo de vida

dos pais”. Ainda para esse autor, entre os fatores de expulsão ligados ao trabalho agrícola estariam a penosidade, o rendimento baixo, “a ausência de férias, de fins de semana livres e de horários regulares de trabalho [e a exposição] ao calor e ao frio e a posições de trabalho pouco confortáveis” (apud BRUMER, 2007, p. 37).

Em relação às migrações sazonais e à saída definitiva de moradores rurais para trabalhar e residir nas cidades, estudo de Garcia Júnior (1989) mostra que esses fenômenos não são recentes no Brasil. O autor mostra que nos anos 1940 e 1950 a migração de pessoas das cidades do interior da Paraíba para os estados do sul do Brasil era considerada, na época, como uma “conspiração muito séria” à atividade agrícola local (GARCIA JÚNIOR, 1989, p. 71). O autor expõe que naquela ocasião a preocupação era com os engenhos de cana-de-açúcar que ficavam sem seus ‘braços’ que se transferiam para regiões de industrialização crescente e carente por mão-de-obra, onde os trabalhadores conseguiam maiores salários que em suas regiões de origem. Como resultado do trabalho nas “grandes cidades do Centro-Sul, [essas práticas] permitiam acumular dinheiro para adquirir as terras” utilizadas para a agricultura nos municípios de procedência (GARCIA JÚNIOR, 1989, p. 73). Nesse caso, as representações sobre o trabalho e a residência direcionavam os projetos familiares para a agricultura nos locais de origem.

Esse conceito de representações sociais é central nas análises de pluriatividade de Carneiro (1998b, 2006), conceito que Santos, (2005b) delimita como

um modelo teórico, um conhecimento científico que visa compreender e explicar a construção desse conhecimento leigo, dessas teorias do senso comum. [...] Essas teorias são conjuntos de práticas sociais e diversidades grupais cujas funções é dar sentido à realidade social, produzir identidades, organizar as comunicações e orientar as condutas. [...] Para gerar representações sociais o objeto deve ser polimorfo, isto é, passível de assumir formas diferentes para cada contexto social e, ao mesmo tempo, ter relevância cultural para o grupo. (SANTOS, 2005b, p.21-22)

E para compreender as representações sociais, a autora expõe que o conceito de ‘realidade da vida cotidiana’ torna-se elemento central (SANTOS, 2005b), realidade essa que Berger (1985) posiciona no status de ‘realidade predominante’ que

impõe-se à consciência de maneira mais maciça, urgente e intensa, [...] aparece já objetivada, isto é, constituída por uma ordem de

objetos que foram designados como objetos antes de minha entrada em cena. A linguagem usada na vida cotidiana fornece-me continuamente as necessárias objetivações e determina a ordem em que estas adquirem sentido e na qual a vida cotidiana ganha significado para mim (BERGER, 1985, p.38-39).

Desta forma, as rotinas, os instrumentos, as relações humanas e as atitudes formariam o que Berger (1985) chama de ‘linguagem’, que posiciona as pessoas na sociedade e “enche esta vida de objetos dotados de significação”. É com essa nova perspectiva que Carneiro (2006) propõe a operacionalidade da noção de pluriatividade, que se afasta da visão estritamente econômica e produtivista da unidade familiar agrícola e busca os significados dos comportamentos das pessoas da família em função das transformações socioeconômicas.

E nessa vertente teórica, a pluriatividade pode dar indicações sobre a sucessão da propriedade rural como unidade produtiva pela análise dos projetos individuais dos membros da família. Sendo assim, para estudar a família nessa perspectiva, Carneiro (1998a) diz que é

[...] necessário levar em conta outros critérios: a fase do desenvolvimento do ciclo doméstico e a lógica das relações intrafamiliares, segundo o contexto histórico-social onde elas são praticadas. Como o peso da renda agrícola na reprodução social é variável, a manutenção da exploração responde frequentemente às motivações de ordem cultural ou subjetiva – como, por exemplo, a preservação do patrimônio familiar e da identidade social [...]. (CARNEIRO, 1998a, p.160).

Para melhor compreender a relação entre a emergência da pluriatividade e o ciclo demográfico familiar, Schneider (2006) verificou que

[...] à medida que os(as) filhos(as) das famílias monoativas atingem a idade de trabalhar e alcançam maior grau de escolaridade, tendem a se tornar pluriativos. (SCHNEIDER, 2006, p.160)

Para compreender essas diferenças de escolaridade entre famílias em situações sob os mesmos condicionantes socioculturais, Lahire (2004) estudou os motivos do sucesso escolar de filhos pertencentes a famílias francesas de baixa renda e baixa escolaridade, residentes em bairros da periferia de Lyon. Apoiado na teoria disposicionalista, o autor reúne 139 casos, para os quais elabora cinco temas explicativos de disposição para a maior escolaridade dentro da família: “as formas

familiares da cultura escrita, as condições e disposições econômicas, a ordem moral doméstica, as formas de autoridade familiar e as formas familiares de investimento pedagógico” (LAHIRE, 2004, p.20). Para o autor, a recorrência de casos similares em uma mesma localidade poderia estar associada ao conceito de capital social, trazido por Robert Putnam no estudo sobre a ‘Terceira Itália’.

Além da particularidade educacional vinculada à pluriatividade, o estudo desta temática tem revelado os distintos papéis sociais ocupados por homens e mulheres. Brumer (2007) identifica diferenças nas representações sobre a vida no meio rural entre rapazes e moças. Para a autora, as moças são desvalorizadas nas atividades que desempenham na agricultura e seus trabalhos são invisíveis no contexto familiar. Além disso, elas têm pouco espaço na agricultura comercial “onde atuam apenas como auxiliares” (BRUMER, 2007, p.39). Em pesquisa realizada pela autora no sul do Brasil, jovens (rapazes e moças) filhos de agricultores familiares têm suas reivindicações concentradas em dois tópicos: “acesso a uma renda própria, cujos recursos eles possam decidir como utilizar; e autonomia em relação aos pais.” A primeira reivindicação, segundo ela, se realiza pelo assalariamento em um meio urbano, o que significa a saída temporária ou definitiva da atividade agrícola. Para obter autonomia na propriedade, é necessário operar mudanças nas relações familiares de forma a incluir os jovens nos processos decisórios da gestão do trabalho familiar, ainda segundo Brumer (2007).

Diante desta descrição conceitual, a pluriatividade surge como noção operacional capaz de ressaltar as dinâmicas socioeconômicas e os significados sociológicos das mudanças locais cuja compreensão é fundamental para a pesquisa e para a extensão rural que atuam no universo dos produtores de leite.

3.2 “Desenvolvimentos” no meio rural

A área rural tem sido inserida nos projetos de desenvolvimento do País, ora como parte inerente do processo de acumulação econômica, ora como fornecedora de insumos e mão-de-obra necessários para a indústria. O Brasil acompanha, neste percurso, o ideário internacional que sinaliza caminhos para seu desenvolvimento. O que se pretende aqui discutir são algumas linhas que demarcam a ação da pesquisa e da extensão rural como parte de um projeto de desenvolvimento, uma vez

apropriados elementos não exclusivamente econômicos, como traz a pluriatividade. Além disso, pretende-se discutir tipologias de desenvolvimento que ampliem os horizontes de ações da pesquisa e da extensão rural para além da ótica agrícola.

Segundo Almeida (1997), na década de 1950 o termo desenvolvimento já era empregado correntemente na literatura econômica e em outros meios. Substituiu o termo progresso que foi utilizado até a década de 1930, que foi o “princípio fundante dos enciclopedistas franceses do século XVIII e do positivismo do século XIX” (ALMEIDA, 1997, p.34). Segundo ele, o termo progresso era utilizado no sentido evolucionista na direção do crescimento, da ampliação de conhecimentos, das condições de vida, das liberdades políticas e do bem-estar econômico. Para o autor, essa noção serviu para descrever uma situação histórica particular das sociedades industriais, uma vez que a ideia de crescimento era insuficiente para explicar as transformações dos sistemas socioeconômicos. Se progresso considera a produção apenas sob o aspecto quantitativo, a concepção de desenvolvimento, por outro lado, abarca as dimensões econômicas, sociais e culturais das transformações estruturais da sociedade (ALMEIDA, 1997). Para Abramovay (2003), não há consenso entre os especialistas sobre o significado da palavra desenvolvimento, que se generalizou nas ciências sociais após a Segunda Guerra Mundial e geralmente se confunde com crescimento econômico. Assim, diversas concepções de desenvolvimento foram elaboradas para incorporar novos elementos considerados importantes com as mudanças do contexto cultural, ambiental e socioeconômico.

Para *desenvolvimento agrícola*, Navarro (2001, p. 86) refere-se às condições da produção agropecuária no sentido estritamente produtivo, identificando aspectos como área plantada, produtividade, tecnologia, trabalho como fator de produção, entre outros. Diferentemente desse conceito, *desenvolvimento rural* se refere a ações previamente articuladas que induz (ou pretende induzir) mudanças em um determinado ambiente rural e tendo, geralmente, o Estado à frente destas propostas (NAVARRO, 2001, p. 88). Esse autor descreve que o desenvolvimento rural nos anos 70 necessariamente incluía o discurso da intensificação tecnológica para aumentar a produtividade. Havia a pretensão de que, assim, seria possível elevar a renda dos produtores e alcançar a melhoria do bem-estar das populações rurais.

Já o *desenvolvimento rural sustentável* surgiu em meados dos anos 80 incorporando noções de equidade social e aspectos ambientais presentes no conceito de sustentabilidade (ALMEIDA 1997, p.41). Para ele, nas premissas do

desenvolvimento sustentável está o reconhecimento do padrão inadequado de desenvolvimento das sociedades contemporâneas no aspecto econômico, social e ambiental. O autor explica que essa noção reconhece e busca minimizar os impactos ambientais negativos derivados do padrão civilizatório adotado após a Segunda Guerra.

Como *desenvolvimento endógeno*, Boisier (2000) compreende o processo que surge como reação ao pensamento e à prática de desenvolvimento das décadas de 1950 e 1960 que se baseavam no paradigma industrial fordista de difusão de inovações e mudanças “de cima para baixo”. Para esse autor, esse tipo de desenvolvimento tem estreita associação com a cultura local e com os valores que ela inclui. Para Garofoli (apud BOSIER, 2000, p.170), o “desenvolvimento endógeno é a habilidade para inovar ao nível local”.

Outra corrente de desenvolvimento é apresentada por Santos, (2005a, p.23) que vem no sentido contra-hegemônico e de resistência aos valores e práticas ao núcleo central do capitalismo enquanto sistema econômico e forma de civilização, o que chama de *desenvolvimento alternativo*. Esse desenvolvimento é

contra a ideia de que a economia é uma esfera independente da vida social, cujo funcionamento requer o sacrifício de bens e valores não-econômicos – sociais (ex. igualdade), políticos (ex. participação democrática), culturais (ex. diversidade étnica) e naturais (ex. o meio ambiente), o desenvolvimento alternativo sublinha a necessidade de tratar a economia como parte integrante e dependente da sociedade e de subordinar os fins econômicos à proteção destes bens e valores (SANTOS, 2005a, p. 46).

Ainda para Santos, (2005a), o desenvolvimento alternativo possui valores de igualdade e cidadania, incluindo setores marginalizados na produção e no usufruto dos resultados do desenvolvimento.

O termo *desenvolvimento local* é recente e deriva especialmente de duas mudanças do período atual (BOISIER, 2000). O autor explica que se deve, primeiramente, à multiplicação de Organizações Não-Governamentais (ONGs), que atuam geralmente em ambientes geograficamente mais restritos (numa microrregião ou em um município). A outra mudança, segundo ele, refere-se à transferência de poderes, antes centralizados nos estados, que passaram à competência dos municípios, como no caso dos conselhos municipais de desenvolvimento rural. Assim, “o local aparece hoje como um espaço onde a exigência de racionalidade

pode se reconciliar com a exigência de proximidade” (BOISIER, 2000, p. 163). Abramovay (2003, p. 94) compreende que esse conceito “apoia-se, antes de tudo, na formação de uma rede de atores trabalhando para a valorização dos atributos de uma certa região”. Essa rede permite a existência de uma dinâmica de concorrência e cooperação entre as empresas existentes no local, cujo espaço de ações é extramunicipal, intermediária entre o Estado e o município (ABRAMOVAY, 2003, p. 95-96). Favareto (2007)² argumenta que o Estado ainda não utiliza sua máquina administrativa de maneira a incentivar o desenvolvimento local. Para ele, o Estado precisa reconhecer a dinâmica dos territórios em seus planos, de forma a destinar recursos a um território e não só aos municípios, como acontece hoje, e ainda voltar a atenção para outros setores que não só o agrícola.

A agricultura como único referencial para o ambiente rural e sua associação a benefícios sociais é abordada por Anjos (2001), para o qual no Brasil desenvolvimento rural é sinônimo de desenvolvimento agrícola. O autor apresenta um dos motivos:

Não é muito difícil entendê-lo se levarmos em conta a formação de extensionistas rurais e outros agentes de fomento formados sob a égide dos esquemas clássicos pautados na equação “aumento de produtividade = aumento de renda = aumento da qualidade de vida”. Quando falamos em desenvolvimento rural, insistimos na dimensão “territorial” do conceito e não no aspecto exclusivamente setorial da questão (ANJOS, 2001).

Ou seja, para esse autor, a tendência em ressaltar a agricultura em detrimento de outros segmentos nas propostas de desenvolvimento no meio rural tem relação com a influência intervencionista da extensão rural. Para Durand (1982), essa concepção é apoiada na

“ideologia tecnocrática [que cria] a utopia no progresso técnico [e na] crença num desenvolvimento econômico que, ao efetivar os resultados das descobertas científicas e técnicas, conduziria ao progresso social e até mesmo à felicidade da humanidade” (DURAND, 1982, p. 72).

² Palestra ministrada no dia 11/12/2007 na Universidade Federal de Viçosa, em Viçosa, MG, durante o Seminário Nacional de Extensão Rural como parte do painel “Estado e políticas públicas de desenvolvimento rurais no Brasil: contexto atual e perspectivas”.

Proposta diferente surge no documento de campanha Avança Brasil, do então candidato à presidência da república Fernando Henrique Cardoso, pelas reflexões de Carneiro (2000). Para a autora, a campanha aponta como referência o modelo de *desenvolvimento local integrado*, que assume a agricultura familiar como “protagonista da construção do novo mundo rural” e reconhece a pluriatividade como possibilidade de diversificação de rendas agrícolas e não-agrícolas pela família rural, como forma de permanência no campo e como forma de continuidade da atividade agrícola. Este modelo de desenvolvimento apresenta três propostas:

a descentralização da política pública, através da proposição de novas formas de planejamento e de gestão que incorporem projetos de interesse local; o estímulo à exploração dos recursos (naturais e culturais) locais através de projetos que recorram às potencialidades locais visando à melhoria das condições de vida do trabalhador e sua fixação na região de origem; a formação de redes de parcerias que deverão incluir as diferentes agências modernizadoras (governamentais ou não) além de associações da sociedade civil (CARNEIRO, 2000, p. 122).

Ainda segundo Carneiro (2000), naquele momento a pluriatividade é reconhecida como uma possibilidade de diversificar as rendas das famílias agrícolas para a permanência no meio rural. Para a autora, o contexto também faz diluir a fronteira urbano-rural pela melhoria nos meios de comunicação e transporte, e pela “interiorização de certos setores produtivos [que] ampliaram e diversificaram o mercado de trabalho não-agrícola no meio rural” (CARNEIRO, 2000, p.123).

As diferentes tipologias e políticas de desenvolvimento voltadas ao meio rural remetem a uma reflexão mais apurada a respeito da opção adotada pela extensão rural, cujo modo de atuação se revela importante nessa pesquisa, especificamente sob o enfoque da pluriatividade.

3.3 A prática intervencionista da extensão rural

Esse subitem tem o objetivo de apresentar a extensão rural como prática intervencionista. O pressuposto é que, por meio dessa descrição, pode-se expor a concepção da intervenção pelas técnicas e estratégias empregadas, tendo por referência a noção de pluriatividade.

A extensão rural como prática intervencionista do Estado surgiu nos Estados Unidos para apoiar associações de pequenos produtores em crise financeira resultante da passagem do sistema escravista para o mercantil e, posteriormente, para o capitalista após a Guerra da Secessão e da concorrência com os produtos de grandes empresas agrícolas (FONSECA, 1985). Para ela, a extensão rural surge, portanto, para resolver problemas agrícolas. Corroborando essa tese, Queda (1987) argumenta que a extensão rural teria surgido para apoiar produtores rurais a aumentar a eficiência da agricultura com a

redução de custos, aumentando assim a renda líquida. Uma agricultura em bases científicas e com técnicas melhoradas passou a ganhar destaque. Para tanto, a ‘educação dos agricultores’ para consolidar essa ‘agricultura científica’ seria o objetivo máximo a ser perseguido. Estavam assim lançadas as sementes do que viria a ser o Serviço de Extensão Rural (QUEDA, 1987, p.39).

Sob essa proposição, o “modelo clássico” de extensão rural fazia a vinculação entre as estações experimentais e o produtor rural, o que foi difundido para o “mundo subdesenvolvido” a partir da Segunda Guerra Mundial (FONSECA, 1985). Para ela, uma vez que os efeitos do “modelo clássico” não produziam os efeitos esperados nesses países, esse modelo foi substituído (ou adaptado) pelo “modelo difusionista-inovador” centrado no uso intenso de instrumentos de comunicação. A autora explica que esse modelo é fundado no processo de ensino-aprendizagem do norte-americano Everett M. Rogers que propõe mudar atitudes individuais e coletivas necessárias para que as inovações sejam adotadas por produtores rurais. Para alicerçar esse modelo de difusão, Rogers (1974, p.12) argumenta que “todas as explicações da conduta humana brotam diretamente do estudo de adquirir e modificar ideias no indivíduo por meio da comunicação com os próximos”. Esse método comunitário-educativo visava incorporar, em menor prazo, novos comportamentos e tecnologias essenciais para promover o desenvolvimento econômico e social em “áreas tradicionais ou subdesenvolvidas” (FONSECA, 1985, p. 46). Ou seja, o desenvolvimento rural estaria dependente de soluções de ordem técnica e de ordem educativa capazes de retirar o homem da sociedade tradicional (rural) e colocá-lo na sociedade moderna (industrializada) (ANJOS, 2001; DURAND, 1982; QUEDA, 1987; FONSECA, 1985).

No Brasil, exemplo dessa asserção pode ser destacado na atuação da Abcar no Vale do São Francisco. Conforme retrata em documento, as tecnologias, o público a ser atendido e as estratégias empregadas pela extensão rural naquela região no período entre 1972 e 1974 são caracterizados do seguinte modo:

Difusão de tecnologia moderna – O aumento da produtividade agrícola está na dependência direta da intensidade com que se utilizam equipamentos e insumos mais eficientes ou se aprimoram as práticas de uso. Deverá ser destinado, portanto, o maior esforço de motivação no sentido de que os produtores os adotem, principalmente aqueles de eficiência comprovada para o aumento do rendimento físico das exportações e que apresentem boa visibilidade econômica. A ênfase será a sua difusão através de ‘pacotes’ de tecnologia (BRASIL, 1973, p.22).

Conforme se verifica nesse extrato, uma das estratégias de atuação mais importante da extensão rural foi o trabalho com lideranças das comunidades rurais, pautada na premissa de que o comportamento do líder (inovador) é replicado pelos vizinhos. A respeito da estratégia de enfoque em lideranças, Queda e Szmrecsányi (1979) argumentam que essas metodologias difusionistas de efeito-demonstração, ao contrário de aumentar o alcance dos serviços prestados, concentram ainda mais os atendimentos dos extensionistas nos estabelecimentos de referência.

A opção por esse modelo de extensão rural “difusionista” não ocorreria por acaso, mas intrinsecamente vinculado à pesquisa agropecuária. É o que evidencia o “Protocolo de articulação Pesquisa-Extensão”, assinado em 1965 entre o Dpea (Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuária) e a Abcar (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural) com o objetivo de aproximar o pesquisador do produtor rural, uma vez que “se reconheceu que a pesquisa agropecuária brasileira dispunha de um substancial volume de resultados positivos que não estavam chegando aos agricultores” (RODRIGUES, 1987, p.214). A pesquisa agropecuária havia sido organizada por produtos em “culturas produtoras de alimentos, seguidas das culturas produtoras de divisas e [culturas] economizadoras de divisas” (RODRIGUES, 1987, p.213). A organização da pesquisa agropecuária nacional por produto produzia “pacotes tecnológicos ou sistemas de produção, denominação esta que depois ficou prevalecendo” (RODRIGUES, 1987, p.241). Devido a essa vinculação entre a extensão rural e esse modelo de pesquisa, “as concepções associadas às atividades de Extensão Rural sempre estiveram associadas,

de forma inquestionável, à tecnologia, em primeiro lugar, e ao produtor rural em decorrência” (MUNIZ, 1993, p.24).

Evidenciando esta tendência, Lima (1985) analisa os programas da Emater-MG em 1983 e constata que as “políticas de produtos” se direcionam para os grandes produtores e as ações de bem-estar-social para pequenos produtores, embora ambos os grupos recebessem assistência técnica em grupo. A princípio, destacam-se como relevantes a forma dessas intervenções, sendo uma como política e a outra como intervenção. Ambas, pelos fundamentos que incorporam, são diferenciadas em conteúdos, em implementação e, conseqüentemente em resultados, mas não somente pelos resultados como usualmente se destaca. Essa é a importância dessa discussão, contrária, por exemplo, à ênfase, como admite Lima (1985) de que havia contradição na proposta dupla da Emater-MG, pois visava ao bem-estar social e, ao mesmo tempo, à modernização, uma vez que esta se fundava no uso intensivo de insumos poupadores de mão-de-obra, o que reduzia as ocupações e provocava o êxodo rural.

Nesse contexto, a instituição Emater-MG é apenas uma componente entre as executoras das políticas de desenvolvimento do estado, como a Ruralminas, as Secretarias Estaduais, as Universidades Públicas, as Instituições de Pesquisa, etc. Enquanto todas se estruturavam por intervenções, visando atingir segmentos sociais comuns ou distintos, as análises se centravam apenas nos segmentos sociais e não nas formas objetivas de intervenções.

Essa tendência não se altera com os anos. Por exemplo, em 2004, com a introdução da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – Pnater (BRASIL, 2004) pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, há a proposição de novos marcos teóricos e estratégias metodológicas para os serviços de Ater no País, bem como a delimitação dos segmentos sociais a serem atingidos sob esses pressupostos. Não obstante, essa política não se sistematiza em intervenções, mas indica os públicos da extensão rural (“população rural brasileira mais pobre”), define diretrizes (como a agroecologia) e metodologias (como as participativas), em substituição àquelas do “método difusionista-inovador”.

Sem aprofundar a análise crítica sobre a Pnater, tem-se que a sua delimitação, sob os propósitos de redirecionar o desenvolvimento rural sob os pressupostos da sustentabilidade social e ambiental, não só exclui da extensão rural pública ou estatal categorias de produtores rurais, como também não envolve os processos múltiplos de mudança, dos quais se originam as famílias pluriativas. Isso é, famílias rurais que

sem políticas, programas e projetos são induzidas a se adaptarem às novas tendências em que o rural, como atividade econômica, é absorvido pelas transformações econômicas não-rurais.

Sob essa tendência, tanto das metamorfoses das ocupações quanto a esse contínuo da pesquisa e da extensão rural diante de mudanças no meio rural é que se propõe investigar a expressão da pluriatividade entre produtores de leite, principalmente como decorrência dos seguintes movimentos:

- i) novos obstáculos ao desenvolvimento da agricultura familiar, tanto decorrentes da nova agricultura técnica/científica quanto dos novos significados de qualidade de vida;
- ii) inserção dos integrantes das famílias de produtores de leite no mercado de trabalho agrícola e não-agrícola como consequência de forças de repulsão/atração do meio rural/urbano, respectivamente;
- iii) redefinições dos projetos individuais e familiares;
- iv) ausência de propostas de pesquisa e assistência aos produtores rurais que visem integrá-los à nova dinâmica desenvolvimentista multifuncional, e não somente a inclusão da “nova” vertente ambiental.

Capítulo 4. DINÂMICAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DE GUIRICEMA E UBÁ

Uma das duas vertentes do estudo da pluriatividade para Carneiro (2006) e Schneider (2003) envolve a investigação do perfil socioeconômico local capaz de alterar comportamentos individuais e coletivos, especialmente em relação ao trabalho (agrícola ou não-agrícola) e à residência (rural ou urbana). Pelo estudo das dinâmicas do contexto de Guiricema e Ubá pretende-se compreender comportamentos individuais e coletivos nas famílias dos produtores de leite. É nesse ambiente econômico e sociocultural que se encontram as novas referências e demandas da extensão rural.

4.1 Dinâmica populacional e econômica

Entre 1950 e 2007 a população urbana de Guiricema aumentou de 1.748 para 4.087 habitantes e a rural reduziu de 15.216 para 4.819 pessoas. Como a redução da população rural foi mais significativa que o crescimento da população urbana, a população total do município diminuiu neste período. Em 2007 o município contava com 8.906 habitantes. Apesar da menor redução da população rural nos últimos, principalmente depois do ano 2000 (Figura 4), ainda parece persistir a tendência da expulsão das pessoas do meio rural. Nos últimos sete anos, a população total de Guiricema vem reduzindo a uma taxa média de sessenta habitantes por ano, número praticamente coincidente com aqueles que deixam o meio rural do município. Portanto, o destino dos imigrantes rurais não são, necessariamente, o Município de Guiricema, mas se pressupõe outros polos urbanos. Mesmo com essa tendência migratória, o Município de Guiricema possui 30 habitantes por quilômetro quadrado.

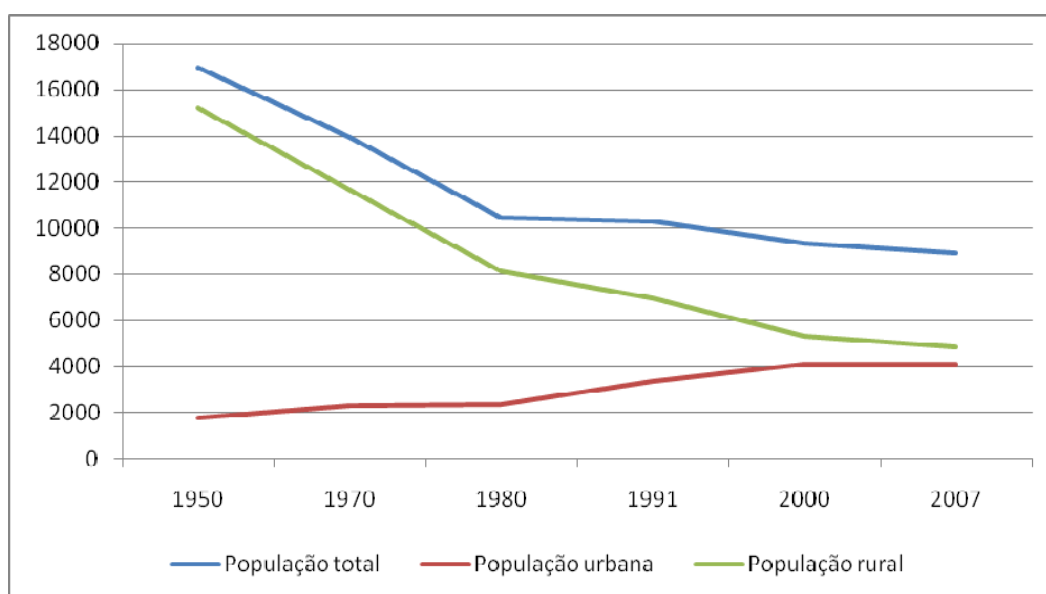


Figura 4. População de Guiricema. 1950 a 2007. Fonte: Adaptado IBGE (2009a) e Ferreira (1959).

Em Ubá a dinâmica populacional mostrou tendência diferente. A população urbana cresceu seis vezes entre 1950 e 2007, passando de 14.022 para 85.858 pessoas. Neste período a população rural passou de 26.494 para 8.370 habitantes e desde 1980 praticamente se estabilizou, oscilando entre oito e nove mil pessoas (Figura 5). Neste município, a equivalência numérica entre a população rural e

urbana ocorreu próximo a 1960, momento em que Ubá deixava de ser essencialmente agrícola. A população urbana (e a população total) do município segue crescendo nos últimos sete anos a uma média de mil e trezentos novos habitantes por ano. Ubá possuía, em 2007, 94.228 residentes para uma área territorial de 408 km², o que resultava em 230 habitantes por quilômetro quadrado.

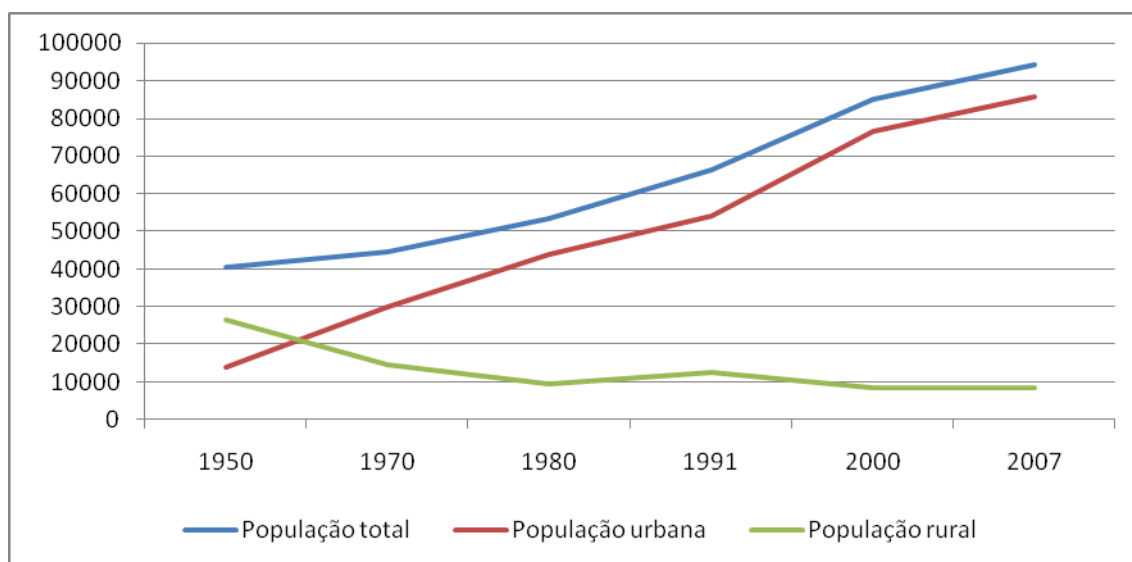


Figura 5. População de Ubá. 1950 a 2007. Fonte: Adaptado IBGE (2009a) e Ferreira (1959).

Ao apreender a dinâmica da população residente nas áreas rurais e urbanas de Guiricema e Ubá, outros dados tornam-se necessários. Pelas Tabelas 2 e 3 é possível identificar duas tendências. A primeira se refere ao grande número de pessoas que deixou os distritos rurais distantes das cidades-sede, tanto em Guiricema, quanto em Ubá. A segunda diz respeito ao comportamento de moradores de Ubá que permaneceram como residentes na zona rural, o que não ocorreu em Guiricema.

Tabela 2. Distribuição da população nos distritos de Guiricema. 1991 a 2000.

	Guiricema								
	Guiricema			Tuiutinga			Vilas Boas		
	1991	2000	Saldo	1991	2000	Saldo	1991	2000	Saldo
Urbana	2.450	2.954	504	554	616	62	355	385	30
Rural	2.706	2.410	-296	2.445	1.714	-731	1.787	1.180	-607
Total	5.156	5.364	208	2.999	2.330	-669	2.142	1.565	-577

Fonte: Adaptado IBGE (2009a).

Mais especificamente, entre os distritos de Guiricema, 'Guiricema' é o que se localiza próximo à sede do município. Os demais estão mais distantes e é em relação

a eles que o despovoamento do setor rural ocorre. Esta tendência também ocorre em Ubá (Tabela 3), envolvendo os distritos de ‘Ubá’ e Ubari. De forma geral, este fenômeno ocorre nos dois municípios, mas restrito à localização do distrito no município, o que permite inferir que o deslocamento do rural tanto pode ocorrer para áreas rurais e urbanas quanto para a sede do município e o seu distrito, em função da localização. Em Ubá, esta tendência implicou na expansão dos limites da zona urbana do distrito ‘Ubá’, conforme consta da Lei Complementar (municipal) nº 043 de 22 de junho de 1998 (no Anexo).

Tabela 3. Distribuição da população nos distritos de Ubá. 1991 a 2000.

	Ubá											
	Diamante de Ubá			Miragaia			Ubá			Ubari		
	1991	2000	Saldo	1991	2000	Saldo	1991	2000	Saldo	1991	2000	Saldo
Urbana	699	947	248	302	437	135	52.745	74.981	22.236	305	322	17
Rural	617	883	266	521	1.264	743	10.259	5.554	-4.705	1.063	677	-386
Total	1.316	1.830	514	823	1.701	878	63.004	80.535	17.531	1.368	999	-369

Fonte: Adaptado IBGE (2009a).

Com a constatação do despovoamento do setor rural em Guiricema, identifica-se, também, que, apesar disso, o setor agropecuário possui participação expressiva na economia do município quando comparado com o setor industrial. De acordo com a Tabela 4, a participação maior é do setor de serviços, mas o agropecuário chega a 31% do PIB total do município.

Tabela 4. Produto Interno Bruto. Guiricema e Ubá. 2006.

Setor	Guiricema		Ubá	
	PIB (em mil reais/ano)	%	PIB (em mil reais/ano)	%
Agropecuário	12.988	31,0	10.973	1,6
Indústria	5.575	13,4	218.288	31,7
Serviços	23.285	55,6	458.649	66,7
Total	41.848	100,0	687.910	100,0

Fonte: Adaptado IBGE (2009b).

Com relação ao Município de Ubá, os resultados são inversos, apesar de predominar, também, o setor de serviços na formação total do PIB (66,7%). O setor agropecuário representa apenas 1,6% do PIB total desse município, ainda que possua valor nominal similar ao de Guiricema. Em Ubá a contribuição da indústria na formação do PIB municipal é muito significativa (31,7%), evidenciando a característica de um polo industrial, especialmente o moveleiro.

Essas informações são complementadas pela Tabela 5. De acordo com esta Tabela, há a identificação dos postos de trabalho no setor industrial de ambos os municípios, o que permite retratar as alternativas possíveis dos residentes, em especial os que migram, de envolvimento com o setor empresarial. As diferenças entre os dois municípios se apresentam mais evidentes em termos percentuais de pessoas assalariadas por segmento econômico. Enquanto a indústria de transformação ocupava 49% das pessoas assalariadas de Ubá, esse segmento de Guiricema ocupava 35% dessas pessoas. A importância da administração pública é também diferente nos municípios, ocupando 31% das pessoas assalariadas de Guiricema e apenas 7% daquelas de Ubá. Esse aspecto ressalta a relevância do setor público como segmento empregador em uma pequena cidade com poucos postos de assalariamento.

Tabela 5. Estrutura empresarial. Guiricema e Ubá. 2006.

Descrição da empresa	Guiricema			Ubá		
	Nº unid. locais	Pessoal ocupado assalariado	Salários (mil reais)	Nº unid. locais	Pessoal ocupado assalariado	Salários (mil reais)
Indústrias de transformação	27	236	1.194	950	9.568	69.071
Construção	3	1	9	37	486	3.616
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	117	123	614	2.317	4.273	27.820
Alojamento e alimentação	18	15	74	257	358	1.831
Transporte, armazenagem e comunicações	7	15	115	129	704	6.863
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	4	4	157	65	222	6.238
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	17	59	229	347	629	3.606
Administração pública, defesa e seguridade social	1	208	*	6	1.327	17.872
Educação	20	*	*	59	749	8.609
Saúde e serviços sociais	4	2	10	124	762	4.295
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	23	13	70	283	456	3.694
TOTAL	220	676	2.472	4.574	19.534	153.515

* Dados não disponíveis. Fonte: Adaptado IBGE (2009b) e Secretaria de Administração da Prefeitura de Guiricema.

Com relação aos setores empresariais, ambos os municípios possuem as mesmas atividades, o que os torna diferentes pelo número de pessoas registradas em cada setor. Para este trabalho, este número passa a ser relevante, pois, ao demandar mais trabalho, gera possibilidade de envolvimento em atividades que podem complementar as atividades agropecuárias executadas, principalmente nos distritos próximos à sede do município, que são, em Ubá, ‘Ubá’, Diamante de Ubá e Miragaia. Guiricema, ao contrário, oferece menos chances de trabalho para os membros das famílias de produtores de leite residentes no município.

4.2 Situação fundiária, diversificação agrícola e atividade leiteira

A proposta deste subitem é apresentar a estrutura fundiária e a produção agropecuária de Guiricema e Ubá com suas vinculações às dinâmicas socioeconômicas. De acordo com a Figura 6 notam-se, a princípio, algumas diferenças nos dois municípios relativas às áreas das propriedades. Há maior número de propriedades em áreas menores e maiores no Município de Guiricema, contrastando com o que ocorre em Ubá.

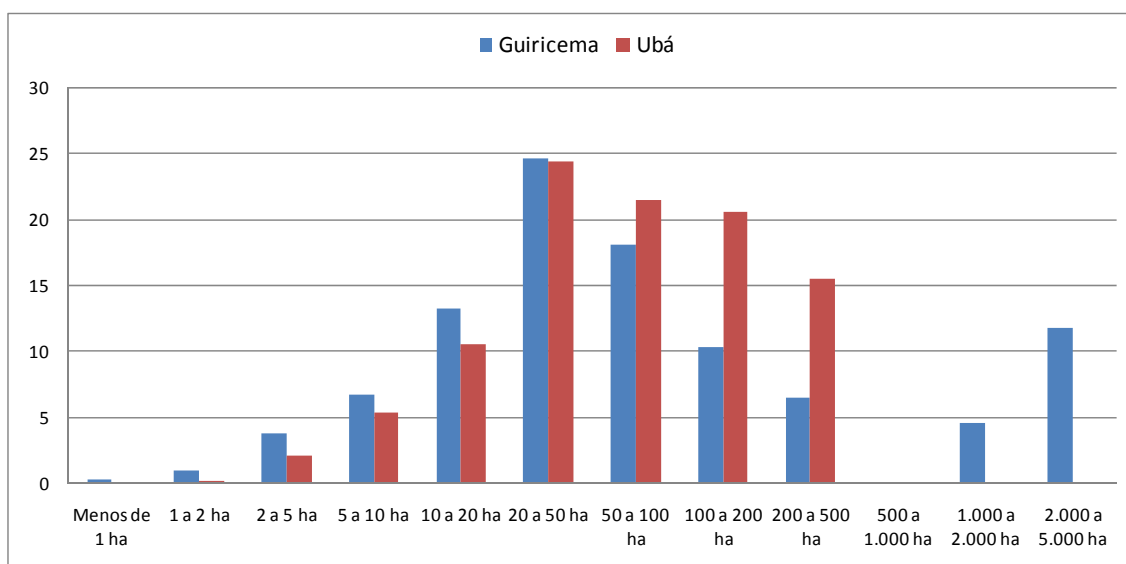


Figura 6. Situação fundiária. Guiricema e Ubá. 1996. Fonte: Adaptado IBGE (2009a).

Basicamente, a estrutura fundiária de Guiricema se divide em dois grupos: o primeiro, predominante, formado pelas pequenas propriedades de 10 a 200 hectares

(77%) e o segundo, pelos grandes estabelecimentos de 1.000 a 5.000 hectares. Ubá, ao contrário, possui apenas um único grupo concentrado entre 20 e 500 hectares (82%). Neste município não há grandes propriedades (acima de 500 hectares) e apresenta menor número de pequenas propriedades que Guiricema. Por conseguinte, ações de intervenção rural em Ubá defrontam com um público de perfil mais homogêneo e com a maioria dos produtores situados em propriedades maiores que em Guiricema (excluindo as grandes propriedades deste último município).

Com relação ao tipo de exploração agropecuária, Ubá e Guiricema possuem o mesmo perfil. Essa inferência pode ser identificada na Figura 7.

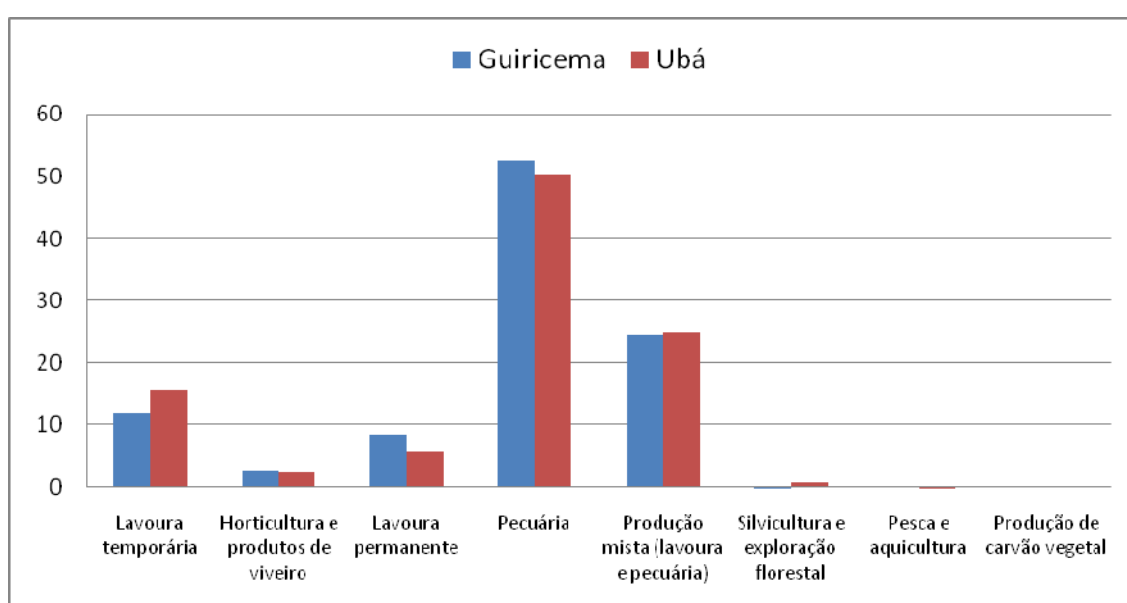


Figura 7. Uso da terra por atividade agropecuária. Guiricema e Ubá. 1996. Fonte: Adaptado IBGE (2009a).

Três quartos da área dos municípios são destinados à pecuária ou à produção mista (pecuária e lavoura). Esta tendência ressalta a importância socioeconômica da pecuária nos dois municípios, principalmente se considerarmos a inclusão na 'produção mista' de outros produtos voltados para a pecuária, como o milho e a cana-de-açúcar.

Ao apresentar mais detalhes sobre a exploração agrícola, as Tabelas 6 e 7 apresentam os produtos das lavouras permanentes nos dois municípios. De acordo com a Tabela 6, café, manga e limão são os cultivos explorados mais intensamente em Guiricema, enquanto que em Ubá há a ocorrência maior de café, laranja e tangerina. Há, no geral, a ocorrência de diversificação nas explorações, o que pode propiciar a geração de renda proveniente desses cultivos.

Tabela 6. Área de lavouras permanentes em hectares. Guiricema e Ubá. 2006.

Município	Café	Goiaba	Laranja	Manga	Banana	Maracujá	Limão	Mamão	Tangerina	Total
Guiricema	450	11	0	150	3	0	25	0	2	641
Ubá	50	0	25	15	19	4	5	2	22	142

Fonte: Adaptado IBGE (2009b).

Com relação à Tabela 7, Guiricema apresenta as maiores áreas exploradas com arroz, feijão e milho. Ubá, por sua vez, se concentra na produção de cana-de-açúcar, feijão e milho. Ambos os municípios apresentam diversificação também no cultivo de lavouras temporárias.

Tabela 7. Área de lavouras temporárias em hectares. Guiricema e Ubá. 2006.

Município	Arroz	Cana-de-açúcar	Cebola	Feijão	Mandioca	Milho	Tomate	Total
Guiricema	150	75	6	470	15	2.250	5	2.971
Ubá	50	200	0	450	20	500	7	1.227

Fonte: Adaptado IBGE (2009b).

Considerando os dados das Tabelas 6 e 7, depreende-se que os cultivos diversificados se constituem em fontes de geração de renda para os referidos produtores rurais familiares. Para exemplificar, apenas o mercado não-convencional de manga em Guiricema é mantido pela produção nos quintais das propriedades rurais e urbanas. Há um comércio local e ambulante desta fruta que envolve equipe de trabalhadores na colheita e na venda do produto. Um produtor de Guiricema (participante da pesquisa) recebeu mil e oitocentos reais pela venda das frutas de vinte e cinco pés que possui ao redor de sua casa. O destino destas mangas são as fábricas de suco do município vizinho, Visconde do Rio Branco. Portanto, agricultura familiar requer metodologias específicas para estudos de sua economia, cujas peculiaridades precisam estar contempladas no campo da pesquisa e da extensão rural.

Especificamente com relação à produção leiteira, a partir de 1996 Guiricema se estabiliza em torno de 4.500 mil litros por dia e 4.800 vacas ordenhadas (Figura 8).

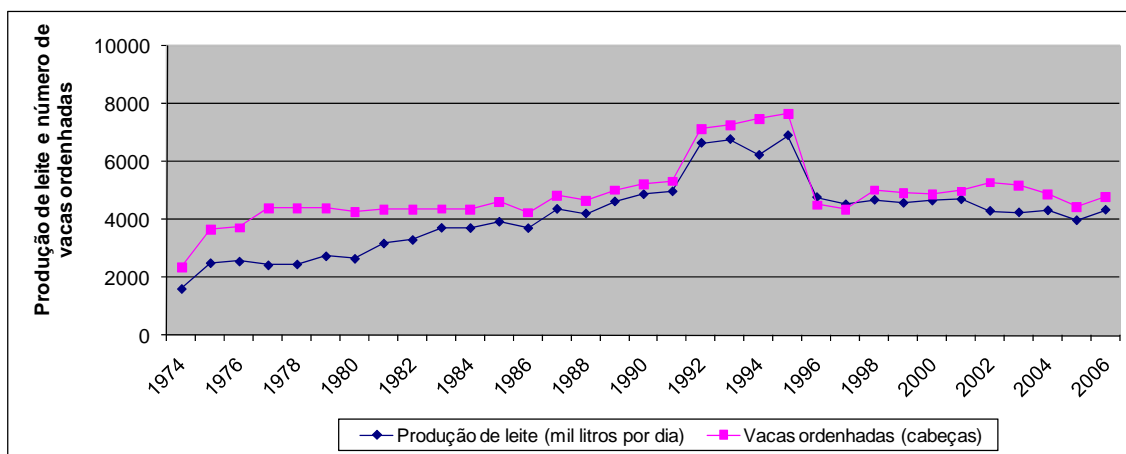


Figura 8. Produção de leite e número de vacas ordenhadas em Guiricema. 1974 a 2006. Fonte: Adaptado IBGE (2009a).

Apesar das similaridades nas flutuações dos municípios ao longo dos últimos anos, Ubá se assentou em um patamar mais elevado que Guiricema a partir de 1996, produzindo em média 6.300 litros de leite por dia, com plantel de 5.600 vacas ordenhadas (Figura 9).

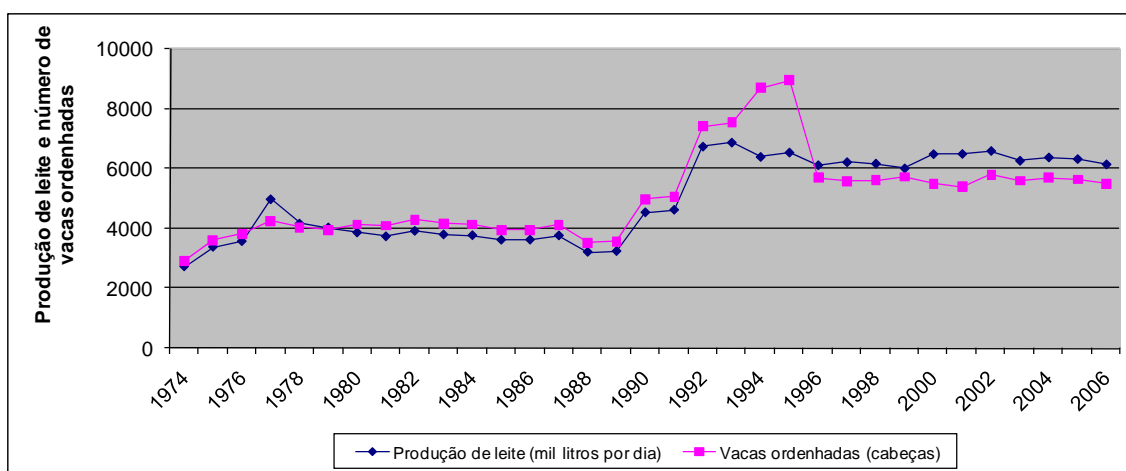


Figura 9. Produção de leite e número de vacas ordenhadas em Ubá. 1974 a 2006. Fonte: Adaptado IBGE (2009a).

É importante ressaltar que a estabilização na produção de leite após 1996 nos dois municípios não foi afetada pela saída de pessoas (e redução de mão-de-obra) do meio rural. Tendo por referência apenas a atividade leiteira, infere-se que havia anteriormente mão-de-obra excedente no meio rural e/ou está ocorrendo, nos últimos anos, sobretabalho daqueles envolvidos na produção leiteira e incorporação de tecnologias poupadoras de mão-de-obra.

Com os mesmos dados sobre produção de leite e número de vacas ordenhadas é possível examinar os ganhos de produtividade no setor ao longo dos anos. Neste aspecto, linhas de tendências (Figura 10) sinalizam o crescimento da produtividade nos dois municípios.

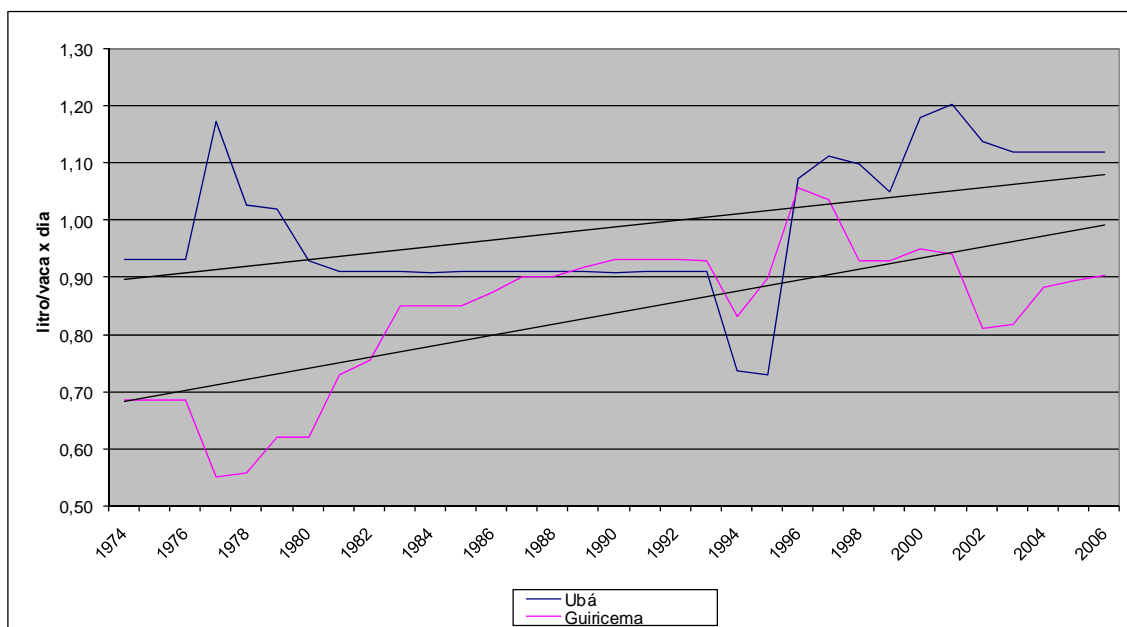


Figura 10. Produtividade das vacas ordenhadas. Guiricema e Ubá. 1974 a 2006.
Fonte: Adaptado IBGE (2009a).

Com exceção do período de sete anos entre 1989 e 1995, Ubá tem se mostrado superior a Guiricema quanto à produtividade das vacas ordenhadas. Apesar de oscilações, a produtividade em Guiricema tem se mantido em 0,9 litro por vaca por dia desde meados da década de oitenta. Em Ubá houve um ganho súbito de produtividade após 1996, o que elevou o patamar de 0,9 para 1,1 litro por vaca por dia a partir daquele ano.

Apesar de Guiricema possuir maior número de produtores nas pequenas propriedades (Figura 6), Ubá tem maior produção de leite em todas as faixas acima de 5 hectares (Figura 11).

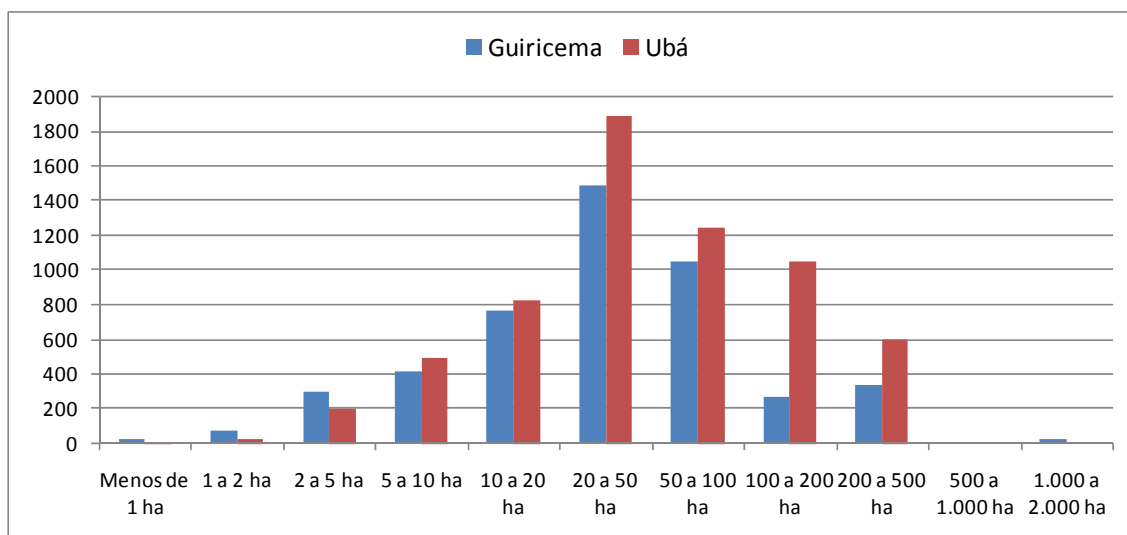


Figura 11. Produção de leite (mil litros/ano) segundo o tamanho da propriedade (ha). Guiricema e Ubá. 1996. Fonte: Adaptado IBGE (2009a).

Há indicativos de que a maior produção de leite em Ubá deve-se ao uso de práticas que resultam em maior produção e produtividade nos vários tamanhos de área acima de 5 hectares, análise a ser retomada adiante. As maiores áreas de plantio de culturas permanentes e temporárias de Guiricema (Tabelas 6 e 7) apontam para maior número de opções agrícolas aos produtores desse município. A maior concentração de esforços pela especialização e a maior dispersão de fontes de renda agrícola sugerem diferentes tendências nas estratégias de reprodução familiar de Ubá e Guiricema, respectivamente. Estas primeiras evidências ligadas à produção nas propriedades ficam mais claras pela investigação da ocupação de pessoas na agropecuária nos dois municípios.

4.3 A renda rural e a ocupação nos estabelecimentos agropecuários

Seguindo a comparação entre os Municípios de Guiricema e Ubá, há a introdução do valor do salário mínimo para o ano de 2000, o que permite acrescentar dados econômicos para a compreensão das análises posteriores. Em Ubá, 61% dos domicílios rurais e 39% dos urbanos possuíam renda de até três salários mínimos (IBGE, 2009a). Segundo essa mesma fonte, em Guiricema essa porcentagem aumenta para 75% na área rural e 55% na urbana. Por conseguinte, Guiricema

apresentava no ano 2000 percentual maior da população nas menores faixas de renda, tanto no meio urbano como no meio rural.

Observando com mais detalhe as ocupações desta população rural, identifica-se que Guiricema possuía maior número de pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários do que Ubá, especialmente em propriedades com menos de cinco hectares (Figura 12). Esta diferença, de forma menos acentuada, também ocorre nas propriedades com menos de 100 hectares. A exceção fica por conta das propriedades entre 100 e 500 hectares. No caso específico desta pesquisa, os produtores estiveram situados, na média, em 59 hectares em Guiricema e 56 hectares em Ubá.

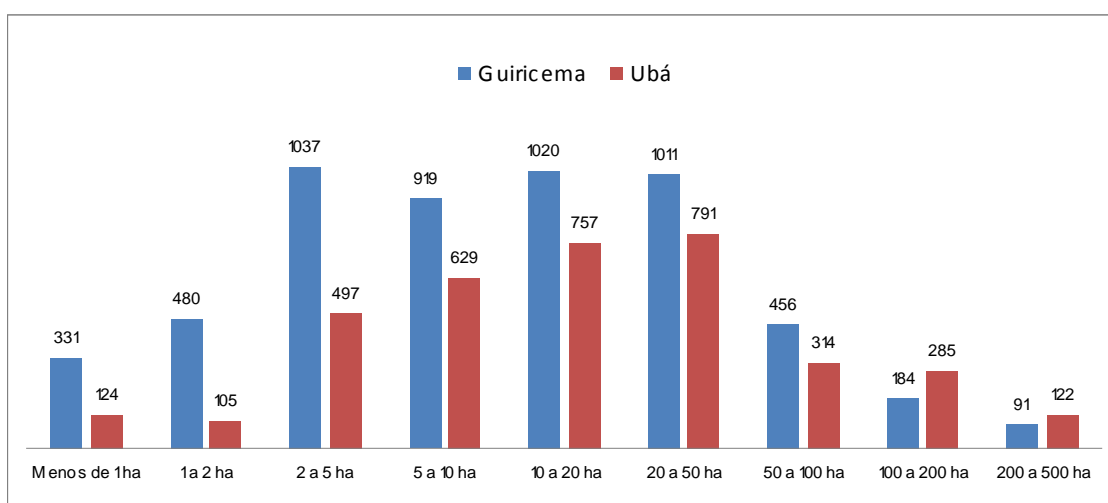


Figura 12. Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários (pessoas). Guiricema e Ubá. 1996. Fonte: Adaptado IBGE (2009a).

A tendência de maior concentração de pessoas ocupadas nos estabelecimentos de até cinco hectares em Guiricema fica também demonstrada em termos percentuais (Figura 13). Já nos estabelecimentos maiores que dez hectares Ubá possui maior percentual de pessoas ocupadas que Guiricema. Diante destas evidências inferimos que o perfil do trabalhador rural de Guiricema está mais associado às pequenas propriedades, enquanto os trabalhadores de Ubá têm tendência a se ocuparem em propriedades maiores que os primeiros.

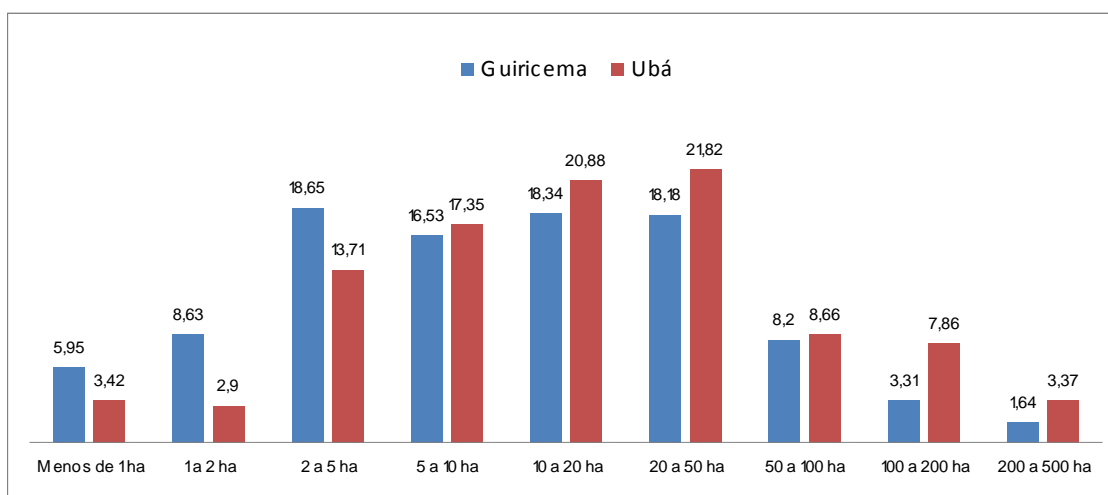


Figura 13. Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários (percentual). Guiricema e Ubá. 1996. Fonte: Adaptado IBGE (2009a).

O pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários pode apresentar ou não laços de parentesco com o produtor rural. Esse dado é retratado na Tabela 8. De acordo com essa Tabela, a maioria dos estabelecimentos, nos dois municípios, possui pessoas com estes laços de parentesco nos estabelecimentos. Entretanto, esse número se reduz no período de 1996 a 2006. Essa redução também atinge os que não possuem os laços de parentesco. No conjunto, identifica-se a tendência das pessoas em se deslocarem do setor rural, confirmando o despovoamento caracterizado na descrição anterior, o que pode expressar, também, a redução na oferta de mão-de-obra no setor.

Tabela 8. Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários por laço de parentesco com o produtor. 1996 e 2006.

Laço de parentesco com o produtor	Guiricema				Ubá			
	Pessoal ocupado em estabelec. agropecuários (Pessoas)		Pessoal ocupado em estabelec. agropecuários (Percentual)		Pessoal ocupado em estabelec. agropecuários (Pessoas)		Pessoal ocupado em estabelec. agropecuários (Percentual)	
	1996	2006	1996	2006	1996	2006	1996	2006
Presente	3758	2435	67,6	87,0	2281	1344	62,9	76,9
Ausente	1803	364	32,4	13,0	1344	404	37,1	23,1
TOTAL	5561	2799	100,0	100,0	3625	1748	100,0	100,0

Fonte: Adaptado IBGE (2009a).

Com relação a esta dinâmica populacional associada ao trabalho nos estabelecimentos, há dois aspectos a ressaltar. Primeiro a redução significativa de

peças *sem* laço de parentesco com o produtor, considerando que este grupo é aquele que mais fornece mão-de-obra para o setor agropecuário. Esta especificidade se manifesta nos questionários dos produtores para os quais a mão-de-obra contratada provém da vizinhança e a falta destes braços se agrava pela saída de famílias de não-proprietários do meio rural. Para contornar estas transformações sociais, é necessário operar mudanças nos referenciais técnicos utilizados neste setor. O segundo aspecto, não menos importante, é a redução de pessoas *com* laço de parentesco com o produtor, uma vez que também reduz a mão-de-obra (no caso familiar) disponível para a atividade leiteira e ainda acarreta problemas de sucessão nas propriedades rurais.

As análises acima trazem contribuições para a compreensão das dinâmicas populacionais associadas à residência rural e ao trabalho, agrícola e não agrícola. Detalhar-se-á este contexto macroanalítico mais adiante pelo estudo das estratégias familiares, o que incorpora motivações das pessoas para a saída do meio rural e da atividade agropecuária, assim como as razões para a permanência. Além disso, para aquelas pessoas com laço de parentesco com o produtor e que optam por uma atividade não-agrícola, volta-se atenção para as formas de incorporação destas rendas obtidas fora do setor agropecuário na economia da família agrícola, tornando-a pluriativa.

As características apontadas pelos dados estatísticos do IBGE sugerem que a extensão rural dos dois municípios lidam localmente com diferentes contextos socioeconômicos e distintas demandas dos produtores de leite. Comparado a Ubá, os dados indicam que em Guiricema há mais produtores nas faixas de pequenas propriedades e há mais diversificação agrícola. Ubá oferece mais oportunidades de trabalhos não-agrícolas aos familiares desses produtores e, ao mesmo tempo, as propriedades do município têm maior produtividade de leite que aquelas de Guiricema. Essas particularidades se mostram importantes nas ações da extensão rural, uma vez que solicitam uma abordagem atual em termos de novas áreas de conhecimento e de demandas.

Capítulo 5. ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS

Esse capítulo apresenta as análises dos dados referentes aos questionários aplicados a produtores de leite e aos seus filhos. Aborda o trabalho agrícola e não-agrícola dos membros das famílias de produtores de leite, com alguns componentes que são causas ou efeitos dessa atividade. Para buscar a compreensão do tema, a exposição se fará por determinadas vertentes, como o trabalho dentro e fora das propriedades, a comercialização da produção agropecuária, a renda agrícola e não-agrícola, a mobilidade dos filhos em função do trabalho e, enfim, a caracterização das famílias como pluriativas ou não. A descrição das estratégias produtivas nas famílias investigadas aponta comportamentos individuais e coletivos de mudanças que ocorrem no meio rural e que trazem novos componentes à prática da extensão rural.

5.1. A produção agropecuária nas propriedades

Na caracterização das 32 famílias de produtores de leite participantes da pesquisa, o leite é a única atividade (propriedade monoativa) em quatro propriedades de Guiricema (23,5%) e em dez de Ubá (66,7%), o que evidencia a especialização dos produtores de leite deste último município. Reforçando essa tendência, Guiricema possui sete tipos de combinações de exploração agropecuária, enquanto Ubá possui apenas quatro tipos. A produção agropecuária de Guiricema se diversifica principalmente pela criação de frangos (no regime de integração à Indústria de Alimentos Pif-Paf – havia 202 granjas integradas no município), pelo cultivo de hortaliças (especialmente quiabo, tomate e cebola) e pela recria de bezerros.

Tanto para os produtores de Guiricema quanto para os de Ubá, o leite representava a principal atividade econômica das propriedades pesquisadas. A segunda atividade mais importante foi a “granja de frangos”, seguida (novamente) pelo “leite”, “recria de bezerros”, “horta” e “outras atividades”. Além das quatro atividades mais importantes para os produtores participantes da pesquisa (leite, granja de frangos, recria de bezerros e horta – principalmente quiabo, tomate e

cebola), foram citados os seguintes produtos: gado de corte, milho, feijão, galinha e porco. Destes cinco produtos, apenas um destina-se essencialmente ao mercado, que é o gado de corte. Os demais (milho, feijão, galinha e porco) fazem parte da dieta da família ou servem para alimentação de animais domésticos (o milho), ainda que excedentes se destinem eventualmente ao mercado. Apenas um produtor, exceção aos demais, produzia feijão especificamente voltado ao comércio.

A diversificação agrícola em torno da atividade leiteira ressalta dois aspectos. Primeiro, apresenta a diversificação voltada a produtos de autoconsumo, prática típica da economia familiar agrícola. Segundo, a possibilidade do encadeamento de ciclos agrícolas diferentes pela racionalização dos fatores tempo e mão-de-obra disponível para o trabalho. As tendências da diversificação agropecuária a partir da atividade leiteira também foram evidenciadas nas propriedades, cujo tamanho médio foi de 59 hectares em Guiricema e de 56 em Ubá. Essas propriedades possuíam, em média, 63 animais em Guiricema e 61 em Ubá. Pelo tamanho dos rebanhos, característica importante de cada município, foi constatada que a relação número de vacas em lactação / número de vacas secas foi similar nos dois municípios: 2,30 em Guiricema (18,89 / 8,20) e 2,24 em Ubá (21,13 / 9,43). Entretanto, houve diferença na produtividade e sazonalidade da produção. Assim, na “época das águas” a produção média de leite foi de 107,5 litros/dia em Guiricema e 171,5 litros/dia em Ubá. Já na “época da seca”, 86,4 litros/dia em Guiricema e 165,4 litros/dia em Ubá. Ou seja, na “época da seca” a produção de leite de Guiricema caía 19,6% e a de Ubá caía 5,6%. Estes dados mostram que, embora os dois municípios tenham o mesmo tamanho médio de propriedade e o mesmo número médio de animais no rebanho, Ubá apresentava produção de leite superior a Guiricema em 59% nas “águas” e 91% na “seca”. O maior volume e uniformidade da produção de Ubá sugerem que esta vantagem é alcançada pelo uso de tecnologias mais adequadas pelos produtores deste município, com relação aos produtores de Guiricema.

Para reforçar essa suposição, verificou-se quais os tipos de alimentos que eram oferecidos às vacas em lactação nos municípios. Em Guiricema dois produtores não forneciam (além da pastagem) qualquer alimento adicional às vacas em lactação, cinco utilizavam uréia (alimento empregado geralmente em manejos alimentares mais simples), um fornecia silagem de milho (alimento com alto valor nutritivo), dois forneciam farelo de soja, dois davam ração, cinco ministravam somente cana e capim no período da seca, e dez não utilizavam qualquer forma de milho (fubá, rolão,

silagem). Em Ubá todas as propriedades forneciam ao menos um tipo de alimento, não havendo produtor que fornecesse uréia para o gado. Ainda neste município, seis forneciam silagem de milho, oito forneciam farelo de soja, quatro davam ração, um ministrava somente cana e capim no período da seca, e também apenas um não fornecia milho para os animais. Ainda que seja contabilizado o ‘piso de granja’³, a diversidade de alimentos utilizada em Ubá foi maior que em Guiricema (Tabela 9).

Tabela 9. Alimentos adicionais (além da pastagem) fornecidos para vacas em lactação na época da seca.

Alimento ¹	Guiricema		Ubá		Total		Perto		Longe		Total	
	Ud.	%	Ud.	%	Ud.	%	Ud.	%	Ud.	%	Ud.	%
Nenhum, só volumoso, só 'piso de granja' ou volumoso + 'piso de granja'	6	35	1	7	7	22	5	41	2	10	7	22
Só volumoso + uréia ou + volumoso ou + milho ou + milho e sorgo	4	23	0	0	4	12	2	17	2	10	4	12
Volumoso + milho	3	18	3	20	6	19	1	8	5	25	6	19
Volumoso + concentrado	2	12	1	7	3	9	0	0	3	15	3	9
Concentrado + milho	1	6	5	33	6	19	2	17	4	20	6	19
Volumoso + concentrado + milho	1	6	5	33	6	19	2	17	4	20	6	19
Total	17	100	15	100	32	100	12	100	20	100	32	100

Observação: ¹ Os alimentos estão listados em ordem crescente de qualidade. O termo ‘volumoso’ se refere a cana-de-açúcar e capim elefante, ‘milho’ se refere a fubá de milho, rolão de milho e silagem de milho; ‘concentrado’ se refere a farelo de soja, farelo de trigo e ração. Fonte: Dados dessa pesquisa.

É importante ressaltar que o fornecimento de alimentos mais variados e ricos nutricionalmente para as vacas em lactação não significa necessariamente que o manejo alimentar é mais adequado para o rebanho ou que resultará em maior renda

³ O uso de ‘piso de granja’, mais conhecido por cama de frango, é proibido na alimentação de ruminantes pela Instrução Normativa nº 15, de 17 de julho de 2001 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento devido ao risco de contaminação com encefalopatia espongiiforme bovina (“mal da vaca louca”) (BRASIL, 2009a). Medidas rigorosas de prevenção dessa doença se justificam pelo risco à saúde humana e também pela proteção do mercado exportador nacional ligado à pecuária pela eventual ocorrência dessa doença no rebanho brasileiro. O consumo de cama de frango pelos bovinos também representa risco de contaminação por botulismo (DUTRA; DÖBEREINER; SOUZA, 2005), doença que também é transmitida ao ser humano (zoonose).

ao produtor. Alimentos muito ricos ministrados a vacas de baixo potencial leiteiro, por exemplo, pode representar prejuízo ao produtor. Ainda que a determinação do alimento ideal para cada vaca em lactação envolva uma minuciosa análise zootécnica (idade da vaca, potencial leiteiro, fase da lactação, etc.), o que foge ao escopo deste projeto, os dados disponíveis sugerem que os produtores de Ubá fornecem a alimentação adequada para justificar a maior produção, produtividade e estabilidade da produção de leite, comparando aos produtores de Guiricema. O tipo de alimento fornecido às vacas foi estatisticamente superior nas propriedades de Ubá⁴, mas não variou em função de ser “perto” ou “longe” da cidade-sede municipal⁵.

As diferenças de produção de leite nas propriedades podem também estar relacionadas ao uso de tecnologias. Para compreender os efeitos deste componente da produção, investigou-se o uso da inseminação artificial (que incorpora melhor genética leiteira no rebanho) a fim de verificar o uso e as limitações de uma tecnologia de maior complexidade. A operação de inseminação pode ser realizada pelo próprio produtor ou realizada por mão-de-obra especializada. Desta forma, nove produtores disseram que utilizam esta técnica na propriedade, sendo cinco em Guiricema e quatro em Ubá.

Analisando a produtividade (litros por vaca em lactação por dia) apenas nas propriedades que realizam inseminação artificial, verifica-se que não há diferença estatística entre Guiricema e Ubá “nas águas” (8,1 e 11,4, respectivamente) e “na seca” (9,0 e 13,0, respectivamente)⁶. No entanto, os nove produtores que faziam inseminação artificial tiveram maior produtividade que os 23 demais produtores, tanto na época “das águas” (9,6 contra 6,1 litros por vaca em lactação/dia, respectivamente), quanto na época “da seca” (10,8 contra 4,9 litros por vaca em

⁴ Comparação do tipo de alimentação utilizada entre propriedades de Ubá e Guiricema, $t(30) = -3,940$, $p < 0,001$. Esta notação significa que foi aplicado o teste t com 30 graus de liberdade (o tamanho da amostra neste caso, $n-2 = 32-2 = 30$), onde t é igual a $-3,940$, um valor alto em termos absolutos. “Quanto maior o valor t , maior a probabilidade de que a diferença entre os grupos não resulte do erro amostral” (DANCEY; REIDY, 2008, p.227). O valor de p indica que a probabilidade de não haver diferença entre os dois grupos, neste caso, é menor que 0,1%, considerando o nível de significância de 5% estabelecido nesta pesquisa. Por isso, pode-se rejeitar a hipótese nula (segundo a qual não existe diferença entre os dois grupos) e aceitar a hipótese de pesquisa (na qual há diferença entre os dois grupos) (DANCEY; REIDY, 2008, p.148-157).

⁵ Comparação do tipo de alimentação utilizada entre propriedades “perto” e “longe” das cidades-sede $t(30) = -1,539$, $p = 0,134$.

⁶ Comparação de produtividade de leite em propriedades que faziam inseminação artificial na “época das águas”, $z(8) = -0,861$, $p = 0,389$, e na “época da seca”, $z(8) = -0,735$, $p = 0,462$.

lactação/dia em lactação, respectivamente)⁷. A alimentação das vacas não variou em função de utilizar ou não a técnica de inseminação artificial⁸. Ou seja, os dados da pesquisa não permitem afirmar que nas propriedades que se fazia inseminação artificial se utilizavam melhores alimentos para as vacas em lactação.

Aqueles que fazem inseminação artificial justificaram o uso pela melhoria do rebanho leiteiro visando ao aumento da produção e, conseqüentemente, da renda. Os argumentos para a não-utilização foram a mão-de-obra escassa ou cara (41%), a técnica cara que não traria retorno financeiro (21%), a complicação da técnica agravada pela “falta de estudo” (17%), e outras razões (21%). Na categoria ‘outras razões’ para a não-utilização da inseminação artificial estavam os seguintes argumentos: i) precisaria melhorar a alimentação do gado; ii) iria parar com leite e acha que não dá retorno; iii) não queria investir porque não tinha filho para continuar; iv) preferia ter boi cruzado e mais rústico; v) não fazia porque tinha “touro Girolando bom”, mas ainda pretendia fazer inseminação artificial. Nesta pesquisa, a falta de mão-de-obra, a baixa expectativa de retorno financeiro e o ‘alto’ nível de complexidade ressaltaram como principais impedimentos ao uso da técnica. Estas parecem ser as características a serem superadas pelas tecnologias voltadas a esse público. Nesse ponto da pesquisa, a ausência de sucessor surge como impedimento para o investimento na atividade.

A inseminação artificial foi aqui utilizada para compreender os impedimentos para utilização de uma técnica complexa pelos produtores. Foi considerada complexa porque exige a apreensão de um conjunto estruturado e sequencial de conhecimentos para que possa expressar os resultados esperados. Neste sentido, um dos produtores participantes da pesquisa disse que utilizava a técnica na sua propriedade, mas foi preciso abandoná-la porque não conseguia detectar o “cio silencioso” das vacas (agravado pela falta de um touro rufião), o que teria causado grande prejuízo. Para ele, o acasalamento natural com touro reprodutor foi o método mais seguro para não perder os cios das vacas e, por conseqüência, a prenhez, os bezerros e a produção de leite. Este produtor era um pequeno produtor familiar que trabalhava exclusivamente com pecuária de leite, o que agravava o problema de perda de cio das vacas. Neste

⁷ Comparação de produtividade entre propriedades que utilizavam e que não utilizavam inseminação artificial na “época das águas”, $t(30) = 2,982$, $t = 0,006$, e na “época da seca” $t(30) = 3,034$, $p = 0,005$.

⁸ Comparação entre o tipo de alimentação das vacas em lactação em função de utilizar ou não a inseminação artificial, $t(30) = 1,240$, $p = 0,225$.

caso particular o produtor sabia executar os procedimentos de inseminação, mas não foi capaz de apreender todas as etapas da técnica (complexa), o que o fez retornar ao método natural de acasalamento com touros.

Além da questão técnica relacionada à produção, outros fatores poderiam representar barreiras à melhor exploração da propriedade. Neste aspecto, 21 produtores afirmaram que poderiam utilizar melhor os recursos de suas propriedades, percepção que não exprimiu diferença entre municípios. Destes produtores, oito disseram que o fator limitante seria a mão-de-obra escassa e de alto custo, sete apontaram para a falta de recursos financeiros para investimento decorrente do baixo preço do leite, dois disseram que faltavam investimentos do governo, 1 atribuiu à sua pessoal falta de “tradição agrícola” como dificuldade para melhor explorar sua propriedade, um produtor mencionou a indefinição do processo judicial familiar de partilha da propriedade que recebeu por herança e dois produtores disseram que pretendem aumentar a produção de alimentos para o rebanho (capim, cana e milho para silagem). Assim, a mão-de-obra mais uma vez foi citada como um dos fatores que mais limitariam a produção, seguida pelo mercado do leite.

Esse subitem revelou a superioridade de Ubá com relação a Guiricema quanto às práticas de alimentação do rebanho que, associado à genética, parecem constituir os principais atributos associados à maior produtividade de leite nas propriedades. O uso de tecnologias mais complexas, no entanto, foi dificultado pela “falta de estudo”, pela escassez de mão-de-obra e pelo baixo retorno da atividade leiteira suficiente para viabilizá-la. O despovoamento na zona rural se faz sentir na produção agropecuária pela falta de mão-de-obra e pela falta de sucessores, conforme abordado nos subitens sobre a dinâmica populacional e sobre a renda e ocupação nos estabelecimentos rurais. A maior diversificação agrícola nas propriedades de Guiricema também corrobora os dados estatísticos do IBGE retratados no subitem 4.2. A superioridade da produtividade das vacas em lactação de Ubá em relação a Guiricema do mesmo Instituto confirma os dados das propriedades investigadas na época “das águas” (8,5 contra 5,8 litros por dia por vaca em lactação), mas não ratifica a diferença na época “da seca” (5,9 contra 4,7 litros por dia por vaca em

lactação)⁹. Ubá mostrou aqui maior tendência à especialização leiteira, confirmando a suposição do capítulo anterior.

5.2 Produtores e a continuidade da atividade agropecuária

O propósito desse subitem é delinear a trajetória da atividade leiteira dos produtores pela dinâmica da atividade leiteira nas propriedades investigadas nos últimos anos e pela expectativa dos pecuaristas sobre a produção de leite nas propriedades nos próximos anos. Os principais problemas relacionados à atividade leiteira nesses locais são identificados pelos respectivos produtores.

Segundo os produtores, nos últimos anos o número de cabeças de gado em suas propriedades aumentou para 47% dos produtores de Ubá e para 18% dos produtores de Guiricema (Tabela 10). Para os demais produtores, o rebanho teria se mantido constante ou diminuído. Desta forma, a perspectiva promissora da exploração leiteira foi maior entre os produtores investigados no Município de Ubá. Não houve, contudo, diferença nesse aspecto entre os residentes “perto” e “longe” das cidades-sede dos municípios.

Tabela 10. Variação no tamanho dos rebanhos das propriedades nos últimos anos, segundo os produtores.

	Guiricema		Ubá		Total		Perto		Longe		Total	
	Propr	%	Propr	%	Propr	%	Propr	%	Propr	%	Propr	%
Aumentou	3	18	7	47	10	31	4	34	6	30	10	31
Manteve-se	14	82	6	40	20	63	7	58	13	65	20	63
Diminuiu	0	0	2	13	2	6	1	8	1	5	2	6
Total	17	100	15	100	32	100	12	100	20	100	32	100

Fonte: Dados dessa pesquisa.

A Tabela 11 acrescenta informações a essa inferência. Isto é, apenas um produtor está disposto a parar de produzir leite entre os entrevistados em Ubá. Este dado corrobora a inferência anterior sobre a estabilidade e propensão da expansão dessa atividade em Ubá, uma vez que apenas quatro produtores pretendem diminuir a

⁹ Comparação da produtividade de leite em Guiricema e Ubá na “época das águas”, $t(30) = -2,403$, $p = 0,023$, e na “época da seca”, $t(30) = -1,930$, $p = 0,063$.

produção. Esses dados contrastam com os investigados no Município de Guiricema, pois três produtores pretendem parar com a produção de leite e 10, em 17, pretendem aumentá-la.

Comparativamente, os produtores de leite investigados nos dois municípios não apresentam tendências distintas de evolução e nem de estagnação da atividade. A comparação em termos da distância da propriedade em relação à sede municipal mostra que a disposição de diminuir ou parar a produção é maior entre os produtores residentes “longe” da cidade-sede (35%), em relação àqueles residentes “perto” (8%). Deduz-se dessas evidências que há elementos nos locais distantes das sedes municipais que desestimulam a continuidade do trabalho com pecuária de leite.

Tabela 11. Tendências sobre a atividade leiteira por localidade de residência.

Disposição do produtor	Guiricema		Ubá		Total		“Perto”		“Longe”		Total	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Aumentar a produção	10	59	6	40	16	50	6	50	10	50	16	50
Manter a produção	4	23	4	27	8	25	5	42	3	15	8	25
Diminuir a produção	0	0	4	27	4	12,5	0	0	4	20	4	12,5
Parar de produzir leite	3	18	1	6	4	12,5	1	8	3	15	4	12,5
Total	17	100	15	100	32	100	12	100	20	100	32	100

Fonte: Dados dessa pesquisa.

A decisão de reduzir ou parar a produção de leite, na opinião dos produtores dos dois municípios, estava associada à mão-de-obra escassa e de alto custo (onze citações), baixo preço do leite (quatro citações), falta de recursos financeiros para investimentos (duas citações), idade do produtor (duas citações) e tamanho reduzido da propriedade (uma citação). Não há, nesta pesquisa, informações suficientes para testar todas estas variáveis que interferem na disposição de aumentar, manter, diminuir ou parar de produzir leite. No entanto, testou-se a correlação entre a idade do produtor e estas disposições (Figura 14).

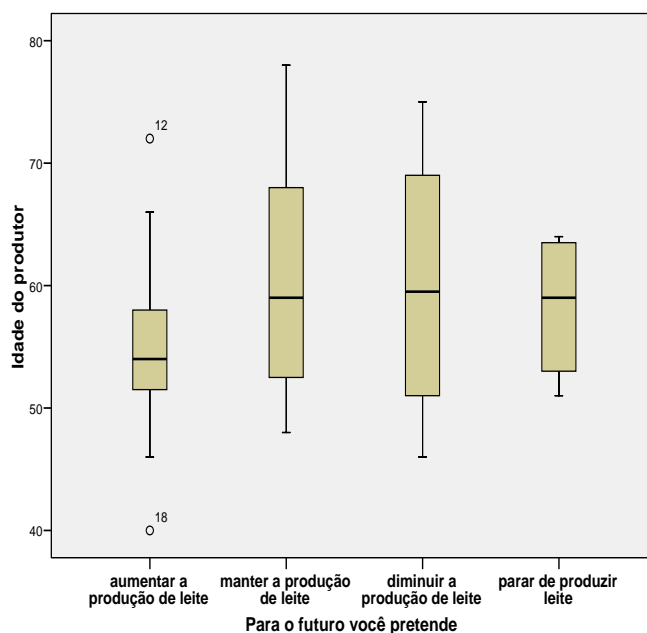


Figura 14. Correlação entre idade do produtor e a disposição em aumentar, manter, diminuir ou parar de produzir leite.

Na Figura 14, a amplitude (tamanho da caixa) e a mediana (traço central dentro da caixa) das idades em cada grupo de disposição dos produtores não mostra diferença estatística significativa entre estes grupos. Assim, não ficou evidenciada a correlação entre a idade e a disposição dos produtores em aumentar, manter, diminuir ou parar de produzir leite¹⁰. Ou seja, os planos de continuidade na atividade leiteira pelos produtores independiam do fato de serem jovens ou idosos. Tampouco houve correlação entre estas disposições com o tamanho total das propriedades¹¹, outra variável relacionada com as disposições dos produtores, empregada como justificativa para reduzir a produção de leite. Em outras palavras, não se pode inferir, por exemplo, que nas pequenas propriedades estariam os produtores com maior disposição de reduzir ou parar de produzir leite.

Recorrendo aos comentários de produtores que pretendem parar com a atividade leiteira, é possível qualificar as informações da Tabela 11 e Figura 14. O primeiro (tem 51 anos) disse: “Meu filho saiu... tá sujeito mais tarde até parar (de produzir leite)... a gente vai cansando... mão-de-obra tá muito difícil, não tá tendo gente pra trabalhar.” O segundo e o terceiro produtores (com 63 e 55 anos de idade):

¹⁰ Correlação entre a idade e a disposição dos produtores em aumentar, manter, diminuir ou parar de produzir leite: $r = 0,189$, $p = 0,299$.

¹¹ Correlação entre as disposições dos produtores com o tamanho total das propriedades: $r = 0,044$, $p = 0,812$.

“Não tá dando resultado. Leite a cinquenta centavos! Tá todo mundo acabando com o gado... nem pode dar ração.” “Não tô satisfeito. Um homem tem coragem de pedir trinta reais por dia [para trabalhar como diarista]! Sessenta litros de leite para pagar um dia de um homem! Temos que ficar arrebitando de trabalhar sozinho. As coisas da roça não têm valor.” O quarto produtor (de 64 anos) também atribuiu à baixa rentabilidade da atividade (em função do alto valor do adubo e da ração para vacas) e à falta de mão-de-obra como motivos para encerrar a atividade leiteira.

A falta de mão-de-obra e o baixo preço do leite foram os argumentos mais recorrentes entre os produtores para reduzir ou deixar a atividade leiteira. Ubá se destacou como o município onde o rebanho mais teria aumentado nos últimos anos, segundo a opinião dos produtores. De fato, entre 1990 e 1996 houve o crescimento do rebanho e da produção em Ubá, corroborando os dados do IBGE apresentados na Figura 10. O desestímulo com relação à atividade leiteira esteve mais evidente no grupo procedente de “longe” das cidades-sede dos municípios, tema que será ressaltado no subitem seguinte.

5.3 A comercialização do leite

Na pesquisa foram identificadas várias formas de comercialização do leite, as quais resultaram em diferentes valores de venda do produto, gerando rendas diferenciadas para as diferentes famílias nessa atividade econômica.

Dentre as formas de venda (Tabela 12), o leite resfriado ocorria tanto em Guiricema quanto em Ubá, mas somente nas localidades “longe” das cidades-sede. O resfriamento do leite nesses locais distantes seria importante para manter a qualidade do leite, uma vez que o tempo de deslocamento comprometeria a qualidade do leite vendido em latão. A venda “porta-em-porta” ocorria somente nas comunidades rurais “perto” de Ubá, o que parece se justificar pela facilidade e rapidez no deslocamento da propriedade até o mercado consumidor próximo e grande. O leite processado ocorria nos dois municípios, tanto “perto” como “longe” das cidades-sede.

Tabela 12. Formas de comercialização do leite.

	Guiricema	Ubá	Total	“Perto”	“Longe”	Total
Em latão	9	6	15	7	8	15
Resfriado	6	2	8	0	8	8
Porta-em-porta	0	3	3	3	0	3
Leite processado na propriedade	2	2	4	2	2	4
Em latão de manhã e resfriado à tarde	0	2	2	0	2	2
Total	17	15	32	12	20	32

Fonte: Dados dessa pesquisa.

O preço do leite recebido pelo produtor na época da pesquisa¹² não apresentou diferença estatística entre os municípios¹³. Ou seja, não houve diferença de preço de venda do leite entre os produtores de Guiricema (R\$ 0,59/litro) e os de Ubá (R\$ 0,60/litro). Quando se analisa o preço do leite apenas em função da distância entre a propriedade e a cidade-sede dos dois municípios (sem separar os municípios), verifica-se que houve diferença nos preços entre produtores que residem “perto” daqueles que residem “longe”¹⁴. Os produtores de “perto” recebem R\$ 0,69 por um litro de leite, valor estatisticamente maior que aquele recebido pelos produtores de “longe”, R\$ 0,54 por litro. A Tabela 13 ressalta a maior frequência dos produtores de “perto” nas maiores faixas de preço e a maior frequência dos produtores de “longe” nas menores faixas de preço.

¹² A pesquisa foi realizada entre os dias 22 de novembro e 17 de dezembro de 2008.

¹³ ($t(30) = -0,264$; $p = 0,794$).

¹⁴ Comparação no preço de venda do leite entre produtores que residiam “perto” e “longe” das cidades-sede dos municípios: $t(30) = 3,998$, $p < 0,001$.

Tabela 13. Preço recebido (R\$/litro de leite) pelos produtores.

Preço	Guiricema	Ubá	Total	“Perto”	“Longe”	Total
0,47	0	1	1	0	1	1
0,50	2	2	4	0	4	4
0,51	3	1	4	0	4	4
0,53	1	2	3	1	2	3
0,54	0	2	2	0	2	2
0,55	4	0	4	1	3	4
0,57	1	0	1	1	0	1
0,58	2	0	2	2	0	2
0,60	0	4	4	1	3	4
0,67	1	0	1	0	1	1
0,68	2	0	2	2	0	2
0,70	0	1	1	1	0	1
0,90	0	2	2	2	0	2
1,00	1	0	1	1	0	1
Total	17	15	32	12	20	32

Fonte: Dados desta pesquisa.

Além da comparação de preços de venda do leite entre municípios e entre localidades, comparamos os preços em função do tipo de comercialização (Tabela 14). Os preços médios por litro de leite de acordo com o tipo de venda foram de R\$ 0,55 para o leite em latão (15 produtores), R\$ 0,54 para o leite resfriado (oito produtores), R\$ 0,83 para o leite “porta-em-porta” (três produtores), R\$ 0,70 para o leite processado (quatro produtores) e R\$ 0,55 para o leite vendido em latão pela manhã e resfriado à tarde (dois produtores). Como alternativa ao modo mais comum de venda do leite (em latão ou resfriado vendido às indústrias de laticínios), seis produtores comercializavam o leite de duas outras formas: entregando de ‘porta-em-porta’ na casa dos consumidores e processando o leite na propriedade. Estas duas formas alternativas de venda tinham tendência a maiores preços, conforme a Tabela 14.

Tabela 14. Preço do leite (R\$/litro) recebido pelo produtor em função do tipo de comercialização.

	Em latão	Resfriado	Porta-em-porta	Leite processado na propriedade	Em latão de manhã e resfriado à tarde	Total
0,47	1	0	0	0	0	1
0,50	1	2	0	0	1	4
0,51	2	2	0	0	0	4
0,53	3	0	0	0	0	3
0,54	0	1	0	1	0	2
0,55	2	2	0	0	0	4
0,57	1	0	0	0	0	1
0,58	2	0	0	0	0	2
0,60	2	0	0	1	1	4
0,67	0	1	0	0	0	1
0,68	1	0	0	1	0	2
0,70	0	0	1	0	0	1
0,90	0	0	2	0	0	2
1,00	0	0	0	1	0	1
Total	15	8	3	4	2	32

Fonte: Dados desta pesquisa.

É importante aqui discorrer sobre algumas particularidades da comercialização, cujos reflexos recaem sobre o preço do leite. O produtor recebia pelo leite resfriado R\$ 0,04 a mais por litro que o leite vendido em latão, mas esta diferença ficava por conta das despesas fixas do tanque comunitário de resfriamento, tais como energia elétrica, material de limpeza e salário do responsável pela recepção do leite e limpeza do equipamento. Considerando estas despesas, o preço final do leite resfriado era praticamente semelhante ao leite vendido em latão.

O leite vendido como processado tinha um preparo artesanal, na forma de queijo caseiro (dois produtores – um de Guiricema “perto” e um de Ubá “longe”), ou industrial, na forma de queijo, iogurte e outros derivados lácteos (dois produtores). Nesta última modalidade, as pequenas indústrias eram instaladas nas propriedades (uma em Guiricema “perto” e uma em Ubá “longe”), e consumiam o próprio leite produzido e ainda o leite das propriedades vizinhas.

A venda do leite “porta-em-porta” é facilitada pela proximidade do mercado consumidor das cidades. Nesse caso, as propriedades que ficam próximas à cidade-sede dos municípios parecem ser mais propícias para esta forma de comercialização. Nas propriedades “longe”, onde é restrito o mercado para venda “porta-em-porta”, a

venda do leite processado parece ser alternativa à comercialização em latão ou resfriado. Assim, o produtor deixa de vender a R\$ 0,55 o litro de leite ‘em latão’ para vender a R\$ 0,70 o litro de leite processado, ganhando R\$ 0,15 a mais por litro de leite.

Apesar da legislação específica que regulamenta a produção, a coleta e o transporte do leite no país – Instrução Normativa nº 51 de 18/09/2002 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2009a) –, a maioria dos produtores participantes da pesquisa ainda comercializava o leite em latões (17 produtores no total: 15 que vendiam em latão – nove de Guiricema e seis de Ubá –, mais dois produtores de Ubá que vendiam em latão pela manhã e resfriado à tarde). Com base nas respostas dos produtores, a dificuldade para comercializar o leite resfriado tinha três causas principais: a falta de compensação financeira pela venda do leite da forma resfriada, o alto custo do equipamento e o aumento da mão-de-obra para levar o leite da propriedade até o tanque de resfriamento coletivo. Dentre os fatores relacionados à implantação desta norma (IN/51) parece ser necessário treinar o produtor para melhorar a qualidade do leite (e com isso negociar junto às indústrias maior preço) e pensar alternativas de transporte do leite entre as propriedades e o tanque comunitário de resfriamento.

Outra questão refere-se ao comércio de leite vendido “porta-em-porta” que pertence ao status de “leite informal”, o que incorpora duas particularidades. A primeira é relacionada à saúde pública em função de problemas de contaminação (nas fases de produção, acondicionamento, transporte e comercialização) e da falta de pasteurização do leite. A segunda particularidade, consequência da primeira, é pautada na ilegalidade deste tipo de comercialização.

Este subitem sugere que a proximidade da cidade-sede motiva a existência de modalidades diferentes de comercialização do leite pelo produtor rural, que se expressa no segundo maior fator limitante da atividade: a baixa remuneração (atrás apenas da ‘falta de mão-de-obra’, descrito no item 5.2). Propiciando maior renda, a proximidade e o tipo de venda podem justificar a maior disposição de produtores de “perto” em continuar na atividade leiteira, aspecto também evidenciado no item 5.2. Estas motivações poderiam estar influenciando, em última instância, a permanência da família na atividade agropecuária e no meio rural. Outro aspecto retratado aqui se refere a algumas causas que limitam a venda de leite resfriado pelos produtores, de acordo com a IN/51 do Mapa. Para a efetivação desta norma entre estes produtores se

faz necessário, dentre outras coisas, adequar o transporte, a qualidade e o equipamento de resfriamento. Apesar da importância da indústria no cumprimento dos parâmetros de aceitação do leite, há sinais de que algumas ações desse processo estão na esfera da extensão rural.

5.4 A falta de mão-de-obra nas propriedades e as implicações na sucessão da unidade produtiva

Esse ponto da pesquisa discorre sobre as implicações das transformações econômicas e socioculturais que ocorrem no meio rural sobre o processo produtivo familiar nas propriedades rurais. Destaca-se a questão da disponibilidade de mão-de-obra e os mecanismos para suprir a saída de filhos que deixam o trabalho das propriedades para assumir atividades não-agrícolas. A análise evidencia aspectos da sucessão familiar das atividades produtivas nas propriedades, em acordo com campo heurístico da pluriatividade.

A execução dos trabalhos agrícolas é de responsabilidade dos que ficaram nas propriedades. A tendência é a permanência dos proprietários e de alguns filhos que não migram para as cidades. Essa tendência pode ser ilustrada com o depoimento de um dos entrevistados:

“a maioria do pessoal [da comunidade “longe”] de Crindiúbas, tá trabalhando em São Geraldo [município vizinho a Guiricema], nas fábricas de móveis... Tem muitas casas vazias [na comunidade]... quem fica é o proprietário, ninguém tem empregado. Tão usando muita roçadeira [costal motorizada] de três anos pra cá... hoje tem muito na região. Um homem [operando uma roçadeira] faz por três ou quatro.” “Hoje só fica [no meio rural] quem é proprietário. Mesmo assim, a maioria mora na cidade e vem trabalhar na roça.”

Para esse entrevistado, há a identificação do município de destino, a associação entre a localidade da propriedade e a sua distância em relação ao município-sede, o fator de atração nos deslocamentos e a introdução de tecnologias poupadoras de mão-de-obra nas atividades agropecuárias. Se, por um lado, é possível identificar essas associações, por outro, não é possível inferir se a migração de mão-de-obra induz a aquisição da roçadeira ou vice-versa. O que se identificou, conforme a Figura 15, foi o uso da roçadeira costal motorizada pelo filho de um produtor rural para a limpeza do canavial, voltado à alimentação do gado de leite.



Figura 15. O uso da roçadeira costal motorizada.

Apesar do registro atual sobre a tendência migratória nas atividades agropecuárias, esse movimento iniciou-se, como relata um dos entrevistados, a partir da década de 1970. Segundo esse entrevistado:

“Ubari já teve mil e oitocentos eleitores, hoje tem menos de oitocentos. Na cidade de Ubari ainda tem alguém. Na roça mesmo não tem ninguém. Meu pai tinha sessenta famílias [morando na propriedade]. Hoje nesta mesma área só tem eu e meu irmão.” “A zona rural esvaziou muito por causa da lei trabalhista da década de 1970 e 1980. O empregado ganhava na justiça e ganhava uma parte da propriedade. Então eles pararam de colocar empregado morando nas propriedades. Outros saíram pra estudar os filhos. O meu sogro saiu da comunidade Santana pra minha mulher estudar.” “O êxodo rural vai limpando a zona rural. Tá todo mundo indo embora. A cidade tem trabalho limpo. Há trinta anos atrás tinha vizinho pra todo lado. Hoje tá virando tudo pasto.” “A lei trabalhista arrebentou a zona rural. Foi todo mundo embora. É um dinheiro sujo [do trabalhador que ganha a causa]. [...] Assinar carteira era caro. Todo mundo ficou com medo de contratar. Quem levava o patrão na justiça ia pra Volta Redonda [morar].” “O pessoal foi tudo embora. Hoje deve ter umas trezentas pessoas [aqui em Dom Silvério]. Anos atrás tinha umas seiscentas pessoas.” “Tuiutinga só tem velho, aqueles que já aposentaram.”

Segundo esse relato, a vigência da lei trabalhista implicou em várias consequências, envolvendo proprietários e trabalhadores rurais. Pelo relato da introdução da roçadeira costal motorizada, pode-se, agora, inferir que ela passa a

suprir a ausência de mão-de-obra. Há o fluxo inicial das famílias de não-proprietários que é seguido pelo de migração dos filhos de proprietários. Os proprietários, alguns pelas aposentadorias rurais, permanecem, mas envolvidos com as atividades rotineiras instituídas nas propriedades ao longo do tempo. Além disso, à medida que estes proprietários ficam mais velhos, o cenário aponta para a redução de mão-de-obra disponível para o trabalho na agropecuária, sejam de trabalhadores contratados, sejam de integrantes da própria família. Conforme visto anteriormente (Tabela 8 do item 4.3), a redução da população rural em Guiricema e Ubá ocorre tanto entre aqueles com parentesco, como aqueles sem parentesco com o produtor.

Os produtores que permanecem nas atividades agropecuárias possuem, em média, 55,7 anos em Guiricema e 59,4 anos em Ubá. Por sua vez, o tempo médio de serviço desses produtores na atividade leiteira foi de 35 anos em Guiricema e de 34 anos em Ubá, independentemente da localização da propriedade em relação à sede do município. Pelos relatos dos produtores, a iniciação no trabalho em pecuária leiteira ocorre entre os oito e os 12 anos de idade. Considerando a idade média dos produtores e a tendência à migração de mão-de-obra familiar, o proprietário deverá apresentar dificuldades em conduzir a atividade leiteira por longo tempo, tendo em vista a exigência física que esta atividade requer nas rotinas do serviço.

Com relação ao número de pessoas envolvidas na atividade agropecuária, verifica-se que das 32 propriedades pesquisadas, 12 (37%) contavam apenas com o produtor trabalhando na agropecuária, sem qualquer parente para ajudá-lo (Tabela 15). Deste montante, dez (83%) são propriedades “longe” das cidades-sede. Estes dados sugerem maior índice de abandono de parentes naquelas propriedades distantes das sedes municipais, o que está em acordo com o que foi apresentado nas Tabelas 2 e 3 do subitem 4.1. Além das 12 propriedades onde só havia produtores, seis contavam apenas com esposas trabalhando na agropecuária. Em outros termos, cerca de metade das propriedades (56%) não tinha parente que pudesse suceder os produtores na condução das atividades agropecuárias.

Tabela 15. Parentes dos produtores que trabalhavam nas propriedades.

	Guiricema	Ubá	Total	“Perto”	“Longe”	Total
Esposa	6	3	9	6	3	9
Filho	7	7	14	6	8	14
Filha	1	2	3	2	1	3
Genro ou nora	2	1	3	1	2	3
Nº de propriedades onde não havia familiares trabalhando na agropecuária além do produtor	5	7	12	2	10	12
Total	21	20	41	17	24	41

Fonte: Dados dessa pesquisa.

A Tabela 15 mostra, ainda, que havia 14 filhos e três filhas envolvidos com o trabalho agrícola das propriedades. A maior presença do filho que da filha sugere a existência de elementos sociais ou específicos do trabalho desfavorecendo a inclusão das moças no trabalho agrícola. Entre os familiares dos produtores de leite que trabalhavam com agropecuária na propriedade, a maior renda média mensal era dos filhos (R\$ 574,29), seguida pela do genro ou nora (R\$ 235,83) e da filha (R\$ 171,83). A esposa do produtor não tinha remuneração pecuniária explícita pelo seu trabalho. A baixa remuneração da filha (em relação à renda dos filhos) e a falta de remuneração da mãe dão sinais de contribuir para o fato da baixa presença de filhas no trabalho agrícola no grupo investigado.

A contratação de pessoas ‘de fora’ ocorria em 26 propriedades (81%). Essa contratação visava executar os seguintes serviços: i) “bateção” de pasto, confecção ou conserto de cerca e capina (62%); ii) limpeza de granja ou de curral (14%); iii) ordenha (10%); iv) plantio de milho (7%); v) serviço na horta (3,5%); vi) corte de capim (3,5%). Do total de produtores, seis (19%) não fazem qualquer contratação por ano, 19 (59%) contratam trabalhadores temporários e sete (22%) possuem trabalhadores fixos. Percebe-se que além da idade elevada do produtor, há número expressivo de produtores que trabalham sozinhos na propriedade (37%), o que aponta para a sobrecarga de trabalho e para a vulnerabilidade no negócio para o caso de uma doença ou necessidade de ausência temporária ou permanente do trabalho.

Para contornar esta falta de mão-de-obra disponível nas propriedades, produtores contratam trabalhadores temporários ou permanentes que residem, na maior parte das vezes, na comunidade vizinha (85%), mas também moram na propriedade (11%). Apenas 4% desses trabalhadores residem na cidade-sede do município, uma vez que a propriedade localiza-se nas imediações do município-sede.

Estas informações foram similares nos dois municípios do estudo. Desse modo, registra-se que a mão-de-obra disponível na atividade leiteira está localizada, principalmente, na vizinhança das propriedades. Por dedução conclui-se que uma vizinhança pouco numerosa implica em escassos ‘braços’ disponíveis ao produtor, caso mais crítico nos locais de menor densidade demográfica e de maior migração, conforme identificado anteriormente. A disponibilidade de mão-de-obra para a agricultura na cidade-sede de Guiricema parece ser reflexo do número reduzido de postos de trabalho e da baixa remuneração das ocupações na zona urbana deste município. Nesse aspecto, a Tabela 5 do subitem 4.1 indica que Ubá possui número muito superior de postos de trabalho com carteira assinada que Guiricema, assim como é superior a média dos salários.

A contratação de trabalhadores fixos nas propriedades, associada a outros requisitos de enquadramento no Pronaf, permite a identificação dos produtores que não se enquadram na categoria de agricultor familiar. Dos sete produtores que possuíam trabalhadores fixos, dois contratavam um trabalhador, três contratavam dois trabalhadores e dois contratavam mais de dois trabalhadores (três e seis pessoas em cada propriedade). Estes dois últimos produtores não se enquadram na categoria de agricultor familiar, segundo os critérios do Pronaf, conforme mostra a Tabela 16.

Tabela 16. Produtores participantes da pesquisa que não se enquadram como agricultor familiar pelos critérios do Pronaf.

Produtor	Nº de familiares envolvidos na atividade agropecuária ¹	Renda bruta anual (R\$/ano) ²	% da agropecuária na renda bruta anual ³	Nº de empregados permanentes ⁴	Nº de módulos fiscais da propriedade ⁵
Produtor 1	2	246.825,00	100	3	8,2
Produtor 2	1	102.052,00	91	6	4,8

Observação: ¹Segundo os critérios do Pronaf, deve ser predominante o número de familiares envolvidos no trabalho da propriedade; ²a renda bruta anual é limitada a R\$ 110.000,00, excluídos os benefícios sociais e proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais; ³a renda bruta anual da agropecuária deve ser no mínimo de 70%; ⁴o número de empregados permanentes é limitado a dois; ⁵o tamanho da propriedade é limitado a seis módulos fiscais para o pecuarista familiar, cuja dimensão de um módulo é de trinta hectares para Ubá e para Guiricema. Fonte: Brasil (2009b), Minas Gerais (2009a) e dados dessa pesquisa.

Entre os 32 produtores investigados, além de contratar trabalhadores temporários, produtores utilizam determinados equipamentos poupadores de trabalho para suprir a falta de mão-de-obra nas propriedades, mão-de-obra que representava o maior fator limitante à expansão da atividade leiteira (subitem 5.1) e que mais pesava

na decisão de diminuir ou parar de produzir leite (subitem 5.2). Os equipamentos utilizados pelos produtores foram: transporte animal (carroça, charrete, boi-de-carro ou burro) (22 citações), trator ou microtrator (11 citações), ordenhadeira mecânica (seis citações), roçadeira motorizada (duas citações), capina animal com “bico de pato” (uma citação). Apenas um produtor disse não utilizar qualquer equipamento poupador de mão-de-obra. Não houve diferença entre os municípios de Ubá e de Guiricema quanto à distribuição dos equipamentos citados acima. Como justificativa para o uso destes recursos, os produtores citaram a realização dos serviços mais pesados (55%), a necessidade de suprir a mão-de-obra escassa e de alto custo (32%) ou simplesmente para “render o serviço” (13%).

Verifica-se, portanto, que nas famílias de produtores de leite as estratégias de reprodução social apontam para problemas de continuidade das unidades produtivas investigadas, onde o proprietário tem idade elevada e trabalha muitas vezes sozinho (37% dos casos). Além disso, cerca de metade das propriedades investigadas (56%) não tinha parentes (filha, filho ou genro) trabalhando na propriedade e com possibilidade concreta de suceder o produtor na condução da atividade agropecuária. A pesquisa identificou menor presença de filhos trabalhando nas propriedades “longe” das sedes municipais, locais menos atrativos aos jovens e, por este motivo, mais críticos nos processos de sucessão produtiva. Há, nesses municípios, um cenário onde a demanda tecnológica e a falta de mão-de-obra e de sucessores tornam-se elementos determinantes para a ação extensionista.

5.5 As fontes de renda das famílias

Ainda retomando o tema do trabalho nas propriedades, esse subitem analisa os componentes da renda das famílias dos produtores de leite. Esses elementos são apresentados separadamente como renda do leite, da agropecuária (excluindo o leite), da aposentadoria e de outras fontes. Identifica-se a importância absoluta e relativa dessas rendas para as famílias investigadas nos Municípios de Guiricema e Ubá. Esta comparação pretende verificar as diferenças entre municípios e identificar a existência e o peso das rendas não-agrícolas no grupo de produtores investigados, aspectos importantes no estudo da pluriatividade.

É preciso explicar que, em função dos não registros das despesas por parte dos produtores rurais entrevistados, não foi possível analisar as rendas líquidas mensais deles, mas apenas as rendas brutas. Além dos não-registros, as despesas e as rendas das propriedades não são separadas daquelas direcionadas às despesas domésticas.

Inicialmente, os produtores de leite foram classificados por ordem crescente de renda bruta anual¹⁵ de forma a facilitar a comparação entre municípios. A Tabela 17 apresenta a renda da atividade leiteira. As tabelas seguintes somam cumulativamente à renda da atividade leiteira o ingresso de outras rendas agropecuárias (Tabela 18), das aposentadorias (Tabela 19) e de outras rendas (Tabela 20). O primeiro terço das tabelas traz os produtores com as menores rendas, o segundo terço apresenta aqueles com rendas intermediárias e o terceiro terço mostra os produtores que possuem as maiores rendas.

Tabela 17. Classificação dos produtores pela renda bruta anual da atividade leiteira.

Primeiro terço			Segundo terço			Terceiro terço		
Ordem	Município / Produtor	Renda	Ordem	Município / Produtor	Renda	Ordem	Município / Produtor	Renda
1 ^o	Guiricema 1 ¹⁶	4.188	12 ^o	Ubá 12	16.425	22 ^o	Guiricema 22	28.105
2 ^o	Ubá 2	5.475	13 ^o	Guiricema 13	16.753	23 ^o	Ubá 23	29.163
3 ^o	Guiricema 3	6.387	14 ^o	Guiricema 14	16.753	24 ^o	Ubá 24	37.449
4 ^o	Guiricema 4	8.030	15 ^o	Ubá 15	17.520	25 ^o	Ubá 25	38.325
5 ^o	Guiricema 5	8.468	16 ^o	Ubá 16	18.250	26 ^o	Ubá 26	43.526
6 ^o	Guiricema 6	10.037	17 ^o	Guiricema 17	20.805	27 ^o	Ubá 27	49.275
7 ^o	Guiricema 7	11.005	18 ^o	Ubá 18	22.338	28 ^o	Ubá 28	52.560
8 ^o	Guiricema 8	14.600	19 ^o	Ubá 19	25.185	29 ^o	Guiricema 29	54.604
9 ^o	Guiricema 9	14.819	20 ^o	Guiricema 20	27.083	30 ^o	Ubá 30	87.052
10 ^o	Ubá 10	15.512	21 ^o	Guiricema 21	27.375	31 ^o	Ubá 31	108.405
11 ^o	Guiricema 11	16.133	-	-----	-	32 ^o	Guiricema 32	220.825

Fonte: Dados dessa pesquisa.

Na Tabela 17, das rendas da atividade leiteira, Guiricema aparece mais frequente no primeiro terço (menores rendas) e Ubá no último terço (maiores rendas). Este resultado corrobora o que foi discutido no subitem 5.1, onde se ressalta a maior produção de leite em Ubá, apesar do mesmo tamanho das propriedades (59

¹⁵ Estes números de ordem substituem os nomes dos produtores e constituem um código numérico que preserva o anonimato dos produtores.

¹⁶ 'Guiricema 1' significa que o produtor de número de ordem 1 é de Guiricema.

hectares em Guiricema e 56 hectares em Ubá) e dos rebanhos participantes da pesquisa nos dois municípios (63 animais em Guiricema e 61 animais em Ubá)¹⁷. Os produtores de Guiricema produziam na “época das águas” 107,5 litros de leite/dia (amplitude de 35 a 1.100 litros/dia) e na “época da seca”, 86,4 litros/dia (amplitude de 10 a 1.100 litros/dia). Para as mesmas épocas, os produtores de Ubá produziam 171,5 litros/dia (amplitude de 50 a 450 litros/dia) e 165,4 litros/dia (amplitude de 40 a 650 litros/dia), respectivamente. Esta superioridade em termos produtivos de Ubá ficou evidenciada, agora, em termos de renda da produção de leite.

Tabela 18. Classificação dos produtores pela renda bruta anual da atividade agropecuária (renda do leite somada a outras rendas agropecuárias).

Primeiro terço			Segundo terço			Terceiro terço		
Ordem	Município / Produtor	Renda	Ordem	Município / Produtor	Renda	Ordem	Município / Produtor	Renda
1º	Guiricema 1	4.188	12º	Guiricema 14	19.753	22º	Guiricema 20	32.083
2º	Guiricema 3	8.887	13º	Guiricema 9	21.619	23º	Ubá 25	38.325
3º	Guiricema 6	10.037	14º	Guiricema 13	22.253	24º	Ubá 27	49.275
4º	Guiricema 4	13.630	15º	Ubá 18	22.338	25º	Ubá 28	52.560
5º	Guiricema 7	14.505	16º	Ubá 19	25.185	26º	Ubá 26	53.526
6º	Ubá 10	15.512	17º	Guiricema 17	26.805	27º	Ubá 24	55.449
7º	Guiricema 11	16.133	18º	Guiricema 8	27.600	28º	Guiricema 29	58.604
8º	Guiricema 5	16.268	19º	Guiricema 22	28.105	29º	Ubá 2	72.975
9º	Ubá 12	16.425	20º	Guiricema 21	29.375	30º	Ubá 30	102.052
10º	Ubá 15	17.520	21º	Ubá 23	31.663	31º	Ubá 31	108.405
11º	Ubá 16	18.250	-	-----	-	32º	Guiricema 32	246.825

Obs.: Produtores que possuem rendas agropecuárias além do leite: 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 13, 14, 17, 20, 21, 23, 24, 26, 29, 30 e 32. Fonte: Dados dessa pesquisa.

Quando se inserem outras atividades agropecuárias (Tabela 18), há certo equilíbrio entre o grupo de famílias de Guiricema e o grupo de Ubá no primeiro terço do quadro. Isto decorre da maior diversificação das atividades agropecuárias em Guiricema¹⁸ e do peso destas atividades na renda familiar. As maiores áreas de cultivo de Guiricema com cultivos permanentes (641 hectares em Guiricema contra 142 hectares em Ubá) e anuais (2.971 hectares em Guiricema contra 1.277 em Ubá)

¹⁷ A superioridade da produção de leite de Ubá com relação a Guiricema também ficou demonstrada no percurso histórico da atividade nos municípios pelas Figuras 8, 9 e 10 do subitem 4.2 e respaldada pelos produtores entrevistados, segundo Tabela 10 do subitem 5.2.

¹⁸ Estas informações corroboram os dados estatísticos do IBGE apresentados no item 4.2 e reforçados na caracterização da produção agropecuária do subitem 5.1.

descritas no subitem 4.2 indicavam maior relevância da diversificação neste município em relação a Ubá.

Os dados apresentados na Tabela 17 (renda do leite) e na Tabela 18 (outras rendas agropecuárias) reforçam a inferência apresentada no subitem 4.2 que apontava maior especialização na atividade leiteira dos produtores de Ubá e maior dispersão de fontes de ingresso de renda agrícola dos produtores de Guiricema.

Tabela 19. Classificação dos produtores pela renda bruta anual da atividade agropecuária somada às aposentadorias.

Primeiro terço			Segundo terço			Terceiro terço		
Ordem	Município / Produtor	Renda	Ordem	Município / Produtor	Renda	Ordem	Município / Produtor	Renda
1º	Guiricema 1	4.188	12º	Ubá 15	22.500	22º	Ubá 19	35.145
2º	Guiricema 3	8.887	13º	Ubá 12	26.385	23º	Ubá 25	48.285
3º	Guiricema 7	14.505	14º	Ubá 18	27.318	24º	Ubá 28	52.560
4º	Ubá 10	15.512	15º	Guiricema 8	27.600	25º	Ubá 26	53.526
5º	Guiricema 11	16.133	16º	Guiricema 22	28.105	26º	Ubá 27	54.255
6º	Guiricema 5	16.268	17º	Ubá 16	28.210	27º	Ubá 24	55.449
7º	Guiricema 4	18.610	18º	Guiricema 21	29.375	28º	Guiricema 29	58.604
8º	Guiricema 14	19.753	19º	Ubá 23	31.663	29º	Ubá 2	72.975
9º	Guiricema 6	19.997	20º	Guiricema 17	31.785	30º	Ubá 30	112.012
10º	Guiricema 9	21.619	21º	Guiricema 20	32.083	31º	Ubá 31	118.365
11º	Guiricema 13	22.253	-	-----	-	32º	Guiricema 32	246.825

Observação: Produtores que possuem rendas de aposentadorias: 4 (1), 6 (2), 15 (1), 12 (2), 18 (1), 16 (2), 17 (1), 19 (2), 25 (2), 27 (1), 30 (2) e 31 (2). O número entre parênteses indica quantas aposentadorias há na família. Fonte: Dados dessa pesquisa.

Quando se acrescenta as rendas das aposentadorias (Tabela 19), a situação fica mais evidente: Guiricema retorna ao primeiro terço da Tabela (menores rendas) e Ubá aparece mais claramente no terceiro terço (maiores rendas). As aposentadorias foram mais recorrentes nas famílias de Ubá (nove famílias com 15 aposentadorias) que em Guiricema (três famílias com quatro aposentadorias). Esta diferença numérica das aposentadorias entre os municípios não significava, contudo, a idade mais avançada dos produtores de Ubá (média de 56 anos de idade para os produtores de Guiricema e 59 para Ubá¹⁹). A idade tampouco pode ser considerada como fator capaz de interferir na produção de leite, considerando a maior produtividade de leite alcançada pelos produtores de Ubá, em relação aos produtores de Guiricema.

¹⁹ Conforme subitem 6.1 sobre o ciclo demográfico familiar.

Pela sequência de tabelas é possível observar a mudança de posições individuais em função do ingresso das rendas. Nas famílias que possuíam aposentadorias observa-se o crescimento significativo da renda bruta total (e de ganho relativo de posições nas tabelas), especialmente para aquelas com duas aposentadorias (do produtor e da esposa) e com menores rendas na atividade leiteira e agropecuária. É o que ocorre com os produtores das posições 6, 12 e 16 (Guiricema 6, Ubá 12 e Ubá 16), quando se comparam as Tabelas 18 e 19.

Tabela 20. Classificação dos produtores pela renda bruta anual da atividade agropecuária somada a aposentadorias e a outras rendas.

Primeiro terço			Segundo terço			Terceiro terço		
Ordem	Município / Produtor	Renda	Ordem	Município / Produtor	Renda	Ordem	Município / Produtor	Renda
1 ^o	Guiricema 1	4.188	12 ^o	Ubá 15	22.500	22 ^o	Ubá 19	35.145
2 ^o	Guiricema 3	8.887	13 ^o	Ubá 12	26.385	23 ^o	Ubá 25	48.285
3 ^o	Guiricema 7	14.505	14 ^o	Ubá 18	27.318	24 ^o	Ubá 28	52.560
4 ^o	Ubá 10	15.512	15 ^o	Guiricema 22	28.105	25 ^o	Ubá 26	53.526
5 ^o	Guiricema 5	16.268	16 ^o	Ubá 16	28.210	26 ^o	Ubá 27	54.255
6 ^o	Guiricema 4	18.610	17 ^o	Guiricema 21	29.375	27 ^o	Ubá 24	55.449
7 ^o	Guiricema 11	19.733	18 ^o	Ubá 23	31.663	28 ^o	Guiricema 29	71.384
8 ^o	Guiricema 14	19.753	19 ^o	Guiricema 17	31.785	29 ^o	Ubá 2	76.575
9 ^o	Guiricema 6	19.997	20 ^o	Guiricema 20	32.083	30 ^o	Ubá 30	112.012
10 ^o	Guiricema 9	21.619	21 ^o	Guiricema 8	32.580	31 ^o	Ubá 31	118.365
11 ^o	Guiricema 13	22.253	-	-----	-	32 ^o	Guiricema 32	246.825

Observação: Produtores que possuem ‘outras rendas’: 11, 29 e 2. Fonte: Dados dessa pesquisa.

Com relação à Tabela 20, observa-se que o ingresso de outras rendas não-agrícolas não foi suficiente para modificar a predominância de Guiricema no primeiro terço da Tabela e de Ubá no terceiro terço das maiores rendas. O produtor nº 13 (Guiricema 13) teve ingresso pequeno de renda e pequena ascensão frente aos demais (11^a para 12^a posição), ao contrário do produtor nº 8 (Guiricema 8), que saiu da posição 15 para a 21. Os produtores “Guiricema 29” e “Ubá 2” não tiveram alteração de posição em função da pequena contribuição destas rendas diante da renda relativamente alta que já possuíam. É importante também observar na Tabela 20 a pequena frequência de ‘outras rendas’ na renda total dos produtores. Esta evidência sugere a existência de pequena pluriatividade entre as famílias participantes da pesquisa.

Analisando as rendas brutas das famílias, verifica-se que o leite constituía a fonte de renda mais importante, o que corrobora com o depoimento dos produtores apresentado no subitem 5.1. O leite representava, em média, 76% da renda bruta nas propriedades pesquisadas, 14% decorriam de outras atividades agropecuárias, 9% de aposentadorias e 1% de outras rendas. Portanto, a atividade leiteira somada a outras atividades agropecuárias representavam, em média, 90% da renda bruta dos produtores participantes da pesquisa. Do total das 32 famílias, 14 tinham o leite como única atividade agropecuária (quatro em Guiricema e dez em Ubá), mas dentre estas 14, nove tinham aposentadorias (uma família de Guiricema e oito de Ubá). Em certa medida, as aposentadorias permitiam a especialização na atividade leiteira e dispensavam a necessidade de recorrer a outras fontes de renda agrícola. A importância das aposentadorias era grande para algumas famílias pesquisadas, chegando a representar até 50% da renda bruta familiar, conforme Tabela 21.

Tabela 21. Percentual de participação na renda bruta total da atividade leiteira, outros produtos agropecuários, aposentadorias e outras rendas.

Município / Produtor	% leite	% outras rendas agrop.	% aposen.	% rendas não-agric.	Município / Produtor	% leite	% outras rendas agrop.	% aposen.	% rendas não-agric.
Guiricema 1	100	0	0	0	Guiricema 17	65	19	16	0
Ubá 2	7	88	0	5	Ubá 18	82	0	18	0
Guiricema 3	72	28	0	0	Ubá 19	72	0	28	0
Guiricema 4	43	30	27	0	Guiricema 20	84	16	0	0
Guiricema 5	52	48	0	0	Guiricema 21	93	7	0	0
Guiricema 6	50	0	50	0	Guiricema 22	100	0	0	0
Guiricema 7	76	24	0	0	Ubá 23	92	8	0	0
Guiricema 8	53	47	0	0	Ubá 24	68	32	0	0
Guiricema 9	69	31	0	0	Ubá 25	79	0	21	0
Ubá 10	100	0	0	0	Ubá 26	81	19	0	0
Guiricema 11	82	0	0	18	Ubá 27	91	0	9	0
Ubá 12	62	0	38	0	Ubá 28	100	0	0	0
Guiricema 13	71	23	0	0	Guiricema 29	76	6	0	18
Guiricema 14	85	15	0	0	Ubá 30	78	13	9	0
Ubá 15	78	0	22	0	Ubá 31	92	0	8	0
Ubá 16	65	0	35	0	Guiricema 32	89	11	0	0

Observação: Esta Tabela segue a ordem dos produtores da Tabela 11. Fonte: Dados dessa pesquisa.

Nos casos estudados, as aposentadorias participavam mais efetivamente nas despesas familiares do casal idoso e menos para as despesas dos filhos que já haviam deixado a propriedade. Entre os 32 produtores participantes da pesquisa, 12 (37%) tinham ao menos uma aposentadoria em casa, sua e/ou da sua esposa. Do total de produtores da pesquisa, seis recebiam ‘ajuda’ dos filhos²⁰; destes seis, dois tinham aposentadorias na família. Nesses dois casos específicos, havia duas aposentadorias em cada família: a do produtor e a da esposa.

A Tabela 22 mostra as médias das rendas brutas por categoria de renda.

Tabela 22. Renda bruta anual média dos produtores.

Categorias de rendas	Guiricema	Ubá	“Perto”	“Longe”
Atividade leiteira	20.569,21	35.633,33	23.314,04	31.002,50
Ativ. leiteira + outras rendas agropecuárias	25.052,87	43.446,09	27.364,04	38.124,72
Ativ. leiteira + outras rendas agropecuárias + aposentadorias	26.354,83	48.426,09	29.991,65	41.721,39
Ativ. leiteira + outras rendas agropecuárias + aposentadorias + outras rendas	27.594,05	48.692,76	30.926,09	41.988,06

Fonte: Dados dessa pesquisa.

Análises estatísticas não-paramétricas de comparação entre médias (teste *Mann-Whitney*) indicam que nas categorias de renda das famílias descritas na Tabela 22 há diferenças significativas entre municípios, mas não há diferença entre “perto” e “longe”²¹. Assim, é possível dizer que as rendas dos produtores de Ubá foram superiores aos de Guiricema em todas as categorias de renda da referida tabela. Não é possível afirmar para qualquer categoria, no entanto, que as rendas dos produtores residentes “longe” sejam maiores que as rendas dos produtores residentes “perto” das cidades-sede dos municípios. A Tabela 22 também evidencia o maior ingresso de rendas da aposentadoria entre os moradores de Ubá, com relação àqueles de Guiricema. Além disso, o ingresso mensal de ‘outras rendas’ é pequeno para todas as

²⁰ O subitem 5.8 – sobre a pluriatividade nas famílias – tratará mais detalhadamente destas seis famílias que recebiam ajuda dos FNA e mais uma família cujos pais (produtor e esposa) também tinham renda não-agrícola.

²¹ Os testes estatísticos geraram os seguintes resultados: Na categoria da atividade leiteira, $Z(30) = -2,209$, $p = 0,027$, entre municípios, e $Z(30) = -0,584$, $p = 0,559$, entre “perto” e “longe”. Da mesma forma, para as rendas totais da agropecuária, $Z(30) = -2,096$, $p = 0,036$ e $Z(30) = -0,467$, $p = 0,640$, respectivamente. Somando as aposentadorias, $Z(30) = -2,587$, $p = 0,010$ e $Z(30) = -0,701$, $p = 0,484$, respectivamente. Na última categoria (rendas anteriores somada a ‘outras rendas’), $Z(30) = -2,473$, $p = 0,013$ e $Z(30) = 0,584$, $p = 0,559$, respectivamente.

categorias de localização, sinalizando a pequena relevância da pluriatividade nas famílias de produtores de leite investigadas.

As análises apresentadas neste subitem indicam que há uma tendência dos produtores de Ubá em permanecerem nas maiores faixas de renda que os produtores de Guiricema. Esta superioridade de Ubá sobre Guiricema ocorre na atividade leiteira e também quando a ela se somam, cumulativamente, outras rendas agropecuárias, aposentadorias ou outras rendas não-agrícolas. A importância do leite se evidencia pela participação de 76% deste produto na renda bruta total das famílias pesquisadas, sendo que outras rendas agropecuárias representavam outros 14%. Assim, 90% das rendas das famílias eram constituídas por fontes da agropecuária. Essa parte do trabalho reforça, também, a existência de maior diversificação agropecuária nas propriedades de Guiricema e a maior especialização na atividade leiteira dos produtores de Ubá. A maior presença de aposentadorias nas famílias residentes em Ubá (também com maior produção de leite – subitem 5.1) dá indícios de que nesse município é menor a necessidade dos produtores em recorrer a outras fontes de renda agrícolas pela diversificação. Apenas três famílias contavam com rendas não-agrícolas mensais, cujos montantes destes recursos eram relativamente baixos. Estas evidências sugerem a pequena expressão da pluriatividade entre as famílias pesquisadas, discussão a ser retomada no item 5.8. A extensão rural defronta-se com realidades diferentes em termos de renda bruta das famílias de produtores de leite nos dois municípios, seja pela diversificação agrícola, em Guiricema, seja pela especialização na atividade leiteira e maior renda bruta total, em Ubá.

5.6 Outros residentes na propriedade: o afastamento das filhas do trabalho agrícola

Para melhor compreender as estratégias de reprodução social das famílias, no contexto da pluriatividade, torna-se necessário identificar os familiares que residiam na propriedade e algumas de suas características, como o trabalho, a escolaridade e a renda. Este detalhamento visou levantar os papéis individuais na dinâmica produtiva da unidade de produção que pudessem ressaltar as motivações de continuidade ou de abandono da atividade agropecuária e da continuidade em residir na área rural. Estes

parentes não participavam do trabalho agrícola das propriedades (pelo levantamento dos parentes envolvidos com atividades agrícolas), tampouco eram filhos que exerciam ofícios não-agrícolas (pelo levantamento de filhos e filhas que realizavam atividades não-agrícolas). Eram filhos e outros parentes que residiam nas propriedades e que possuíam outros tipos de ocupação e renda.

Este grupo de parentes do produtor rural era formado por 30 pessoas: 16 esposas, um filho, sete filhas e seis pessoas com outro tipo de parentesco (Tabela 23). Não foram observadas diferenças significativas na distribuição destes parentes entre aqueles que residiam em Guiricema e Ubá, e entre aqueles que residiam “perto” ou “longe” das cidades-sede dos municípios. O único filho deste grupo tinha 10 anos de idade, era estudante, e ainda não exercia ofício agrícola. Observa-se maior número de esposas e de filhas neste grupo. O maior número de filhas entre estes parentes sem envolvimento com agricultura corrobora a evidência do item 5.4 (Tabela 15) na qual mostrava baixa presença de filhas entre aqueles envolvidos na agricultura.

Tabela 23. Parentes residentes com os produtores de leite e sem envolvimento com as atividades agrícolas das propriedades.

	Guiricema	Ubá	Total	“Perto”	“Longe”	Total
Esposa	9	7	16	6	10	16
Filho	1	0	1	0	1	1
Filha	3	4	7	4	3	7
Outro parentesco ¹	5	1	6	3	3	6
Total	18	12	30	13	17	30

¹Esta categoria era formada por dois netos, uma mãe, uma nora e dois irmãos. Fonte: Dados dessa pesquisa.

A respeito das rendas destes parentes (Tabela 24), verifica-se que no grupo das filhas apenas uma filha tinha remuneração: uma bolsa do governo pelo fato de ser portadora de Síndrome de Down. Na categoria de ‘outro parentesco’, três pessoas não tinham renda (dois netos e uma nora), uma mãe de produtor tinha renda de R\$ 830,00 e dois irmãos de um produtor recebiam, cada um, R\$ 1.500,00 de suas atividades agrícolas (apesar de residirem na casa do produtor participante da pesquisa). O único filho (de dez anos) não possuía renda. Do total das esposas, dez não tinham qualquer remuneração, quatro recebiam aposentadoria, uma fazia colchas de edredom como fonte de renda e uma era funcionária da Prefeitura de Guiricema. Esta esposa se destacava das demais pelo fato de ser funcionária pública e receber remuneração mensal de R\$ 560,00. As rendas médias das esposas foram baixas, tanto

nos caso em que se envolviam com a agropecuária²² quanto nestes casos em que tinham outros ofícios.

Tabela 24. Número de parentes com as respectivas rendas mensais.

	Renda mensal (R\$/mês)						Total
	0,00	100,00	415,00	650,00	830,00	1.500,00	
Esposa	10	1	4	1	0	0	16
Filho	1	0	0	0	0	0	1
Filha	6	0	1	0	0	0	7
Outro parentesco	3	0	0	0	1	2	6
Total	19	1	5	1	1	2	30

Fonte: Dados dessa pesquisa.

Em relação à escolaridade, as filhas foram superiores às suas mães²³ (Tabela 25). Das sete filhas pertencentes a este grupo de parentes, quatro ainda estudavam: duas cursavam o ensino médio e duas o ensino superior (Farmácia e Nutrição). A maior escolaridade das filhas com relação às suas mães sugere contribuir para criar novas expectativas nestas filhas com relação ao trabalho e ao estilo de vida, o que se manifesta, de certa forma, nos seus depoimentos: “A cidade dá melhores condições de trabalho, salário, oportunidade de crescimento profissional. É o salário mesmo que atrai o jovem rural.” “A mulher é mais difícil ficar na roça”, “trabalhar na roça é cansativo e pesado”. Os números que expressam a pequena participação de moças nas atividades agrícolas²⁴ permitem agora, por meio destes relatos, inferir sobre o afastamento das moças do trabalho agrícola nas propriedades investigadas.

²² Tabela 15 do subitem 5.2

²³ $Z(21) = -2,469$, $p = 0,014$.

²⁴ Pequena participação das moças na agropecuária (Tabela 15 do subitem 5.4) e número relativamente expressivo entre os parentes sem ofício agrícola (Tabelas 23 e 24 deste subitem).

Tabela 25. Escolaridade dos parentes residentes na propriedade sem envolvimento na agropecuária da propriedade.

	Escolaridade máxima alcançada					Total
	Não estudou	4 ^a série do ensino fundamental	5 ^a a 8 ^a série do ensino fundamental	1 ^a a 3 ^a série do ensino médio	Ensino superior completo ou em andamento	
Esposa	0	12	3	1	0	16
Filho	0	0	1	0	0	1
Filha	1	0	2	2	2	7
Outro parentesco	0	5	0	1	0	6
Total	1	17	6	4	2	30

Fonte: Dados dessa pesquisa.

Para completar o quadro de exclusão das filhas ante o trabalho agrícola, faz-se necessário discutir o que ocorre com aquelas mulheres que trabalham com os maridos nas propriedades. O trabalho destas mulheres não aparece ante a indústria de laticínios quando, ao final do mês, o recibo pela produção mensal do leite vem em nome do marido (produtor). A ele geralmente cabe administrar financeiramente a propriedade e, com esta renda mensal, prover os recursos necessários à gestão geral da casa. À esposa compete, em geral, administrar as atividades domésticas e exercer algumas funções agrícolas na propriedade, de forma contínua ou esporádica. Esta situação de invisibilidade feminina no trabalho e na gestão do próprio salário pode ser um componente de desestímulo para as filhas de produtores de leite. Uma alternativa para estas filhas seria, portanto, buscar a independência (ou autonomia) financeira fora da propriedade rural e fora daquele contexto social.

As análises realizadas nesse tópico apontam características do trabalho agrícola que desmotivam, em certa medida, a presença de filhas no mercado de trabalho agrícola, como a baixa renda e o tipo de trabalho agrícola (“cansativo e pesado”). De outro lado, as filhas têm alcançado maior escolaridade que as mães e buscado, por este meio, aumentar suas expectativas de realizar novos ofícios e ocupar novas posições sociais. Esse conjunto pareceu indicar que o processo de sucessão das unidades produtivas era majoritariamente direcionado para os filhos que para as filhas, o que será discutido no subitem 6.3.

5.7 FNA: residência, mobilidade, trabalho e renda

A descrição do grupo de FNA, importância anunciada na metodologia da pesquisa vem, neste subitem, relacionada a parâmetros de residência, mobilidade, trabalho e renda. O objetivo é identificar, nesse grupo, particularidades associadas à ocorrência da pluriatividade pelas dinâmicas socioeconômicas locais e pelas estratégias de reprodução social das famílias. As descrições e as análises procuram revelar alguns comportamentos dos moradores em função dos elementos positivos ou negativos de Guiricema e Ubá.

Local de residência

Nos questionários dos produtores foram identificados 79 filhos e filhas que trabalham em atividades não-agrícolas (FNA), sendo 36 procedentes de Guiricema (45,5%) e 43 de Ubá (54,5%). Do total destes filhos, 33 residem em uma cidade diferente daquela de origem (locais denominados por ‘outra cidade’), conforme lista a Tabela 26. Destes 33 FNA que residem em “outra cidade”, 58% permanecem na Zona da Mata Mineira, 12% estão em outras localidades de Minas Gerais e 30% moram em outras cidades da Região Sudeste. Não há filho(a) residindo em outras regiões do País.

Tabela 26. Local de residência atual dos FNA que moram em ‘outra cidade’.

Região de residência	Cidade de residência	Total
Zona da Mata Mineira	Viçosa (3) ¹ , Ubá (3) ² , Visconde do Rio Branco (4), Juiz de Fora (9)	19
Outros locais de Minas Gerais	Belo Horizonte (3), Itaiobéiras (1)	4
Outras cidades da Região Sudeste	Volta Redonda/RJ (2), Vila Velha/ES (1), João Neiva/ES (1), São Paulo/SP (1), Osasco/SP (4), Campinas/SP (1)	10

¹O número entre parênteses indica quantos FNA residem em cada cidade. ²Filhos de produtores de leite de Guiricema que moram em Ubá. Fonte: Dados dessa pesquisa.

Os dados da pesquisa mostram que filhos de produtores de leite escolheram diferentemente os locais de residência, em função do município de origem e em função da procedência da propriedade dos pais, “perto” ou “longe” da cidade-sede

(Tabela 27)²⁵. No grupo de FNA de Guiricema verifica-se que oito filhos (22%) optaram por morar na propriedade ou na cidade-sede do município e 28 (78%) decidiram residir em outra cidade (do total de trinta e seis). Em um sentido oposto, Ubá tem 40 FNA (93%) morando na propriedade ou na cidade-sede do município e apenas três (7%) morando em outra cidade. Estes números sugerem que a cidade de Ubá é superior a Guiricema com relação à atração dos filhos de produtores de leite participantes da pesquisa. Este fenômeno parece estar ligado, principalmente, ao maior número e à diversidade de empregos de Ubá e aos maiores salários destes empregos. Além disso, outros atributos de Ubá podem estar envolvidos na decisão dos filhos em residir nesta cidade, como infraestrutura, ensino, saúde, lazer e transporte, dentre outros. Os dados empíricos indicam que Ubá consegue manter os filhos de produtores de leite residindo no município e ainda atrair três FNA de Guiricema²⁶. Pelo comportamento dessas pessoas, infere-se que Ubá também atraia pessoas de outros municípios da vizinhança.

Tabela 27. Local de residência atual do FNA em função da procedência.

Residência	Guiricema		Ubá		Total		“Perto”		“Longe”		Total	
	Ud	%	Ud	%	Ud	%	Ud	%	Ud	%	Ud	%
Na propriedade do pai	2	5	9	21	11	14	8	27	3	6	11	14
Na cidade-sede do município	6	17	31	72	37	47	15	52	22	44	37	47
Em outra cidade	28	78	3	7	31	39	6	21	25	50	31	39
Total	36	100	43	100	79	100	29	100	50	100	79	100

Fonte: Dados dessa pesquisa.

Ainda com base na Tabela 27, observa-se que, entre os FNA procedentes de “perto”, 23 (79%) permaneceram na propriedade ou se mudaram para a cidade-sede do município e apenas seis (21%) foram para outras cidades. No grupo de filhos procedentes de “longe”, 25 (50%) decidiram residir na propriedade dos pais ou na cidade-sede do município e outros 25 (50%) optaram por mudar para ‘outra cidade’. Estes dados sugerem que os FNA procedentes de propriedades próximas à cidade-sede dos municípios veem estas propriedades como opções interessantes de

²⁵ Comparação entre municípios, $t(75) = 7,075$, $p < 0,001$, e entre “perto” e “longe”, $t(75) = -3,373$, $p = 0,001$.

²⁶ Expresso pela Tabela 26.

residência. As propriedades “perto” das cidades-sede têm vantagem em relação àquelas propriedades “longe” pela facilidade e rapidez no deslocamento ao trabalho e à escola (mesmo em épocas de chuvas). Com a finalidade de edificar residência, os lotes nestas propriedades parecem ser mais interessantes que os na cidade, uma vez que são gratuitos (doados pelos pais), maiores e ainda próximos à família.

Os filhos procedentes de Guiricema residem mais distantes da propriedade dos pais (média de 146 km) que os filhos procedentes de Ubá (média de 20 km). Da mesma forma, os filhos procedentes de “perto” residem mais próximos da propriedade dos pais (média de 39 km) e os filhos de “longe” residem mais distantes dos pais (média de 100 km), conforme ilustra a Figura 16. Estas diferenças são estatisticamente significativas²⁷.

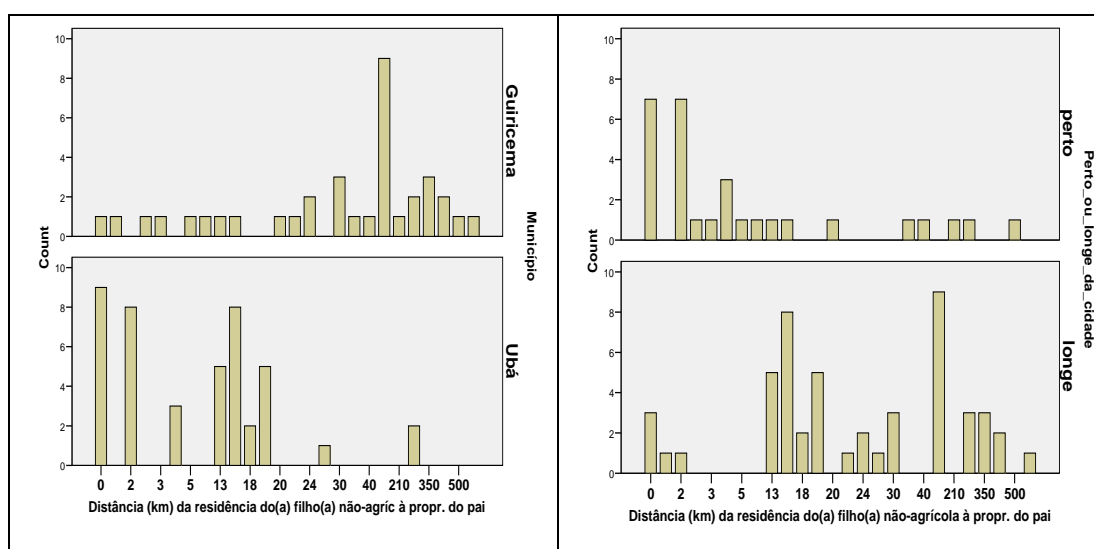


Figura 16. Distância da residência atual do FNA à propriedade dos pais em função da origem (Guiricema ou Ubá, “perto” ou “longe”). Fonte: Dados dessa pesquisa.

Mobilidade

Para vencer as distâncias e ampliar as possibilidades de acesso ao trabalho, motos são muito utilizadas por jovens rurais. Para conhecer a importância deste e de outros tipos de veículos, verificou-se para qual finalidade os FA e FNA empregam estes veículos. No grupo de 11 FA, nove utilizam motocicleta (82%) e dois utilizam carro (18%), com a finalidade principal de trabalhar (para 82% dos casos). Para os 38

²⁷ Entre municípios, $t(77) = 4,983$, $p < 0,001$, e entre “perto” e “longe”, $t(77) = -2,096$, $p = 0,039$.

FNA, 13 utilizam moto (34%) e 17 utilizam carro (45%), também com o objetivo principal de trabalhar (66% dos casos).

Tabela 28. Veículos utilizados pelos filhos de produtores de leite.

	Ativ. agrícola		Ativ. não-agríc.		Total	
	Ud.	%	Ud.	%	Ud.	%
Carro	0	0	14	37	14	29
Ônibus	1	9	5	13	6	12
Moto	7	64	10	26	17	35
Bicicleta	1	9	2	5	3	6
Carro e moto	2	18	3	8	5	10
Não utilizava qualquer veículo	0	0	4	11	4	8
Total	11	100	38	100	49	100

Fonte: Dados dessa pesquisa.

Com base nesses números, verifica-se que os FA fazem mais uso de veículos que os FNA, mas não há diferença entre os grupos de Guiricema e Ubá ou entre a origem “perto” e “longe” das cidades-sede municipais²⁸. A maior presença de veículos entre os FA parece significar a utilidade maior deste bem ao morador no meio rural, possivelmente em função das maiores distâncias e da precariedade do transporte público nestes locais.

Trabalho

Observando o tipo do trabalho exercido pelos FNA, verifica-se que os filhos procedentes das propriedades “perto” das cidades-sede se envolvem mais com os serviços autônomos e indústrias, enquanto aqueles procedentes de “longe” estão mais ligados ao comércio (Tabela 29). Além disso, em Guiricema, com relação a Ubá, há maior envolvimento destes filhos no serviço público, especificamente à Prefeitura de Guiricema. Este aspecto corrobora com os dados do IBGE de 2006 que apresenta a administração pública de Guiricema com 44% de todo o pessoal assalariado (e legalizado) do município (Tabela 5, subitem 4.1). Para os mesmos parâmetros, Ubá tinha 7%. Com referência a estes dois municípios, infere-se que o poder público tem maior relevância como fonte de geração de emprego e renda em Guiricema (cidade pequena) que em Ubá (cidade ‘grande’, relativamente a Guiricema). Depoimentos de um produtor e dois FNA de produtores de Guiricema, que hoje residem em ‘outra cidade’, corroboram esta tendência: “Tem muita gente e pouco emprego em

²⁸ Entre FA e FNA, $t(47) = 2,930$, $p = 0,005$, entre municípios, $t(47) = -0,693$, $p = 0,492$ e entre “perto” e “longe”, $t(47) = 1,433$, $p = 0,159$.

Guiricema. Quem emprega muito é a Prefeitura.” “Guiricema oferece mais emprego é na Prefeitura.” “Lá [em Guiricema], a única oportunidade é trabalhar na Prefeitura.”

Tabela 29. Tipo de trabalho do FNA.

	Guiricema		Ubá		Total		“Perto”		“Longe”		Total	
	Ud.	%	Ud.	%	Ud.	%	Ud.	%	Ud.	%	Ud.	%
Comércio	9	25	14	33	23	29	3	10	20	40	23	29
Indústria ¹	7	19	10	23	17	22	9	31	8	16	17	22
Autônomo	7	19	12	28	19	24	12	42	7	14	19	24
Funcionário público	9	25	3	7	12	15	2	7	10	20	12	15
Outros serviços ²	4	12	4	9	8	10	3	10	5	10	8	10
Total	36	100	43	100	79	100	29	100	50	100	79	100

Observação: ¹Refere-se à indústria de móveis, de alimentos, siderúrgica, de confecção de roupas. ²Quatro são “donas-de-casa”, três são estudantes e um trabalha em uma empresa de reflorestamento em Itaiobeiras, MG. Fonte: Dados dessa pesquisa.

Outra informação que contribuiu para qualificar o trabalho do FNA foi o tempo (em anos) de saída dos filhos da casa dos pais (ou da propriedade). Quanto a isto, verifica-se que não há diferença estatística entre municípios (dez anos de saída dos filhos em Guiricema e oito em Ubá), mas há diferença entre tempo de saída dos filhos procedentes de “perto” e “longe” das cidades-sede (seis anos para “perto” e 11 para “longe”)²⁹. Ou seja, os filhos originários de propriedades “longe” das cidades-sede saem mais cedo de casa – uma vez que estes dois grupos não diferiam com relação à idade³⁰.

A saída mais precoce da casa dos pais pelos FNA procedentes de “longe” com o objetivo de estudar ou trabalhar parece fazer parte de uma estratégia familiar mais relevante nas famílias residentes “longe” das cidades-sede de Guiricema e Ubá. Se os membros das famílias residentes “perto” das cidades-sede podem acessar diversos tipos de trabalhos mesmo morando nas propriedades, as famílias residentes “longe” percebem que a saída dos filhos é uma das poucas chances para acesso a outros ofícios, fora da agricultura. Além do mais, a saída tardia de um(a) filho(a) pode representar dificuldade para inserção no mercado de trabalho. A estratégia mais segura para o futuro dos filhos, nestes casos, é colocá-los mais cedo em empregos na cidade ou, ainda, prepará-los mais cedo – pela educação – para acessar melhores

²⁹ Comparação entre municípios, $t(77) = 1,171$, $p = 0,245$, e entre “perto” e “longe”, $t(77) = -2,532$, $p = 0,013$.

³⁰ Os filhos de “perto” tinham 31 anos e de “longe” tinham 33 anos de idade: $t(77) = 0,873$, $p = 0,385$.

cargos no mercado de trabalho³¹. Uma “filha agrícola” de Ubá (42 anos) relata que havia perdido o período de preparação para o trabalho não-agrícola: “Pra gente que não estudou, é difícil [oportunidade de trabalho no município]. Tudo depende do segundo grau que não tenho. Trabalhei sempre na roça com leite.”

Renda

Analisando todos os filhos, a renda bruta média mensal dos FNA (R\$ 1.156,84) é maior que a renda bruta média dos FA (R\$ 503,26)³². Considerando, no entanto, as rendas brutas apenas dentro do grupo de FNA, verifica-se que não há diferença estatística nas rendas brutas entre municípios (Guiricema com R\$ 1.252,83 e Ubá R\$ 1.076,47) ou entre propriedades “perto” (R\$ 869,79) e “longe” (R\$ 1.323,32) da cidade-sede municipal³³. Sob o aspecto da renda, trabalhar em atividades não-agrícolas parece mais vantajoso que trabalhar com agricultura nas propriedades, o que corrobora com a saída expressiva de moradores da zona rural, discutido nos subitens 4.1 e 4.3.

Analisando a renda dos FNA, verifica-se que há correlação estatística significativa com o local de residência, idade, distância da residência à propriedade e o tempo de serviço³⁴. Não há, no entanto, correlação da renda com o tipo de trabalho que este(a) filho(a) desempenha ou com a escolaridade³⁵. As Figuras 17 a 22 ilustram estas correlações.

³¹ De fato, a escolaridade no grupo dos FNA foi maior entre aqueles residentes “longe” que aqueles residentes “perto” (subitem 6.1).

³² Comparação de renda entre FNA e FA, $t(94) = -2,527$, $p = 0,013$.

³³ Comparação de renda entre FNA procedentes de Guiricema e Ubá, $t(77) = 0,750$, $p = 0,456$; entre procedentes de “perto” e “longe” $t(77) = -1,903$, $p = 0,061$.

³⁴ Correlação da renda com o local de residência $r = 0,243$, $p = 0,031$; com a idade $r = 0,369$, $p = 0,001$; com a distância da residência à propriedade $r = 0,273$, $p = 0,015$; com o tempo de serviço, em anos, $r = 0,600$, $p < 0,001$.

³⁵ Correlação da renda com o tipo de trabalho, $r = 0,102$, $p = 0,372$, e com a escolaridade, $r = 0,133$, $p = 0,243$.

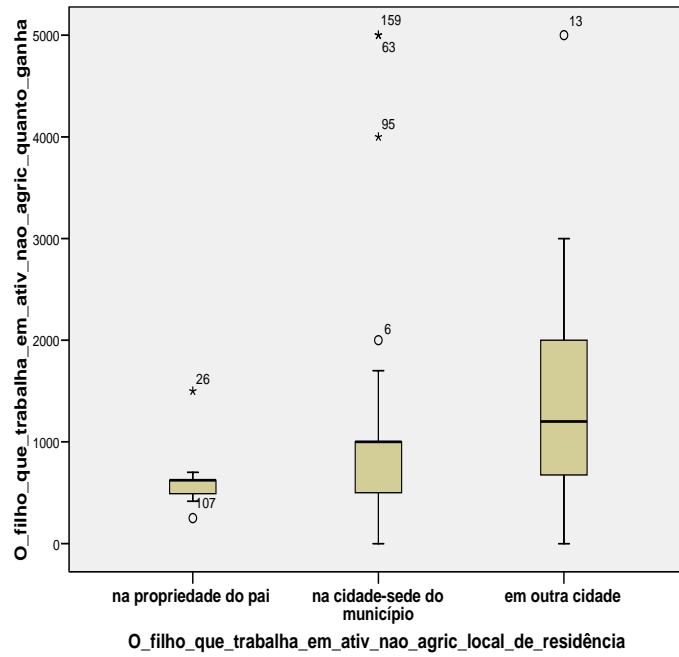


Figura 17. Correlação entre a renda e o local de residência dos FNA (‘na propriedade’, ‘na cidade-sede do município’ ou ‘em outra cidade’).³⁶

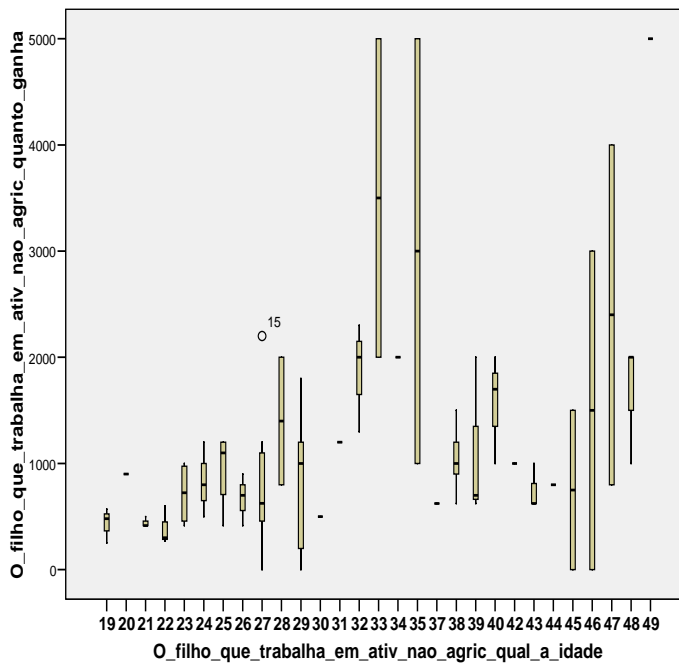


Figura 18. Correlação entre a renda e a idade dos FNA.

³⁶ A interpretação deste tipo de gráfico foi feita na Figura 14 do subitem 5.2.

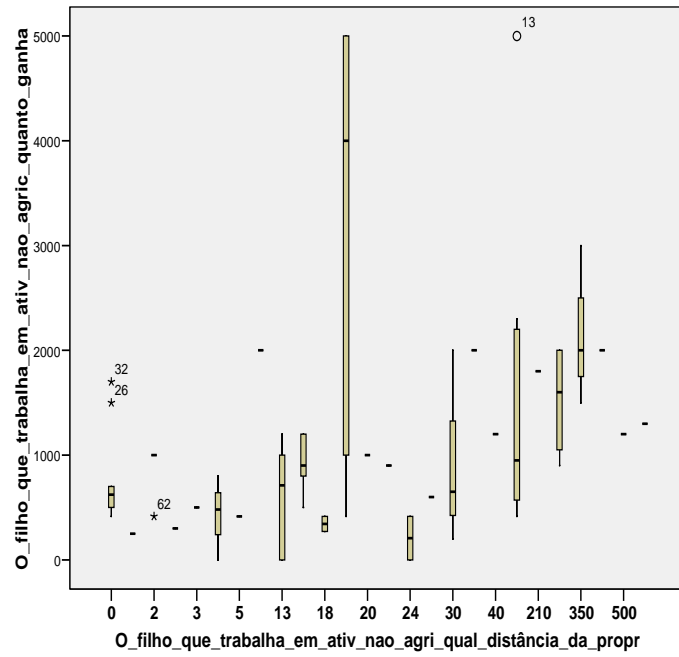


Figura 19. Correlação entre a renda dos FNA e a distância de sua residência atual à propriedade dos pais, em quilômetros.

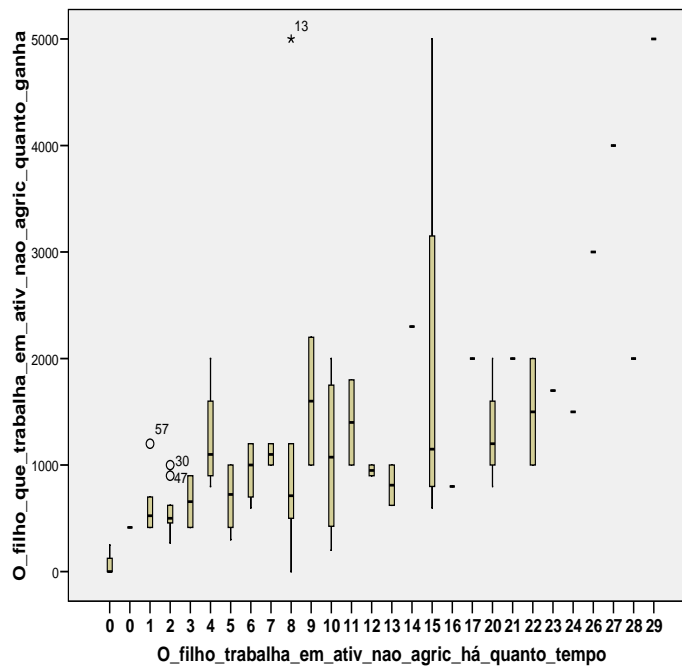


Figura 20. Correlação entre a renda e o tempo de serviço, em anos, dos FNA.

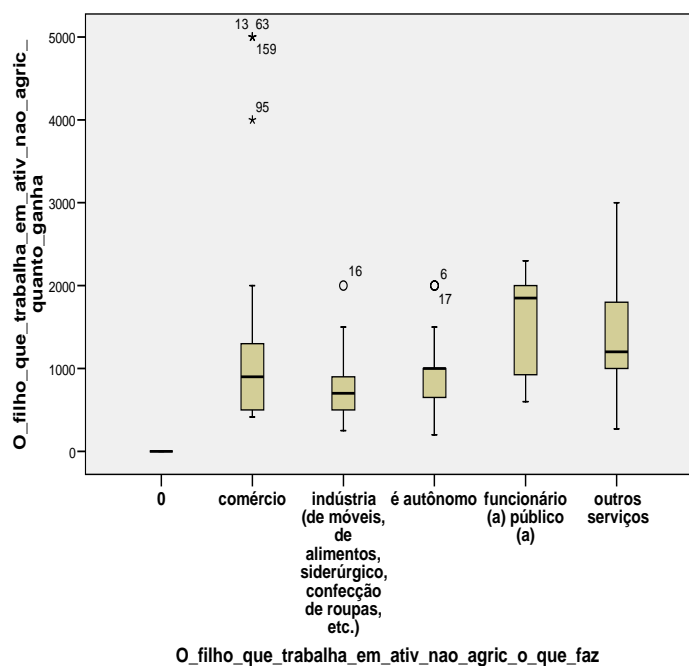


Figura 21. Correlação entre a renda e tipo de serviço dos FNA.

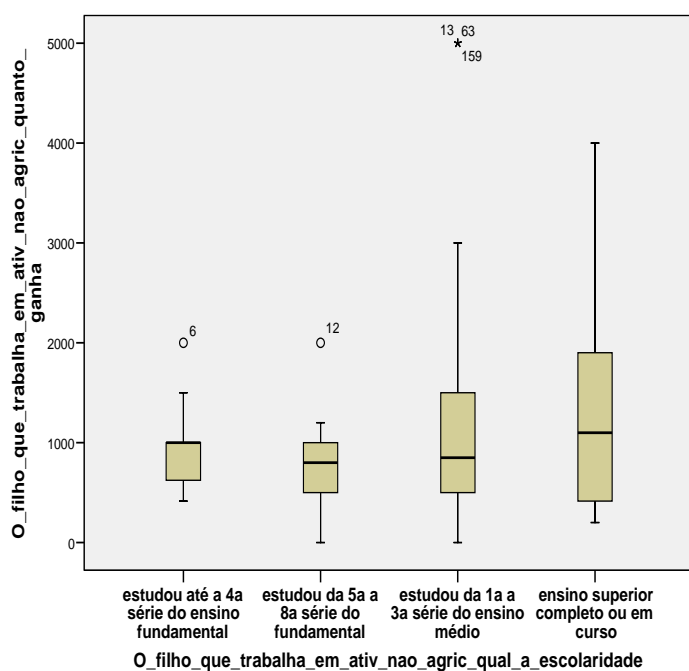


Figura 22. Correlação entre a renda e a escolaridade dos FNA.

Ainda analisando as rendas dos FNA, aqueles que residem em ‘outra cidade’ têm renda maior que aqueles que residem na propriedade dos pais³⁷ (Tabela 30). No

³⁷ Comparação de rendas entre FNA residentes em ‘outra cidade’ e residentes na propriedade, $t(40) = -2,557$, $p = 0,014$.

entanto, não há diferença estatística significativa entre as rendas dos FNA que moram na propriedade e aqueles que residem na cidade-sede, assim como não há diferença entre aqueles que moram na cidade-sede e aqueles que residem em ‘outra cidade’³⁸.

Tabela 30. Renda de FNA em função do local de residência, escolaridade e tipo de serviço*.

Renda x local de residência (R\$/mês)		Renda x tipo de serviço (R\$/mês)		Renda x escolaridade (R\$/mês)	
Na propriedade	593,38	Comércio	1.405,78	1 ^a a 4 ^a série ensino fundamental	880,21
Na cidade-sede	955,05	Indústria	751,67	5 ^a a 8 ^a série ensino fundamental	837,04
Em ‘outra cidade’	1.316,85	Autônomo(a)	954,68	1 ^a a 3 ^a série ensino médio	1.207,67
---	---	Funcionário(a) público(a)	1.551,85	Superior completo ou em andamento	1.126,94
---	---	Outros serviços	1.434,06	---	---

Fonte: Dados dessa pesquisa.

A estratégia adotada pelas famílias de produtores de leite dá sinais de estar apoiada no aumento da chance dos filhos em obterem maior renda na cidade que a renda possível de alcançar na agricultura. A iniciativa de sair mais precocemente da casa dos pais e de entrar mais cedo no mercado de trabalho é compensada pela possibilidade de alcançar maior renda. Interessante observar que a indústria, apesar de oferecer importante atrativo ao trabalho (relato dos filhos no subitem 6.2), oferece menor remuneração. O fato de a renda na indústria ser menor que a renda no comércio sugere que essa diferença se explica porque todos os filhos envolvidos na indústria eram empregados, ao passo que entre aqueles ligados ao comércio, quatro eram proprietários dos estabelecimentos (com maiores rendas).

Conclusão do subitem

A decisão do FNA procedente de “longe” em residir em local distante (na ‘cidade-sede’ ou ‘outra cidade’) parece ocorrer devido à chance de alcançar maior renda nestes locais, uma vez que sua saída da propriedade distante da cidade-sede já

³⁸ Entre residentes na propriedade e residentes na cidade-sede $t(46) = -1,369$, $p = 0,178$. Entre residentes na cidade-sede e residentes em ‘outra cidade’ $t(66) = -1,110$, $p = 0,271$.

seria, de toda forma, para um local longe de seu local de origem (propriedade dos pais). Agregando à possibilidade de maior renda, a cidade distante (e maior) poderia oferecer melhores serviços públicos (educação, saúde, lazer, transporte), opções de lazer, dentre outros.

Associados à ideia de residência e trabalho, veículos eram mais utilizados pelos FA que os FNA, sugerindo a maior importância aos primeiros que aos últimos. A maior presença de veículos entre os FA parecia se justificar pela possibilidade de conectá-los ao trabalho e redução dos efeitos do ‘isolamento’³⁹.

Ubá foi capaz de atrair FNA de produtores de leite tanto deste município como de Guiricema, que decidiram ali residir. Esta atração parece se associar ao mercado de trabalho, principalmente relacionado à indústria de móveis. Pelos casos estudados se induz que Ubá também exerça atração sobre outros municípios da região.

As análises de correlação de renda dos FNA com determinadas variáveis não permitem corroborar alguns resultados de outras pesquisas sobre pluriatividade. Neste aspecto, a escolaridade e o tipo de trabalho não implicaram em maior renda, segundo os dados desta pesquisa. No entanto, o local de residência (mais distante), a idade (mais avançada), a distância (maior) da residência dos filhos à propriedade dos pais e o tempo de serviço (maior) mostraram estar relacionados ao aumento da renda dos FNA.

Nos locais mais distantes das cidades-sede a extensão rural encontra famílias de produtores de leite cujos filhos (FNA) saem mais jovens de casa para trabalhar (comparando com as famílias procedentes de “perto” das cidades-sede) e, assim, muitas propriedades (56%) ficam sem sucessores (subitem 5.4). A extensão rural reage a essa realidade social e propõe um projeto para este contexto (discussão do subitem 7.3).

5.8 A pluriatividade nas famílias

Após a análise dos comportamentos comuns aos FNA, discute-se aqui os ingressos de rendas não-agrícolas nas famílias de produtores de leite, de modo a

³⁹ A noção de ‘isolamento’ está em depoimentos de filhos de produtores de leite no subitem 6.2.

identificar o fenômeno da pluriatividade dentro dos limites propostos por Carneiro (2006). Para a autora, é preciso investigar se há entrada de recursos não-agrícolas na renda familiar agrícola e contextualizar essas fontes de renda para que, só assim, se possa incluir determinada família na categoria de pluriativos.

O ingresso de rendas não-agrícolas

Considerando as 32 famílias participantes da pesquisa, 25 (78%) não contam com o ingresso de rendas não-agrícolas geradas pelos filhos e pais. Nesses casos, as rendas não contribuem, nem eventualmente, para as despesas da família dos produtores de leite, destinando-se exclusivamente a esses parentes (ou a seus familiares descendentes). Por este motivo essas 25 famílias não são pluriativas. Apenas sete famílias (22%) contam com a participação financeira não-agrícola de parentes, de forma contínua ou eventual. Para verificar se essas sete famílias são pluriativas é necessário analisá-las detalhadamente, o que é foco deste subitem.

As rendas dessas sete famílias são provenientes do trabalho de nove parentes: sete FNA, uma esposa e um produtor (Tabela 31). Dessas famílias, cinco são de Guiricema e duas de Ubá. Os membros responsáveis pelo ingresso de rendas não-agrícolas não são provenientes de uma localidade definida, mas de propriedades “perto” ou “longe” das cidades-sede. Da mesma forma, estes parentes de produtores residem na propriedade, bem como nas cidades-sede e também em ‘outras cidades’. Essas propriedades são, no geral, de pequeno porte. Apenas uma das famílias possui área relativamente grande – 195 hectares, 5^a maior em extensão –, tamanho que não foi suficiente de posicioná-la entre as maiores rendas (era a 17^a maior renda entre as 32 famílias). Essas sete famílias estão nas faixas médias de renda em relação ao grupo de 32 propriedades integrantes da pesquisa. Ou seja, não se observa tendência de maiores rendas nas famílias que possuem rendas não-agrícolas em relação àquelas que não possuem esse tipo de renda. Infere-se, portanto, que as rendas não-agrícolas são pequenas e insuficientes para imprimir diferenças econômicas entre as famílias investigadas. Essa característica corrobora com o que foi apresentado no subitem 5.5 (Tabela 20) onde se identifica que o ingresso de renda não-agrícola são pouco frequentes nas famílias investigadas e os montantes desses recursos externos pouco significativos para o aumento das rendas das famílias.

Tabela 31. Familiares que contribuem com rendas não-agrícolas para as famílias de produtores de leite.

Parâmetro	Nº de ordem da família ¹						
	Nº 1	Nº 2	Nº 3	Nº 4	Nº 5	Nº 6	Nº 7
Parentesco	Esposa e produtor	Filha	Filho	Filho	Filha	Filho	Filha e filho
Município de origem	Guiricema	Guiricema	Guiricema	Guiricema	Guiricema	Ubá	Ubá
Participação	Mensal	Eventual	Mensal	Eventual	Eventual	Mensal	Eventual
Residência	Na propriedade	Ubá	Cidade-sede com os pais	Juiz de Fora	Juiz de Fora	Cidade-sede com os pais	Cidade-sede com suas novas famílias
Estado civil e trabalho	Casados; ela funcionária pública e ele sócio de laticínios familiar	Casada; funcionária pública	Solteiro; trabalhador diarista	Casado; militar	Casada; dona de comércio	Solteiro; trabalha em indústria de móveis	Casados; donos de comércios
Distância da propr.	“Perto”	“Perto”	“Perto”	“Longe”	“Longe”	“Longe”	“Longe”
Renda total bruta anual da família ²	71.384,00 (5 ^º)	32.580,00 (12 ^º)	16.268,00 (27 ^º)	29.375,00 (16 ^º)	23.453,00 (21 ^º)	76.575,00 (4 ^º)	28.210,00 (17 ^º)
Área da propr. (ha) ²	29 (18 ^º)	44 (13 ^º)	17 (25 ^º)	26 (19 ^º)	51 (10 ^º)	15 (26 ^º)	195 (5 ^º)

Observação: ¹Os números das famílias foram utilizados para facilitar os comentários e preservar o anonimato. ²O número entre parênteses indica a posição da família em relação às demais 32, segundo uma ordem decrescente. Fonte: Dados dessa pesquisa.

A família nº 1 (Tabela 31) possui duas fontes de renda não-agrícola: da esposa do produtor (funcionária da Prefeitura de Guiricema) e do próprio produtor, que tem participação (em sociedade com o filho) na pequena indústria de laticínios da família.

Os dois filhos solteiros (n^{os} 3 e 6, Tabela 31) residem com os pais e, talvez por este motivo, contribuam mensalmente no orçamento familiar dos pais agrícolas. Na hipótese de um futuro casamento, supõe-se que estes dois filhos não mais participem com suas rendas para as despesas dos pais, o que excluiria a família dos pais da categoria de pluriativos.

Os filhos das demais famílias (n^{os} 2, 4, 5 e 7) são casados, financeiramente bem-sucedidos e fazem contribuições monetárias eventuais. A participação financeira destes quatro filhos casados parece ocorrer a título de “ajuda” (palavra utilizada por eles em referência ao envio de recursos à família agrícola) aos pais, uma vez que estes filhos possuem situação econômica mais favorável em relação aos seus pais. Em depoimento, a filha qualifica a contribuição financeira que faz aos pais: “Sou a única [filha] que tem mais condições... ajudo muito a minha família. Ajudo a

minha irmã que tá na roça. Meu pai acha que vou liderar e tomar conta da família na falta dele.” Identifica-se neste relato que a filha se posiciona em um patamar econômico superior ao dos pais e que possui condição financeira para apoiá-los. Além disso, ainda auxilia a irmã casada (FA) que permanece na propriedade dos pais.

Com os dados expostos supõe-se que: 1) os filhos solteiros só contribuem com o orçamento dos pais agrícolas enquanto não se casam e 2) os filhos casados só partilham suas rendas não-agrícolas com os pais agrícolas se forem bem-sucedidos financeiramente e se tiverem situação financeira melhor que estes. A participação monetária dos filhos para a renda da família dos pais agricultores seria, no primeiro caso, uma situação transitória e no segundo, dependente das duas condições simultâneas citadas.

Escolaridade, renda não-agrícola e idade

Com relação à escolaridade, identifica-se, pela Tabela 32, que todos possuem ensino médio ou superior, não havendo pessoas apenas com ensino fundamental. A respeito das rendas mensais individuais, os menores valores estão nas famílias nº 1, nº 3 e nº 6. Na família nº 1 (R\$ 1.065,00/mês) a esposa e o marido contribuem com a renda não-agrícola. As rendas não-agrícolas das famílias nº 3 (R\$ 250,00/mês) e nº 6 (R\$ 1.000,00/mês) são de filhos solteiros e jovens. As maiores rendas mensais se encontram nas famílias nº 5 (R\$ 5.000,00) e nº 7 (R\$ 9.000,00), cujos três filhos são proprietários de estabelecimentos comerciais. As rendas mensais intermediárias estão nas famílias nº 2 (R\$ 2.000,00) e nº 4 (R\$ 2.300,00), provenientes de filhos funcionários públicos: uma filha nutricionista e um filho militar do exército.

Os parentes com as rendas mensais maiores (nº 5 e nº 7) e médias (nº 2 e nº 4) são os mais velhos (entre os filhos)⁴⁰, os casados e aqueles que ‘ajudam’ financeiramente, de forma eventual, os pais agrícolas. Em todas essas quatro famílias os filhos moram distantes da propriedade dos pais: nas famílias nº 2, 4 e 5 os filhos residem em ‘outro município’, e na família nº 7 os filhos residem na cidade-sede enquanto a propriedade do pai se localiza ‘longe’ da cidade-sede⁴¹. A maior renda

⁴⁰ Esses dados corroboram com o que foi discutido no subitem 5.7 sobre a associação entre a renda e a idade.

⁴¹ Os FNA procedentes de “longe” das cidades-sede, em relação aos FNA de “perto”, saem mais cedo de casa, residem em local mais distante dos pais e alcançam maior renda (subitem 5.7) e escolaridade (subitem 6.1).

dos filhos e a maior distância de residência entre pais e filhos parecem ser, juntos, elementos que permitem e estimulam o ingresso dos recursos não-agrícolas dos filhos na renda os pais agrícolas. O sentido atribuído de ‘ajuda’ mencionado pelos filhos faz sentido, nestes casos, pelo acesso que esses possuem aos bens e serviços urbanos, enquanto os pais são privados destes benefícios. Assim, a ‘ajuda’ se justificaria, especialmente, pela compensação das ausências e pela retribuição vinculada ao parentesco.

Tabela 32. Renda, parentesco, idade e escolaridade de parentes responsáveis pelo ingresso de recursos não-agrícolas nas famílias dos produtores de leite.

	Parâmetro	Nº de ordem da família						
		Nº 1	Nº 2	Nº 3	Nº 4	Nº 5	Nº 6	Nº 7
Parente 1	Renda mensal da ativ. não-agrícola (R\$/mês)	650,00	2.000,00	250,00	2.300,00	5.000,00	1.000,00	5.000,00
	Parentesco com o produtor	esposa	filha	filho	filho	filha	filho	filha
	Idade (anos)	42	32	25	32	32	25	49
	Escolaridade	Ensino médio	Superior completo	Ensino médio	Ensino médio	Ensino médio	Superior completo	Superior incompl.
Parente 2	Renda mensal da ativ. não-agríc. (R\$/mês)	415,00	---	---	---	---	---	4.000,00
	Parentesco com o produtor	Produtor ¹	---	---	---	---	---	filho
	Idade (anos)	52	---	---	---	---	---	47
	Escolaridade	Superior incompleto	---	---	---	---	---	Superior completo

¹ O produtor contribui com renda não-agrícola para a família agrícola, junto com a esposa. Fonte: Dados dessa pesquisa.

A estabilidade das fontes não-agrícolas e a utilização das rendas

A família nº 1 diversifica suas rendas em atividades agropecuárias (leite e quiabo) e também não-agrícolas (serviço público e indústria de laticínios). Essa família decidiu, nos últimos dois anos, investir na pequena indústria de laticínios que emprega o filho formado em tecnólogo em laticínios (mora com os pais, tem um filho com a namorada e a sua renda não-agrícola na indústria – um salário mínimo – não reverte para a família dos pais) e empregará a filha, estudante do curso superior em Nutrição em Muriaé, MG. A esposa é funcionária da Prefeitura Municipal de Guiricema, participa da venda dos produtos na cidade-sede juntamente com o marido

e paga com o seu salário a faculdade da filha. As receitas agrícolas e não-agrícolas são mensais (com exceção do quiabo que produz apenas na época de verão) e estão sob o controle da família, assim como a decisão sobre os investimentos.

Três características distinguem a família nº 1 das demais: i) a origem das rendas não-agrícolas incorporadas na família são provenientes dos pais e não dos filhos; ii) o envolvimento dos parentes em torno de um projeto coletivo; iii) a integração das atividades agrícolas e não-agrícolas. Os dois últimos aspectos mostram a estabilidade das fontes não-agrícolas para a estrutura financeira da família agrícola, uma vez que independente da contribuição dos recursos de um parente distante. Ao contrário de se caracterizar como um evento passageiro (do tipo “contribui até que...”), o investimento familiar no projeto coletivo em torno da indústria de laticínios tende a garantir rendas contínuas e crescentes. A integração dos processos sinaliza para o não abandono da agricultura.

Com relação aos filhos solteiros, o filho nº 3 (22 anos) havia concluído o ensino médio, trabalha como diarista no meio rural e urbano, e também na propriedade dos pais quando não há trabalho ‘fora’. Disse que pretende tornar-se motorista de carro ou moto. O filho nº 6 (25 anos), é formado em Geografia e trabalha em uma indústria de móveis, onde ocupa um cargo de gerência. Em casa (com seis pessoas) disse que paga as contas de água e internet, e as despesas pessoais do irmão mais jovem. O irmão mais novo utiliza sua motocicleta para se deslocar à faculdade de Fisioterapia e ao local do estágio. Ou seja, o irmão mais velho auxilia, de certa forma, para a formação profissional do irmão mais novo.

Analisando estes dois casos, o filho nº 3 pretende exercer uma profissão cuja expectativa de salário – motorista – possivelmente não será suficiente para contribuir substancialmente para a renda dos pais (ocupam a 27ª posição no ranking de renda bruta total, em 32), ao menos no curto prazo. O filho nº 6 possui expectativa de ganhos salariais significativos – como gerente setorial em uma indústria de móveis – porém o pai encontra-se em posição mais estável financeiramente (4ª posição do ranking), o que reduz a importância da contribuição financeira do filho, ao menos considerando o quadro econômico familiar da época. Os dados empíricos dos filhos solteiros revelam um contexto que não satisfaz os pressupostos apresentados no início desse subitem. Neste sentido, as rendas desses filhos não são permanentes, em decorrência de um casamento iminente, bem como da expectativa de renda pouco significativa ante a dos pais.

Entre os filhos casados (n^{os} 2, 4, 5 e 7 das Tabelas 31 e 32), a filha n^o 2 (32 anos) é nutricionista, concursada em dois empregos públicos e o marido também tem profissão estável em uma gráfica. O filho n^o 4 (32 anos) é sargento do exército, posto alcançado por aprovação em concurso interno que o tornara efetivo do quadro militar. A filha n^o 5 (32 anos) havia concluído o ensino médio e é proprietária de estabelecimento comercial do ramo atacadista de produtos de limpeza, junto com o marido. A família n^o 7 tem dois FNA que contribuem com o orçamento dos pais: uma filha (49 anos, curso superior incompleto em pedagogia) e um filho (47 anos, curso superior em administração de empresas). Cada um desses dois filhos possui um posto de gasolina próprio.

Nas descrições sobre os filhos casados, a escolaridade sobressai como um elemento comum, bem como a idade e as maiores rendas⁴². Em função disso, possuem estabilidade na profissão e situação econômica que os coloca em condições de partilhar suas rendas com os pais, ainda que ocasional. Além disso, as rendas desses filhos são maiores que a dos pais, o que sustenta o pressuposto apresentado no início deste subitem.

Dinâmica demográfica

Quanto à dinâmica demográfica das sete famílias analisadas nesse subitem observa-se que as de n^o 1, 3 e 6 encontram-se em uma fase familiar inicial, considerando-se as fases das demais famílias: possuem filhos mais novos que estão no início da vida profissional (Tabela 33). Essas são, também, as famílias com as menores rendas. Nas famílias n^{os} 1 e 6 existem filhos recém-formados com nível superior e filhos cursando faculdades. Na família n^o 3, o filho que contribui com renda não-agrícola não tinha planos para aumentar sua escolaridade, o que poderia conduzi-lo a um trabalho mais bem remunerado, mas pretendia tornar-se motorista. Os casos n^o 1 e 6 parecem evidenciar que a elevação de escolaridade não foi suficiente para promover o aumento de renda em função do pequeno tempo de serviço⁴³ – ou da fase familiar inicial.

Também se observa na Tabela 33 que há poucos familiares trabalhando com agropecuária na propriedade: o produtor está sozinho (famílias n^o 2, 4, 6 e 7) ou

⁴² As Figuras 18 e 20 do subitem 5.7 ilustram a correlação da renda com a idade e da renda com o tempo de serviço dos FNA.

⁴³ Conforme discussão a respeito da falta de correlação entre escolarização e renda (subitem 5.7, Figura 22).

acompanhado da esposa (família nº 5) ou de um filho (famílias nº 1 e 3). Nas famílias mais numerosas (famílias nº 4, 5, 6 e 7), não há filhos trabalhando nas propriedades. Essas quatro famílias são aquelas residentes em locais “longe” das cidades-sede, condição que mais estimulava, pelos dados deste estudo, a saída dos filhos das propriedades rurais⁴⁴.

Tabela 33. Aspectos da dinâmica familiar das sete famílias que possuem renda agrícola e renda não-agrícola.

Parâmetros	Nº de ordem da família pluriativa						
	Nº 1	Nº 2	Nº 3	Nº 4	Nº 5	Nº 6	Nº 7
Nº total de filhos na família	3	2	2	7	4	4	5
Nº de pessoas trabalhando na agropecuária e residindo na propriedade	2	1	2	1	2	1	1
Nº de pessoas apenas residindo na propr. (não trabalhando na agropecuária)	2	2	0	1	0	1	1
Nº total de pessoas na propriedade (trabalhando e residentes)	4	3	2	2	2	2	2
Idade do produtor	52	59	52	72	63	51	78
Idade do(a) filho(a) mais novo(a) da família	13	29	22	32	27	21	35
Idade do(a) filho(a) mais velho(a) da família	21	32	25	48	33	25	49

Fonte: Dados dessa pesquisa.

Identificação da pluriatividade nas famílias

Após as descrições realizadas é possível identificar a existência de pluriatividade no grupo pesquisado. A única família pluriativa encontrada na pesquisa foi a de nº 1. Essa família se insere nas novas dinâmicas do meio rural por meio de arranjos não-transitórios, mas mecanismos duradouros e integrados nas estratégias de reprodução social familiar. As contribuições das rendas não-agrícolas do produtor e da esposa não são provisórias como em outros casos, mas estáveis. Além disso, estão sob o controle da família, o que garante segurança na continuidade do ingresso das rendas e autonomia na gestão destes recursos não-agrícolas, incluindo a decisão em investir na agricultura. A família possui rendas diversificadas e contínuas, o que garante menor vulnerabilidade econômica, aspecto relevante na pluriatividade.

As atividades agrícolas e não-agrícolas são compatíveis e complementares. Essa família se organiza em uma propriedade de 29 hectares que consegue gerar

⁴⁴ Em conformidade com as discussões dos subitens 4.1 (Tabelas 2 e 3) e 5.7 (Figura 16).

trabalho e renda para o produtor, um trabalhador contratado e um filho (futuramente também a filha nutricionista). O filho de treze anos já trabalha nos processos de embalagem e rotulagem da indústria familiar. A pequena indústria não tem caráter artesanal (o que não seria típico de um “fenômeno novo”), mas industrial, segundo suas características de volume de produção (utiliza o próprio leite – média de 220 litros/dia – e ainda compra leite de produtores vizinhos), modos de produção (aos cuidados do filho profissional em laticínios) e diversidade de derivados lácteos (principalmente iogurte, queijos minas e mussarela). A comercialização se faz por uma dinâmica própria, com a venda em estabelecimentos comerciais da cidade-sede e diretamente a consumidores de Guiricema. O filho laticinista entrega os produtos lácteos nos mercados da cidade nas terças-feiras e sábados – utilizando sua moto. A esposa usa a rede de relações sociais que possui em função de seu emprego público para vender os produtos da indústria. A versatilidade dos arranjos utilizados na comercialização supera as limitações econômicas do município e os obstáculos da concorrência com produtos similares do mercado.

Ressalta-se que a família pluriativa localiza-se em Guiricema, município essencialmente agrícola, e não em Ubá, local privilegiado no contexto socioeconômico da Zona da Mata Mineira. A pluriatividade desta família surgiu como uma reação criativa e empreendedora dentro de um cenário pouco previsível. Os pais, provedores da renda não-agrícola familiar, investem em uma pequena empresa capaz de gerar emprego aos filhos. Desse modo, o trabalho e o projeto coletivo dessa família destoam das demais. A pluriatividade, nesse caso, aponta para “uma mudança da forma de realizar e de organizar o trabalho na unidade familiar agrícola” (CARNEIRO, 2006, p.170).

Nessa família – pluriativa – destaca-se que o filho que trabalha na propriedade não contribui com as despesas da família agrícola dos pais. Ganha um salário mínimo para trabalhar na pequena indústria de laticínios da família (localizada na propriedade) e eventualmente auxilia na administração das atividades agropecuárias. Sua renda destina-se a despesas pessoais e de seu filho. Ou seja, a origem da renda não-agrícola da única família pluriativa da pesquisa não é proveniente dos filhos, mas dos pais. A ausência de família pluriativa com renda proveniente de filhos sugere a existência de uma lógica voltada a uma ‘nova’ estrutura familiar agrícola fundada na individualidade dos projetos dos FNA que os afasta de projetos agropecuários.

Características da ‘nova’ estrutura familiar se revelam nas palavras de um FA, que possui seis irmãos que trabalham com atividades “não-agrícolas”: “Os casados meu pai libera pra trabalhar na cidade”. Ou de um produtor a respeito de seu FA: “Por mais que eu pejei pra ele estudar, ele não quis de jeito nenhum! Depende mais do que a pessoa gosta. Queria que ele estudasse. [...] Estudou e formou pra alguma coisa, vai trabalhar no que estudou.” Estes depoimentos reforçam, assim, as inferências sobre os projetos individuais dos filhos em relação aos projetos familiares, e ainda incentivados pela família.

O segundo e o terceiro casos (dois filhos solteiros e quatro filhos casados, respectivamente) não parecem retratar a ‘ruralidade contemporânea’ originária de um novo contexto socioeconômico proposto por Carneiro (2006). A participação financeira de filhos solteiros (mensal, mas transitória) ou de filhos casados (eventual e a título de ‘ajuda’) não permitiu o posicionamento destas famílias no marco conceitual proposto pela autora, opção teórica desta pesquisa. Para o caso dos filhos solteiros, o ingresso das rendas não-agrícolas era provisório e não decorrente de um fenômeno duradouro que apontaria para uma nova lógica da estrutura familiar agrícola (CARNEIRO, 2006). No caso dos filhos casados, a remessa eventual de dinheiro de um parente distante não aponta para uma nova dinâmica decorrente de novas opções de trabalho e renda. Ao contrário, assemelha-se aos casos típicos de migrantes originários de locais desfavoráveis para agricultura que buscam nas cidades recursos financeiros para “ajudar” as famílias que ficaram para trás, como aqueles estudos por Garcia Júnior (1989). Se na década de 1940 e 1950 os recursos financeiros obtidos no Sul são utilizados para adquirir terras em municípios da Paraíba (GARCIA JÚNIOR, 1989, p.77), os recursos dos filhos de produtores de Guiricema e Ubá não são revertidos para projetos agrícolas em seus municípios de origem, mas em projetos individuais e urbanos. Estas estratégias sinalizam para escolhas dos filhos de produtores de leite por trabalho e estilo de vida urbanos. Dentre outras evidências dessa característica (detalhadas no capítulo 6), tem-se que dos 38 FNA que responderam os questionários, nenhum disse investir seus recursos em agropecuária, na propriedade dos pais.

Conclusão do subitem

De forma inesperada, a única família pluriativa encontrada na pesquisa não era procedente de Ubá, mas de Guiricema, município agrícola que possuía economia

reprimida, poucas oportunidades de trabalho não-agrícola e detentora de uma espécie de força de ‘repulsão’ sobre os moradores, segundo as interpretações deste trabalho⁴⁵. Assim, refuta-se uma das hipóteses desta pesquisa que esperava encontrar maior pluriatividade em Ubá que em Guiricema. A manifestação do fenômeno nesse município indica que existe características peculiares na família nº 1 para a ocorrência da pluriatividade, como a diversificação e integração das fontes de renda, a versatilidade das formas de comercialização e o envolvimento dos membros da família em um projeto coletivo.

Outra característica desse estudo é a ausência de família agrícola pluriativa com renda não-agrícola proveniente de filhos. A única família pluriativa tem ingresso de renda não-agrícola proveniente dos pais. Este fato sugere que os filhos seguem um projeto individual e urbano, e não familiar e agrícola – discussão que está mais detalhada no subitem 6.2.

Para a extensão rural, a informação de que há pequena ocorrência da pluriatividade nas famílias indica que a dinâmica econômica municipal pouco contribui para reduzir a vulnerabilidade socioeconômica das famílias de produtores de leite. Em outras palavras, independente da pujança municipal, a renda “externa” proveniente de familiares envolvidos em ofícios não-agrícolas não constitui em fator de aumento de estabilidade financeira para a família agrícola. Como exceção, há somente um caso (em 32) em que a pluriatividade implica em ganho de equilíbrio financeiro familiar. Os componentes que levam à falta de interesse dos FNA em relação ao trabalho agrícola e à residência rural são reflexões importantes à ação extensionista à respeito das mudanças no ambiente rural dos municípios em estudo.

Capítulo 6. ESTRATÉGIAS SOCIAIS DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS

Esse capítulo apresenta as características das famílias associadas à pluriatividade, como o ciclo demográfico, a renda e a escolaridade, assim como as percepções de filhos e pais sobre o trabalho agrícola e sobre a condição de morador rural. Em seguida são apresentados elementos necessários à permanência no campo, inserção dos jovens no mercado de trabalho e processos de sucessão nas famílias

⁴⁵ Interpretações apoiadas nos estudos de Figueiredo & Diniz (2000) e nas discussões apresentadas nos subitens 4.1, 4.2, 4.3, 5.2 e 5.4.

rurais, segundo os sentidos atribuídos pelos pais e filhos, atributos que moldam os seus projetos.

As análises visam compreender os ajustes realizados pelas famílias de produtores de leite para inserir seus filhos em mercados de trabalho e, ao mesmo tempo, manter os patrimônios associados à continuidade da atividade produtiva agropecuária. Ao final do capítulo, os produtores expressam o que julgam como carências relacionadas ao trabalho agrícola e à residência em suas comunidades rurais, e apresentam sugestões para melhorar estas realidades.

Tendo por premissa que as transformações no meio rural se constroem pelo somatório das condutas e projetos individuais, os comportamentos de pais e filhos participantes da pesquisa apontam para alterações nos processos de produção agrícola, cujos efeitos estão ligados a modificações na ação extensionista.

6.1 Idade, escolaridade e renda

Esse item apresenta e discute a idade e a escolaridade de produtores de leite e de seus filhos, relacionando essas duas variáveis com as rendas dos FA e FNA. Idade, escolaridade e renda são relacionadas, em seguida, às características do trabalho e da residência, de maneira a trazer informações sobre as estratégias de reprodução socioeconômica das famílias investigadas.

Dos 32 produtores participantes da pesquisa, 17 eram de Guiricema (oito “perto” e nove “longe”) e 15 de Ubá (quatro “perto” e 11 “longe”). A idade média destes produtores foi de 55,7 anos em Guiricema e 59,4 em Ubá, o que não representa diferença estatística entre municípios ou a procedência “perto” e “longe” das cidades-sede⁴⁶.

Entre os 105 filhos⁴⁷ verifica-se que a média de idade dos FA foi de 34,7 anos e dos FNA foi de 32,2 anos. Com relação à idade desses filhos não há diferença entre FA e FNA, entre a procedência de Guiricema e Ubá ou “perto” e “longe”⁴⁸.

⁴⁶ Comparação das idades de produtores entre municípios, $t(30) = -1,182$, $p = 0,246$ e entre a procedência “perto” e “longe” das cidades-sede municipais, $t(30) = -0,871$, $p = 0,391$.

⁴⁷ Consideram-se aqui não apenas os 49 filhos que responderam os questionários (11 FA e 38 FNA), mas todos os 105 filhos registrados nos 32 questionários dos produtores (Tabela 1).

Analisando apenas a idade dos FNA, verifica-se que não há diferença estatística no grupo de procedência de Guiricema e Ubá ou no grupo de “perto” e “longe” das cidades-sede⁴⁹. Em função da idade similar deste último grupo, o item 5.7 indicou que o maior tempo de saída (em anos) da casa dos pais pelos FNA de “longe” significa que estes filhos haviam saído da casa dos pais há mais tempo com o objetivo de estudar e trabalhar.

Com respeito à escolaridade dos produtores, não se observa diferença estatística entre a procedência de Guiricema e Ubá ou entre “perto” e “longe”⁵⁰. Na Tabela 34 percebe-se que a maioria dos produtores (66%) havia estudado até a 4ª série do ensino fundamental, no máximo. Este nível de escolaridade pode limitar, por exemplo, a leitura e compreensão de cartilhas ou de textos técnicos mais elaborados pela extensão rural.

Tabela 34. Escolaridade dos produtores, FA e FNA.

Escolaridade máxima	Produtor		FA		FNA	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não alfabetizado	3	9,4	0	0,0	0	0,0
Da 1ª a 4ª série do ensino fundamental	18	56,3	4	23,5	16	20,3
Da 5ª a 8ª série do ensino fundamental	8	25,0	8	47,0	9	11,4
Da 1ª a 3ª série do ensino médio	3	9,4	5	29,5	30	38,0
Ensino superior completo ou em andamento	0	0,0	0	0,0	24	30,4
Total	32	100,0	17	100,0	79	100,0

Fonte: Dados dessa pesquisa.

Examinando a escolaridade dos filhos, observa-se que os FNA possuem maior média que os FA e que os procedentes de “longe” possuem maior média que os de “perto”⁵¹. No entanto, não há diferença entre a escolaridade dos filhos procedentes de Guiricema e Ubá⁵². FA possuem maior escolaridade que os pais

⁴⁸ Comparação entre idades dos FA e FNA, $t(105) = 1,166$, $p = 0,246$; entre filhos procedentes de Guiricema e de Ubá, $t(105) = -1,072$, $p = 0,286$; entre filhos procedentes de “perto” e “longe” das cidades-sede, $p(107) = 0,044$, $p = 0,965$.

⁴⁹ Comparação entre idades somente entre os FNA: entre Guiricema e Ubá $t(77) = -1,720$, $p = 0,089$ e entre “perto” e “longe” das cidades-sede $t(77) = -0,873$, $p = 0,385$.

⁵⁰ Comparação da escolaridade dos produtores entre Guiricema e Ubá, $t(30) = 1,953$, $p = 0,060$, e entre produtores “perto” e “longe”, $t(30) = -0,570$; $p = 0,955$.

⁵¹ Comparação de escolaridade dos filhos: entre FA e FNA, $t(105) = -4,290$, $p < 0,001$, e entre filhos (FA e FNA) procedentes de “longe” e “perto”, $t(105) = -4,221$; $p < 0,001$.

⁵² Comparação de escolaridade dos filhos procedentes de Guiricema e Ubá, $t(105) = 1,382$, $p = 0,170$.

produtores, assim como os FNA são superiores aos produtores⁵³. Analisando dentro apenas do grupo dos FNA, a escolaridade é maior entre aqueles procedentes de “longe” que aqueles residentes “perto” das cidades-sede de Guiricema e Ubá⁵⁴.

Os FNA procedentes de propriedades “longe” da cidade-sede são impulsionados a alcançar maior escolaridade segundo uma estratégia formulada e estimulada na família (subitem 5.8) como alternativa ao ‘isolamento’ (subitem 6.2), à precariedade de infraestrutura (subitem 6.4) e às escassas oportunidades de trabalho destes locais distantes (subitem 6.2). Apesar de FNA de “perto” e de “longe” possuírem a mesma idade, aqueles de “longe” saem da casa dos pais mais cedo, fixam residência em locais mais distantes da propriedade dos pais (na cidade-sede ou em ‘outra cidade’) e alcançam maior escolaridade (subitem 5.7). Apesar de a escolaridade não ter promovido a maior renda, a educação dá acesso a maior número de trabalhos, segundo depoimento de filhos (subitem 5.7). Neste sentido, a ‘desvantagem’ entre produtores de origem “longe” da cidade-sede, em relação àqueles procedentes de “perto”, parece ter se revertido em uma vantagem na geração seguinte – de seus filhos – em função das estratégias familiares utilizadas.

Para conhecer se a escolaridade afeta a renda dos filhos de produtores de leite, verifica-se que há correlação entre escolaridade e renda para o grupo de todos os filhos (FA e FNA), mas não há essa correlação dentro apenas do grupo dos FNA⁵⁵. Ou seja, a escolaridade é fator que provoca aumento de renda quando se analisam todos os filhos (FA e FNA). No entanto, quando se analisa apenas dentro dos FNA, a escolaridade não interfere no aumento da renda.

Uma análise mais detalhada a respeito da relação entre escolaridade e renda mostra que no caso de todos os filhos (FA e FNA) há diferença estatística – a escolaridade afeta a renda – em três casos (quarta coluna da Tabela 35): *i*) entre a categoria de 1^a a 4^a série e a de ensino superior; *ii*) entre a de 5^a a 8^a série e a de ensino médio, e; *iii*) entre a de 5^a a 8^a série e a de ensino superior⁵⁶. Nas demais

⁵³ Comparação da escolaridade do produtor com o FA, $t(58) = 2,365$, $p = 0,021$, e do produtor com o FNA, $t(109) = 6,768$, $p < 0,001$.

⁵⁴ Comparação da escolaridade no grupo dos FNA residentes “longe” daqueles residentes “perto”: $t(77) = -4,168$, $p < 0,001$.

⁵⁵ Correlação entre escolaridade e renda para o grupo de todos os filhos, $r = 0,243$, $p = 0,012$, e apenas dentro do grupo dos FNA, $r = 0,133$, $p = 0,243$.

⁵⁶ Comparação entre rendas em função da escolaridade: *i*) entre 1^a a 4^a série e ensino superior, $t(49) = -2,511$, $p = 0,015$; *ii*) entre 5^a a 8^a série e ensino médio, $t(54) = -2,155$, $p = 0,036$; *iii*) entre a de 5^a a 8^a série e ensino superior, $t(42) = -3,171$, $p = 0,003$.

comparações nesse grupo não há diferença estatística entre as rendas. Quando se comparam as rendas em função da escolaridade apenas entre os FNA (terceira coluna da Tabela 35), não se percebe diferença estatística entre as categorias de escolaridade. Ou seja, entre os FNA a escolaridade não é suficiente para imprimir maior renda, corroborando o que foi ilustrado pela Figura 23 do subitem 5.7. Entre os FA (segunda coluna da Tabela 35) não há diferença estatística entre as rendas em função da escolaridade.

Quando se comparam as rendas dos FA com as rendas dos FNA em função da escolaridade (Tabela 35), identifica-se diferença estatística significativa nas rendas daqueles com escolaridade entre 1^a e 4^a série, assim como daqueles com escolaridade entre 5^a e 8^a série do ensino fundamental. No entanto, não há diferença estatística entre filhos agrícolas e filhos não-agrícolas com escolaridade entre 1^a e 3^a série do ensino médio⁵⁷.

Tabela 35. Renda mensal dos filhos em função da escolaridade.

Escolaridade	FA (R\$)	FNA (R\$)	FA e FNA (R\$)
Entre 1 ^a e 4 ^a série do ensino fundamental	326,31	880,21	668,21
Entre 5 ^a e 8 ^a série do ensino fundamental	204,55	837,04	449,44
Entre 1 ^a e 3 ^a série do ensino médio	417,13	1.207,67	1.037,95
Ensino superior completo ou em andamento	---	1.126,94	1.126,94

Observação: Valores médios de rendas excluídos os dados extremos (*outliers*) entre os 107 filhos de produtores. Fonte: Dados dessa pesquisa.

Conclusões do subitem

Os resultados aqui apresentados permitem fazer algumas inferências. Os FA apresentam escolaridade maior que os pais, o que deve facilitar o uso de métodos mais elaborados de extensão rural nos processos de intervenção, assim como a proposição de tecnologias agropecuárias mais complexas.

A segunda inferência se dá pela evidência de maior escolaridade dos FNA em comparação aos FA. Estes dados sugerem que o trabalho não-agrícola (geralmente localizado nas cidades) exige maior escolaridade. Se por um lado a maior escolaridade é fator que facilita a obtenção de trabalho não-agrícola pelos FNA, de forma inversa, a baixa escolaridade dos FA limita as possibilidades de mudanças na

⁵⁷ Comparação de rendas entre FA e FNA para a escolaridade 1^a a 4^a série, $Z(25) = -3,015$, $p = 0,003$; para 5^a a 8^a série, $Z(18) = -2,978$, $p = 0,003$; para a escolaridade 1^a a 3^a série do ensino médio, $Z(34) = -1,914$, $p = 0,056$.

carreira pelo exercício de ofício não-agrícola, e a chance de alcançar maior renda (não-agrícola).

Como em Guiricema não há faculdades (ao contrário de Ubá, onde há três), a busca por escolarização de nível superior implica na mudança de residência, opção que constitui obstáculo para famílias com menores rendas. As vagas de trabalho para os maiores níveis de escolaridade sendo pouco numerosas e de baixa remuneração em Guiricema (subitem 6.2), os FNA que saem para obter maior escolaridade não mais retornam para trabalhar no município. A escolha dos FNA pela residência distante os afasta da família, da chance de reforçar periodicamente suas identidades agrícolas e de construir projetos ligados à continuidade da produção agropecuária.

E para tentar melhor entender algumas lógicas que definem o percurso destes filhos de produtores de leite, o tópico seguinte apresenta certos componentes considerados por eles como importantes para tomar suas decisões com relação ao trabalho e ao local de residência.

6.2 O projeto dos filhos: os significados do trabalho e do local de residência

A perspectiva de pluriatividade apresentada por Carneiro (2006) ressalta a importância da compreensão dos projetos dos membros das famílias com o objetivo de verificar de que maneira as famílias se organizam para dar continuidade à atividade agrícola, assim como identificar o alinhamento entre projetos individuais e os familiares. A autora destaca que “assim, não corremos o risco de perceber a família como um todo monolítico e harmonioso ou o indivíduo como mero instrumento das estratégias familiares, desprovido de qualquer autonomia” (CARNEIRO, 2006, p.169).

Nesse sentido, esse subitem procura descrever os projetos dos filhos⁵⁸, associando as suas trajetórias a trabalhos agrícolas ou não-agrícolas e à residência urbana ou rural. Além disso, procura-se identificar os fatores que restringem ou impulsionam os filhos às trajetórias de serviço e local de residência.

Um dos resultados dessa pesquisa é que apenas um filho (FA) tem projeto para investir no cultivo de lavouras (anuais ou perenes). Nenhum FNA investe seus

⁵⁸ Estas análises foram realizadas com base nos questionários respondidos por 49 filhos de produtores: 11 FA e 38 FNA.

recursos financeiros nesse setor. Para o FA, o investimento nesses cultivos faz parte do negócio (ou sobrevivência) e, neste sentido, parecem ser menos importantes para os FNA. Nas duas categorias de filhos, os recursos obtidos pelo trabalho foram mais aplicados nas despesas pessoais⁵⁹.

Comparando os projetos dos filhos (FA e FNA), verifica-se que a pecuária de leite é mais presente que os cultivos agrícolas: 49% dos filhos têm planos para trabalhar com a primeira atividade e 29% dos filhos com a segunda. O interesse maior dos filhos pela atividade leiteira reproduz a realidade dos pais que têm nessa exploração a principal fonte de renda (subitem 5.1).

Ademais, 25 filhos (em 49) disseram que não pretendem trabalhar com pecuária de leite. A maioria das justificativas apoia-se na estabilidade do trabalho não-agrícola atual e a falta de rentabilidade da atividade leiteira. A percepção dos filhos corrobora a opinião dos produtores (subitem 5.2), na qual a baixa rentabilidade da atividade leiteira é a segunda maior causa de desestímulo da atividade, atrás apenas da ‘falta de mão-de-obra’.

Na hipótese de substituição dos pais pelos filhos na gerência da propriedade, verificou-se que, dentre os 11 FA, seis pretendem fazer modificações na propriedade dos pais, especialmente para intensificar os processos de produção pelo uso de ordenha mecânica, fornecimento de ração às vacas, melhoria genética do rebanho leiteiro e aumento do número dos bovinos e aves na propriedade.

Para os FNA, a continuidade da atividade produtiva depende de um arranjo capaz de possibilitar o exercício concomitante da atividade não-agrícola com a gerência da propriedade à distância. Essas lógicas ficam marcadas nas palavras de uma FNA: “Quero mexer com gado de corte porque é mais fácil, porque [eu e meu marido] moramos na área urbana. É mais fácil administrar. [...] Sobra pra mim dar continuidade na atividade rural do meu pai. Não quero abandonar a propriedade do meu pai”.

Analisando as intenções dos filhos de produtores de leite para continuidade da atividade produtiva nas propriedades, percebem-se duas tendências, aparentemente opostas. A primeira, presente nos projetos dos FA, é intensificação da produção de leite pelo uso de técnicas, equipamentos e animais capazes de elevar a produtividade da unidade produtiva. A segunda tendência, característica dos projetos dos FNA, é a

⁵⁹ Descrição a esse respeito no subitem 5.8.

redução da atividade produtiva para um patamar suficiente para a manutenção (econômica e física) da propriedade.

Um dos aspectos relevantes dessa pesquisa foi a comparação entre os sentidos atribuídos ao trabalho agrícola e ao trabalho não-agrícola pelos filhos dos produtores de leite. Quatro categorias qualitativas justificam a preferência do trabalho não-agrícola da cidade em detrimento do trabalho na agropecuária, que são: 1) salário maior e certo (37% das citações); 2) tipo de serviço (jornada menor, serviço mais leve e limpo) (35%); 3) oportunidade (de crescer na carreira, maior número de postos de trabalho) (16%), e 4) segurança (carteira assinada, plano de saúde, férias) (12%). O adjetivo “certo” que qualifica salário significa, neste caso, que a renda da cidade seria imune às incertezas típicas da atividade agrícola, que oscila em função do clima e do mercado, principalmente. Em termos de pluriatividade, significa que a renda não-agrícola mensal constitui-se em importante atrativo ao trabalhador no sentido de manter a estabilidade da economia familiar. A regularidade da renda indica ser um dos componentes importantes que impulsiona o jovem rural para o trabalho nas cidades.

O tipo de serviço típico da agricultura ou da pecuária de leite seria, segundo os filhos, um elemento que estaria contribuindo para afastar os jovens do trabalho agrícola e, conseqüentemente, da residência rural. Este tipo de serviço estaria ligado às longas jornadas de trabalho inerentes à pecuária de leite “de sol a sol”, “de domingo a domingo”, além de ser considerado “pesado” e “sujo”.

Acredita-se na importância do envolvimento da pesquisa e da extensão rural nas questões relativas aos quatro aspectos do trabalho das cidades que atraem os jovens rurais. Essa abordagem seria necessária para pensar meios para motivar a permanência dos filhos de produtores no meio rural. Ações de pesquisa/extensão junto a produtores rurais geralmente elegem o primeiro parâmetro (salário maior e certo) quando propõe tecnologias agropecuárias voltadas ao aumento de produtividade, a novos mercados exigentes em quantidade, qualidade, estabilidade de oferta e baixo preço. Pode-se dizer que a pesquisa/extensão também atua no terceiro parâmetro (aumento de oportunidade) quando propõe a diversificação de atividades na propriedade ou quando decorre do próprio crescimento da atividade. No entanto, ações de pesquisa e extensão pouco atuam no segundo parâmetro (tipo de serviço: jornada menor, serviço mais leve e limpo) ou no quarto (segurança: carteira assinada, plano de saúde).

É diferente o poder de atração dos municípios sobre os filhos de produtores em função do mercado de trabalho local. Em Ubá, 72% dos FNA percebem que há trabalhos possíveis em suas áreas de formação no município e nenhum filho de produtor menciona que não há trabalho possível para eles no município. Guiricema, em sentido oposto, 30% dos FNA afirmam que o município oferece trabalho nas suas áreas de formação profissional e 20% acreditam que não há trabalhos possíveis no município para eles.

Com os dados verifica-se que a percepção da falta de oportunidades de trabalho ocorre em nível de município⁶⁰, mas independe se a residência é “perto” ou “longe” da cidade-sede ou se o(a) filho(a) trabalha em atividade agrícola ou não-agrícola⁶¹. A noção de possibilidades de trabalho dentro de seus municípios de origem supostamente tem influência nas decisões dos filhos em permanecer ou deixar estes locais à procura de trabalho. Estas percepções reforçam as diferenças entre municípios pelos dados estatísticos do IBGE com relação às migrações e às ocupações dos trabalhadores (subitem 4.1).

Pelos depoimentos de alguns filhos qualifica-se a diferença de percepção de oportunidades de trabalho nos municípios. Para três filhos procedentes de Ubá:

“Depende do que eu fosse procurar. Na fisioterapia tem trabalho em Ubá. Fora da área é só querer... tem muito serviço.” “A [área de] Administração tem muita oportunidade no polo moveleiro”. “Acho que Ubá é um lugar que não tem desemprego não.”

Nos relatos percebe-se que os postos de trabalho disponíveis em Ubá cumprem os quesitos de quantidade e qualidade requeridos pelos FNA do município. As percepções são diferentes para os filhos de produtores de Guiricema:

“Eu, como químico, não vejo oportunidade não. Talvez no controle de qualidade de um laticínio, mas nada que eu possa manter uma família. Seria um bico.” “Já tive academia [de ginástica] lá por dois anos e não deu certo. A cidade é muito pequena e não comporta muita coisa não. Em Guiricema é tudo difícil.” “A primeira coisa que tinham que olhar em Guiricema é o emprego. O prefeito deveria trazer fábricas pra cidade.” “Oferece, mas não é especializado. Guiricema tem trabalho, mas é difícil trabalho com

⁶⁰ Comparação com relação à opinião dos filhos pelas oportunidades de trabalho encontradas em Guiricema e Ubá: $t(47) = 4,301$, $p < 0,001$.

⁶¹ Comparação com relação à opinião dos filhos entre aqueles procedentes “perto” e “longe”, $t(47) = 0,180$, $p = 0,858$, e entre FA e FNA, $t(47) = 0,349$, $p = 0,729$.

carteira assinada.” “Nenhum. Guiricema não tem emprego. Só tem lojinha, mercadinho, não tem trabalho bom, indústria...”

Os depoimentos dos filhos procedentes de Guiricema evidenciam que o município possui pequeno número de postos de trabalho e, principalmente, possui baixa qualidade (e remuneração) das oportunidades disponíveis. A introdução do setor industrial poderia, segundo os filhos de produtores, trazer melhorias no campo de oportunidades de trabalho de Guiricema. Além disso, a ausência de trabalho com carteira assinada⁶² em Guiricema equipara a cidade ao meio rural neste município. Neste raciocínio, não há vantagem ao filho de produtor em sair da zona rural para trabalhar na cidade sem carteira assinada e com baixo salário. A melhor opção estaria em outro município que oferece melhor salário e carteira assinada. Esta conjectura está em acordo com o que foi discutido no subitem 5.7 (Figura 15), no caso dos filhos procedentes de “longe” que optam, na maioria, por residir em locais mais distantes.

A comparação entre os grupos de filhos mostra que FA percebem diferentemente dos FNA as oportunidades de trabalho existentes em cada município⁶³. As diferenças na percepção de oportunidades de trabalho provavelmente estão apoiadas na maior escolaridade dos FNA em relação aos FA⁶⁴. Um dos FA evidencia esta suposição: “pra gente que não estudou é difícil”. E para um FNA: “[o que atrai um jovem rural a morar na cidade] mais é a parte do estudo... o estudo pra conseguir um emprego.” As opções de trabalho ‘nas áreas de formação profissional’ direcionam para maiores rendas, o que materializa a vantagem dos FNA em termos profissionais⁶⁵.

Para melhor compreender os atributos existentes na escolha do local de residência, procurou-se investigar as representações dos filhos com relação às cidades. Nesse sentido, 33 filhos – FA e FNA – (67%) acreditam que a ‘vida da cidade’ atrai o jovem rural. Esses filhos estariam sendo atraídos por: 1) acesso a telefone, internet e lazer (48%); 2) trabalho (22%); 3) educação (20%); 4) proximidade e mobilidade (10%). As respostas 1) e 4) parecem se justificar no

⁶² A carteira assinada é atributo valorizado pelos filhos, como visto nesse subitem.

⁶³ Comparação entre a percepção pelas oportunidades de trabalho no município pelos FA e pelos FNA, $t(47) = 2,577$, $p = 0,013$, e entre filhos residentes “perto” e “longe” das cidades-sede, $t(47) = 1,383$, $p = 0,173$.

⁶⁴ Comparação entre escolaridade de FA e FNA: $t(47) = -3,065$, $p = 0,004$.

⁶⁵ A renda dos FNA é maior que a renda dos FA, conforme discutido no subitem 5.7.

‘isolamento’ do morador rural e as respostas 2) e 3) no trabalho e a escolaridade, apoiados na expectativa de renda maior na cidade. A noção de distância e de carência do meio rural é percebida nos relatos de dois FNA: “[O jovem quer morar na cidade porque há] [...] ônibus pra visitar... roça fica meio isolado, né? [O jovem rural] quer ter contato.” “Morar na zona rural fica mais isolado.”

Para aqueles 16 filhos que não atribuíam à cidade a presença de uma força de atração sobre o jovem rural, os argumentos utilizados a favor da residência rural estavam associados a aspectos naturais (como silêncio e ar puro), ligações afetivas à família e ao patrimônio, atributos da cidade também presentes no meio rural e à autonomia sobre o trabalho e o tempo. As cidades são representadas como locais que possuem conforto e onde há atributos negativos, como custo de vida e violência.

Para os filhos de produtores de leite, o maior contato social e o maior acesso aos meios de comunicação nas cidades são aspectos relevantes na escolha pelo local de residência: rural ou urbano. O romantismo do meio rural ligado à natureza e à liberdade parece ser superado pelo pragmatismo ligado à escolarização e ao trabalho. Esses dois componentes seriam capazes de realizar um projeto que reúne os aspectos positivos do rural e do urbano. Assim, duas alternativas seriam possíveis aos filhos de produtores: um projeto urbano bem-sucedido (trabalho bem remunerado na cidade) – que pudesse propiciar a continuidade da propriedade –, e um projeto rural bem-sucedido (uma agropecuária intensiva e lucrativa) – capaz de agregar o conforto urbano.

Nesse subitem, aspectos da pluriatividade, expressos pelos dados da pesquisa, sugerem que há uma tendência para o envolvimento de filhos de produtores de leite em trabalhos não-agrícolas, bem como pela escolha da residência na cidade. Essas cidades, no entanto, precisam apresentar requisitos de quantidade e qualidade de oportunidades de trabalho para atrair jovens rurais como residentes. Ubá, por exemplo, possui esses requisitos e Guiricema não.

Para os filhos de produtores de leite, o local de residência ideal é aquele capaz de oferecer conforto e maior sociabilidade, e, ao mesmo tempo, um trabalho fixo e rentável. Nesse sentido, a melhoria da infraestrutura rural e a criação de novas opções de trabalho (agrícola e não-agrícola) no meio rural parecem ser algumas alternativas para tornar esse local mais atrativo para a residência desses jovens rurais.

O trabalho na agropecuária não possui as qualidades do trabalho nas cidades, na visão dos filhos de produtores rurais. Persistindo os modelos atuais, a tendência é

de prosseguimento dos processos de desestímulo ao jovem rural em se envolver nas atividades produtivas das propriedades. As análises desse tópico indicam que há espaço para que a pesquisa e a extensão rural na busca por formas de melhorar a qualidade do trabalho na agropecuária. Para aumentar o poder de atração dos filhos de produtores de leite pela residência rural, há outros componentes, como a infraestrutura, que extrapolam o campo de ação agrícola, usualmente ocupado pela extensão rural.

Finalmente, o conjunto dessas informações reforça a suposição de que os FNA estão mais voltados aos projetos individuais e ligados às cidades que aos planos de condução da propriedade rural da família como unidade produtiva.

6.3 O projeto dos pais para os filhos: a sucessão da unidade produtiva

Uma vez delineados os projetos dos filhos, especialmente em relação ao trabalho e residência, busca-se, nesse subitem, identificar os projetos e expectativas dos pais, produtores de leite, em relação à continuidade da atividade agrícola nas propriedades pelos filhos. Procura-se verificar, de um lado, o alinhamento entre os projetos dos pais e dos filhos para a continuidade da produção na propriedade e, de outro, identificar tendências da atividade leiteira em função dessas escolhas. A construção dos projetos dos filhos pode se iniciar nas experiências e expectativas dos pais, que podem inclusive incentivar a saída dos filhos do meio rural⁶⁶.

Entre os produtores investigados, 15 (do total de 32) afirmaram que gostariam que os FNA voltassem a trabalhar na propriedade e 17 não apresentam essa proposição. Não houve diferença nessas percepções em função das localidades, Guiricema e Ubá, ou do local da propriedade, se “perto” ou “longe” da sede. Identificaram-se três justificativas pela presença dos filhos trabalhando nas propriedades: proximidade de pais e filhos (sete citações), melhor qualidade de vida do meio rural (cinco citações) e manter o patrimônio da família (três citações).

Os produtores que não gostariam que os filhos retornassem para o trabalho na agropecuária apresentam as seguintes justificativas: baixa rentabilidade da atividade leiteira (seis citações), profissão/emprego seguro do(a) filho(a) na cidade (quatro

⁶⁶ Inferência a partir de depoimento de produtor, apresentado no subitem 5.8.

citações), serviço penoso da roça (quatro citações), propriedade pequena (duas citações) e filho(a) não gosta de roça (uma citação). As três primeiras razões (baixa rentabilidade da atividade agropecuária, falta de estabilidade e o tipo de serviço) corroboram as opiniões dos filhos (subitem 6.2). A concordância de opiniões entre filhos e pais sugere uma construção coletiva de juízos a respeito do trabalho agrícola. A negação pelo trabalho na agricultura pode exercer influência sobre os filhos de maneira a desestimulá-los a exercer essa atividade. Comparando os produtores que apoiam o retorno dos filhos e aqueles que têm opiniões opostas, percebe-se que os primeiros se sustentam em aspectos subjetivos ligados à emoção e os segundos em aspectos da realidade.

Dada a tendência de saída dos filhos de produtores de leite para as cidades, identificou-se quem daria continuidade nas atividades produtivas na propriedade rural⁶⁷. As respostas dos produtores indicaram os seguintes sucessores: i) o filho que mora na propriedade, trabalhando ou apenas residindo (37%); ii) o filho que não mora na propriedade (28%); iii) a filha e o genro que residem na propriedade (3%); iv) a filha e genro que não residem na propriedade (13%) e v) não tem sucessor(a) (19%).

Se por um lado 41% dos produtores atribuem a continuidade da atividade produtiva aos FNA, apenas 39% (15 em 38) desses filhos possuem projetos para trabalhar com agricultura e/ou com pecuária de leite (Tabela 40 do subitem 6.2). Pode-se, portanto, deduzir que há um descompasso entre o projeto dos pais para os filhos e o projeto dos filhos para a propriedade. Para verificar essa inferência, a pesquisa conseguiu incluir oito dos 13 FNA indicados pelos produtores como capazes de sucedê-los. Os projetos desses oito filhos, expressos nos questionários, mostram que três não pretendem se envolver com agropecuária, dois fazem planos para trabalhar somente com pecuária de corte⁶⁸ (excluíram agricultura e pecuária de leite) e três pretendem se envolver com agropecuária no futuro, mantendo, por hora, o trabalho não-agrícola atual. Dos três tipos de casos listados, o primeiro contraria a expectativa dos pais (filhos negam a continuidade da produção agropecuária), o segundo indica a chance de continuidade mediante transformação da produção (pelo

⁶⁷ Sucessão, nessa pesquisa, diz respeito à sucessão da propriedade rural como unidade produtiva. Nesse caso, investigam-se quem dará continuidade da produção agropecuária na propriedade. Essa noção é diferente da sucessão simplesmente patrimonial.

⁶⁸ A pecuária de corte reduz a necessidade de mão-de-obra na propriedade e permite ao filho exercer sua profissão não-agrícola (subitem 6.2).

gado de corte) e o terceiro caso apresenta (apenas) chances de continuidade da agropecuária na propriedade dos pais.

Essas informações são importantes em termos de pluriatividade porque indicam que o envolvimento do(a) filho(a) com um trabalho não-agrícola provoca uma descontinuidade da atividade agropecuária da propriedade. Ainda que o pai deposite nos filhos a expectativa de prosseguimento da produção agrícola, o filho opta por permanecer na cidade e manter seu trabalho não-agrícola.

Em relação à diferença de gênero nos projetos dos produtores para a continuidade da propriedade, é de 65% para os filhos e 16% para as filhas (e o genro). Pelas respostas pode-se perceber que o trabalho agropecuário, mesmo que seja a administração da propriedade (como o caso dos filhos que moram na cidade), é visto pelos produtores como um papel masculino⁶⁹. No caso das filhas, as respostas são “minha filha e meu genro”. Para os filhos são simplesmente “meu filho” e não “meu filho e minha nora”. A inclusão do genro no projeto do produtor ressalta, mais uma vez, a importância da figura masculina na condução de um projeto agropecuário, um aspecto cultural marcante nos discursos dos produtores, filhos e filhas.

A continuidade da atividade agropecuária nas propriedades pelos filhos se justifica, na opinião dos produtores, porque ele/ela “gosta de roça” (para 14 produtores), tem na agricultura a sua profissão (para três produtores), falta oportunidades não-agrícolas de trabalho (para um produtor) e “não tem estudo” e falta oportunidade de trabalho (para um produtor). A falta de oportunidade de trabalho e a baixa escolaridade – os dois últimos casos, ambos de Guiricema – posicionam o projeto agrícola como uma resultante da falta de opções, decorrente de ausências do local e/ou da escolarização. “Do jeito que tá o leite sem valor, só fica quem não sabe fazer nada ou tá enraizado ali.” Essa é a posição de um produtor pela permanência do FA na propriedade. É necessário ponderar na expressão “quem não sabe fazer nada” dois sentidos: 1) o filho não tem qualificação para o exercício de atividade não-agrícola, apesar de 2) ‘saber fazer tudo’ dentro do campo da agropecuária. Esta expressão tem uma carga subjetiva de preconceito que desqualifica a própria profissão de agricultor, ainda que o ofício exija grande conhecimento e habilidade. Já a expressão “tá enraizado ali” pode significar, dentre

⁶⁹ Corroborando o que foi discutido no subitem 5.6.

outras coisas, que o filho já não tem mais idade para mudar de profissão ou que permanece no trabalho agrícola em função de ligações afetivas com o trabalho e com o local de residência.

A maior renda e a maior escolaridade dos FNA impossibilita, na visão dos produtores, o retorno desses filhos à atividade agropecuária. A escolaridade dificulta o ingresso dos FA no mercado de trabalho não-agrícola (pela baixa escolaridade), assim como inibe o retorno do FNA para o exercício do trabalho agrícola da propriedade dos pais (pela alta escolaridade).

Uma vez que os filhos(as) tenham saído para trabalhar ‘fora’, maioria dos produtores (27 produtores – 84%) acredita que os filhos não mais retornam à propriedade. Para cinco produtores os filhos retornam: i) somente quando se aposentarem na cidade ou quando os produtores falecerem; ii) caso percam o emprego não-agrícola, e; iii) quando a filha terminar o curso superior em nutrição e assumir a função na indústria de laticínios da família. “Às vezes no futuro podem até voltar, né? Do jeito que a gente tá vendo hoje, pode faltar serviço na cidade e então eles podem voltar que aqui tem serviço.” “Voltam só se o mundo mudar com a crise.” Esta declaração do produtor também ocorreu nos questionários dos filhos de produtores (subitem 6.2). A propriedade é considerada, tanto pelo produtor como pelo(a) FNA, como um refúgio para o caso de falta de emprego. O retorno do filho dependeria, segundo o produtor, da história de vida do filho ligada ao campo: “Ficar aqui na roça é só pra quem nasceu aqui. Se sair não volta não.” “[Meu] filho foi criado aqui. Ele não vai parar a produção. Ele vai tocar!” Este depoimento corrobora o que foi discutido no subitem 6.2 sobre a ligação afetiva e a identidade dos filhos com relação ao meio rural.

O motivo mais importante pelo qual o FNA não mais retorna para trabalhar na propriedade é a estabilidade do trabalho não-agrícola e da ‘casa própria’ na cidade. Além disso, o tamanho reduzido da propriedade inviabiliza a inserção de todos os filhos, conforme explica um produtor: “Nossa propriedade é muito pequena, não dá pra viver direito. Só se tivesse dez a doze alqueires de terra.” Outra explicação pelo não-retorno dos filhos está na característica intrínseca do trabalho agrícola que, comparado ao trabalho não-agrícola, é pesado, com longa jornada, sujo, sem garantia trabalhista e pouco rentável.

“O pessoal hoje tá querendo sombra e água fresca!” “A filha casada tá muito bem no comércio... tem serviço mais leve, seguro, tem carteira assinada, férias. Aqui é de sol a sol e sem retorno.” “Um camarada na roça não ganha o suficiente que ganha na cidade.” “Na cidade é tudo mais fácil. O serviço na cidade é mais maré mansa. Na roça o serviço é pesado pra eles.” “Valor [os produtos agrícolas] não têm. Muito serviço, muita porcança, serviço sujo e resultado pouco.” “É muito serviço. Não tem sábado, não tem domingo... não ganha o suficiente. Pelo menos lá [na cidade] eles têm uma chancezinha de crescer mais.”

Observa-se que esses relatos dos produtores são similares aos dos filhos, apresentados no subitem 6.2. Para ambos – produtores e filhos –, o trabalho na cidade atrai pelo maior salário, tipo de serviço (leve, limpo, menor jornada), maior oportunidade profissional e segurança (carteira assinada, férias). A similaridade de depoimentos sugere que há influência das noções de mundo dos pais sobre os filhos, conforme enuncia o início desse subitem. Quanto a esse processo familiar de construção coletiva de conceitos, uma filha não-agrícola menciona: “Eu ouço o meu pai reclamar da renda baixa e os gastos altos.” Esses depoimentos apontam para a importância da opinião e dos comentários dos pais para a formação dos julgamentos e dos projetos dos filhos, com relação ao trabalho e à residência rural.

Conclusão do subitem

As análises das expectativas dos produtores com relação à continuidade da atividade agropecuária pelos(as) filhos(as) indicam problemas de sucessão da propriedade como unidade de produção. A ausência de sucessores (19%) somada à incerteza do envolvimento de filhos (41%) se agrava pela falta de mão-de-obra disponível no município⁷⁰ e pela idade avançada dos produtores. Para 84% dos produtores é pequena a possibilidade de regresso do FNA para trabalhar na propriedade. O resultado desse contexto sugere a queda na atividade agropecuária de Guiricema e Ubá nos próximos anos. Essas alterações estão na órbita da ação extensionista.

Na opinião dos produtores, a condução da propriedade pelos FNA se materializa por modificações no modo de produção capaz de conciliar o ofício não-agrícola com a administração da propriedade ou quando esse(a) filho(a) se aposentar. A continuidade da propriedade está dedicada aos homens (filhos e genros), aspecto

⁷⁰ Em função do esvaziamento populacional no meio rural (subitem 4.1).

cultural relevante evidenciado na pesquisa em Guiricema e Ubá. Para os produtores, o nível de escolaridade tanto explica a continuidade do filho na propriedade – pela insuficiência de escolarização –, quanto a impossibilidade de regresso do FNA para trabalhar na agricultura – pelo excesso.

As similaridades de opiniões entre pais e filhos, assim como seus depoimentos indicam que os pais contribuem nos projetos dos filhos. Identifica-se nessa pesquisa que o projeto do(a) filho(a) é moldado durante o convívio familiar e influenciado pelo contexto no qual se insere a família. Sendo assim, as crises econômicas e sociais do setor agropecuário vivenciadas pelos pais nos municípios são capazes de impulsionar os filhos em direção a projetos individuais e não-agrícolas.

6.4 Representações do trabalho e do local de residência pelos produtores rurais

As vantagens e desvantagens atribuídas ao tipo de trabalho e ao local de residência fazem parte um conjunto de construções mentais da realidade cotidiana que parecem influenciar os projetos coletivos (familiares) e individuais (dos produtores e dos filhos)⁷¹. Análises dos sentidos atribuídos pelos produtores a esse respeito podem ajudar a compreender os projetos de seus filhos. Além disso, as manifestações expressas em questões abertas dos questionários também apontam problemas e algumas formas de superar as dificuldades (na visão dos produtores) para aqueles que residem e/ou trabalham com agricultura nas comunidades rurais.

Os sentidos atribuídos pelos produtores a respeito da residência no meio rural do município tiveram ligações com: atributos da natureza, como silêncio, ar puro, paz e tranquilidade (24 citações), segurança (seis citações), boa vizinhança (três citações), conforto do meio rural que se assemelha ao da cidade (três citações), autonomia da vida rural sobre o trabalho e o tempo (três citações), o fato de gostar do trabalho (duas citações). Em dois casos os produtores disseram que não há “nada de bom” em morar no meio rural. Desse quadro infere-se que as características do ambiente natural, social e ligado ao trabalho autônomo moldam um estilo de vida que agrada o produtor de leite participante da pesquisa.

⁷¹ Conforme discussões apresentadas nos subitens 5.8, 6.2 e 6.3.

O sentido da autonomia do trabalho está nas palavras de um produtor de Guiricema e de um de Ubá: “Se eu disser que quero deitar e dormir, eu posso. Eu trabalho prá minha conta.” “A gente é dono. A gente faz o que quer. Quem é empregado é mandado, tem que dar satisfação pra sair. Se não der satisfação pode ser mandado embora.” Há certa contradição com relação a autonomia sobre o trabalho e o tempo. Por um lado está o trabalho “de sol a sol”, nos feriados e nos finais de semana. Por outro lado está o controle do tempo livre, tempo existente entre as operações inerentes à atividade, principalmente entre os horários de ordenha – horários inflexíveis. Os filhos também valorizam a autonomia do trabalho rural (subitem 6.2). Da mesma forma, pais e filhos percebem a longa jornada de trabalho como característica que desestimula o exercício da atividade leiteira (subitem 6.2 e 6.3).

A respeito das carências relacionadas à residência nas comunidades rurais, 17 produtores referem-se a infraestrutura, seis produtores ao maior preço para os produtos agrícolas, cinco dizem que não falta nada, dois citam a falta de mão-de-obra e dois mencionam outros motivos (flexibilizar a lei florestal para exploração de montanhas e diminuir a discriminação contra produtor rural em posto médico e banco). Agrupando esses temas tem-se: infraestrutura (53%), trabalho (28%), não há insuficiências (16%) e discriminação pelo fato de ser morador rural (3%).

A questão da discriminação, não menos importante que as demais, tem motivação suficiente para influenciar os projetos dos filhos, de forma a inseri-los no ambiente urbano, socialmente mais aceito. O etnocentrismo urbano exclui a cultura rural (ou caipira) do mundo possível, ainda que ocorra na cidade agrícola de Guiricema, no interior de Minas Gerais. O pano de fundo parece estar no confronto (presente no ‘senso comum’) entre o atraso rural e o progresso urbano. Tanto no hospital quanto no banco são exigidos determinados modelos de linguagens e procedimentos que não fazem parte do cotidiano dos moradores rurais, como a leitura, a escrita, a oralidade. É o que parece ocorrer no preenchimento de fichas de cadastro, no uso de computador, na leitura e compreensão de receitas médicas e bulas de remédios. O maior tempo dedicado ao atendimento a produtores rurais nessas instituições parecem decorrer dessas inaptidões, o que destoia dos processos modernos. Essa particularidade no atendimento seria uma das causas da discriminação dos produtores pelos funcionários dessas instituições.

A carência de infraestrutura, maior preocupação dos produtores, teve dez citações em Guiricema e 16 em Ubá; quatro citações provenientes de produtores que moravam ‘perto’ da cidade-sede municipal e 22 daqueles que moravam ‘longe’. A infraestrutura, mencionada pelos produtores, é composta por estrada (11), posto de saúde (3), telefone (3), posto policial (3), escola (2), esgoto (2), quadra de esporte (1) e calçamento (1). Nesse conjunto destaca-se a estrada como o mais importante (ou carente) atributo para os moradores rurais, especialmente para aqueles que residem em Ubá e para aqueles que residem “longe” da cidade-sede dos municípios. A infraestrutura precária seria uma das causas do esvaziamento populacional da zona rural, segundo um produtor: “Se tivesse uma estrada boa, ia ter muito mais gente morando aqui na roça. Eu tô aqui porque não tive outro jeito. A tendência é o povo ficar menos na roça.” O sentimento de ‘isolamento’ mencionado pelos filhos de produtores (subitens 5.7 e 6.2) é reforçado pelo depoimento desse produtor e pela carência de estrada e demais bens do Estado no meio rural. Além do afastamento físico de escolas, hospitais, trabalho, lazer, dentre outros, há o afastamento social, decorrente de uma identidade não valorizada e não reconhecida. O afastamento físico, aliás, parece ser decorrente do afastamento social.

A respeito das deficiências para quem trabalha com agropecuária nas comunidades, foram mencionadas as políticas de governo (18 citações), maior preço de produtos agrícolas (oito citações), mão-de-obra (quatro citações), segurança (uma citação) e “união dos produtores” (uma citação). Em dois casos “não falta nada”. A expressão “políticas de governo” reúne os temas: redução de impostos e de preços de insumos agrícolas, empréstimos a juros baixos, melhoria das estradas, assistência técnica, mecanização agrícola (organização da patrulha mecanizada municipal) e aumento do preço do leite. Os quatro últimos itens parecem estar no espaço de ação da extensão rural e dos conselhos municipais de desenvolvimento rural.

A carência de mão-de-obra foi citada pelos produtores como um fator que estaria limitando a atividade agropecuária nos municípios. Dos 32 produtores participantes da pesquisa, 20 (62,5%) fizeram queixas espontâneas sobre a falta de mão-de-obra, que seria escassa e/ou de alto custo: nove de produtores de Guiricema e 11 de Ubá. As citações sobre mão-de-obra surgiram distribuídas tanto entre aqueles produtores que moravam “perto” como aqueles que moravam “longe” da cidade-sede dos dois municípios. As manifestações dos produtores com relação à falta de mão-de-obra reforçam as discussões do subitem 5.4, onde se infere que a falta de

trabalhadores decorre principalmente do esvaziamento populacional no meio rural de Guiricema e Ubá.

A segunda maior queixa registrada nos questionários refere-se ao baixo preço do leite.⁷² A redução na renda em função do preço do leite modifica não apenas a motivação dos produtores diante da atividade (subitem 5.2), mas o estímulo para o envolvimento dos filhos na atividade⁷³.

Nesse subitem a falta de infraestrutura no meio rural ocorre como uma das causas mais importantes da ‘força de repulsão’ sobre os moradores do meio rural, conforme discutido no subitem 5.8. Esta força estaria presente especialmente sobre os moradores da zona rural “longe” das cidades-sede, locais que mais percebem a sensação de “isolamento”. Nota-se a incompatibilidade entre a ‘grandeza’ da economia de Ubá e a falta de infraestrutura a disposição dos moradores da área rural desse município.

A autonomia do trabalho agrícola associada a características da natureza existentes no meio rural parecem reunir os atributos mais significativos que justificam o “gostar” do trabalho em pecuária de leite, mencionado por produtores e seus filhos (subitem 6.2 e 6.3).

Além das carências físicas existentes no meio rural, que muito contribuem para o esvaziamento populacional, há representações negativas presentes no meio social urbano a respeito do produtor rural atrasado e pouco educado. Esse modo negativo de reconhecimento também parece desestimular os filhos de produtores a continuar na atividade agropecuária. A desqualificação do trabalho agrícola – também desestimulante aos filhos – pode advir do próprio produtor rural, conforme depoimento e discussão apresentada no subitem 6.3.

As estratégias sociais das famílias de produtores de leite apresentadas nesse capítulo se apresentam, para a extensão rural, como elementos de reflexão de causa e efeito a respeito de determinados comportamentos e tendências produtivas nas propriedades de leite. A infraestrutura precária e a desvalorização cultural do trabalho agrícola, por exemplo, desmotivam o envolvimento de jovens pelo trabalho agrícola e residência rural. Esses aspectos ultrapassam os limites da produção

⁷² O preço do leite estava, na época da pesquisa, entre R\$ 0,47 a R\$ 1,00, com média de R\$ 0,59 por litro.

⁷³ O subitem 6.2 traz o depoimento de filho de produtor que foi desestimulado pela baixa renda da atividade leiteira e mudou-se para a cidade com a família. O subitem 6.3 discute a influência dos pais sobre o projeto dos filhos.

agrícola como campo de ação exclusivo da extensão rural. Essas questões são abordadas com mais detalhes no capítulo seguinte.

Capítulo 7. A EXTENSÃO RURAL NOS MUNICÍPIOS

Esse capítulo discute a ação extensionista em função da noção de pluriatividade, mais especificamente sobre a reação da extensão rural decorrente das transformações que ocorrem no meio rural. Para isso, apresenta-se a estrutura da extensão rural existente em Guiricema e Ubá, a visão dos técnicos com relação à continuidade da atividade produtiva nas propriedades leiteiras e suas propostas de desenvolvimento para os municípios. Ao final do capítulo discute-se o Projeto Transformar, da Emater-MG, que visa à “formação da juventude rural como forma de estimular a sua permanência na produção familiar [agrícola]” (EMATER-MG, 2008⁷⁴).

A presença dos extensionistas na pesquisa vem ainda somar conteúdos explicativos àqueles apresentados pelos produtores rurais e seus filhos a respeito das mudanças que se manifestam na realidade rural de Guiricema e Ubá.

7.1 Recursos disponíveis e a assistência técnica dos escritórios da Emater-MG de Guiricema e Ubá

Os dois escritórios possuem a seguinte estrutura física, material e serviços: local propriamente dito (em imóveis cedidos pelas prefeituras⁷⁴), carro (da Emater-MG, um em Guiricema e dois em Ubá), computador (da Emater-MG, um em Guiricema e três em Ubá) e internet, luz, telefone e água (em Guiricema custeado pela prefeitura e em Ubá, pela Emater-MG). O uso dos recursos é limitado pelo orçamento mensal encaminhado aos escritórios pela Emater-MG: R\$ 350,00 para Guiricema e R\$ 1.200,00 para Ubá. É essa estrutura que viabiliza a atividade de extensão nos municípios, trabalho especialmente apoiado nos instrumentos de comunicação (telefone e computador com internet) e transporte.

⁷⁴ Em Guiricema o escritório localiza-se em um anexo do prédio da Prefeitura e em Ubá o escritório está em uma casa alugada pela Prefeitura. Ambos estão no centro das cidades.

Os técnicos da Emater-MG nos escritórios têm mais de dez anos de exercício na empresa e naqueles municípios, com exceção de um técnico BES que trabalha há 11 anos na Emater-MG, mas apenas há um ano no escritório local de Ubá⁷⁵. Esses dados indicam que os profissionais conhecem suficientemente a Emater-MG e os municípios nos quais trabalham, o que confere credibilidade às informações prestadas por eles a esta pesquisa. Ainda com relação aos recursos humanos, em Guiricema há um técnico (zootecnista) e uma secretária. Em Ubá há dois agrônomos, uma secretária (pedagoga) e dois técnicos de bem-estar social (BES): uma economista doméstica e um assistente social. O maior número de empregados e a diversidade de competências profissionais imprimem ao trabalho de Ubá uma vantagem adicional, comparado a Guiricema.

Investigando com mais detalhes essa vantagem relativa de Ubá em relação a Guiricema, procurou-se quantificar o número de produtores atendidos por técnico. Em Guiricema o técnico tem como meta o atendimento de 320 famílias rurais (320 pessoas/técnico) e os quatro técnicos de Ubá, 835 famílias (209 pessoas/técnico). Estes números sugerem que o número de pessoas atendidas por técnico é maior em Guiricema que em Ubá. Para verificar esta suposição, utilizaram-se os dados estatísticos do IBGE. Em 2006, segundo este instituto, havia em Guiricema 1.435 estabelecimentos agropecuários (1.033 estabelecimentos com bovinos) e 2.799 pessoas ocupadas nesses estabelecimentos agropecuários (2.435 com laços de parentesco com o produtor e 364 sem laços de parentesco). Neste mesmo ano Ubá tinha 877 estabelecimentos agropecuários (555 estabelecimentos com bovinos) com 1.748 pessoas ocupadas nesses estabelecimentos agropecuários (1.344 com laços de parentesco com o produtor e 404 sem laços de parentesco). Considerando que há em Ubá dois técnicos ligados à produção agropecuária (dois agrônomos), um técnico desse município atende 438 propriedades e 874 pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários. Tomando as mesmas relações em Guiricema (um para 1.435 e um para 2.799, respectivamente), verifica-se que o técnico desse município tem 3,3 mais pessoas e 3,2 mais propriedades para prestar atendimento que um técnico de Ubá. Adiciona-se a essa 'vantagem' que o escritório da Emater-MG de Ubá conta ainda com mais dois técnicos BES. Os dados do IBGE confirmam,

⁷⁵ Esse técnico BES que está a um ano no escritório de Ubá não participou da entrevista.

portanto, a suposição a respeito da desigualdade com relação à área física de atuação e ao público a ser atendido por técnico.

O convênio formal entre a Emater-MG e as prefeituras estabelece o número e a qualificação dos profissionais que trabalham no município. A prestação mensal da Prefeitura pelo serviço da Emater-MG no município varia conforme a escolha desses profissionais. Essa escolha, portanto, é dependente da capacidade do erário municipal, o que parece explicar, ao menos em parte, as diferenças (ou ambiguidades) com relação ao número de técnicos da Emater-MG por município.

Nesse sentido, Ubá, sendo o município com maior receita pública⁷⁶, possui condições de disponibilizar maior número de técnicos na Emater-MG para atender as pessoas ocupadas na agricultura (especialmente os agrônomos) e moradores rurais (inclui os técnicos de BES)⁷⁷. Guiricema, apesar de maior dependência do setor agrícola⁷⁸, não permite à Prefeitura (em razão da pequena arrecadação financeira) ter mais de um técnico da Emater-MG atuando no município – apesar da solicitação do técnico local. Este contexto sugere que nas cidades com economia mais pujantes o Estado pode estar mais presente e tem condições de apoiar mais concretamente produtores e moradores rurais. Sendo assim, independentemente da importância da agricultura no município, produtores e moradores rurais são reféns da capacidade econômica do município.

Os atendimentos prestados pelos técnicos da Emater-MG de Guiricema e de Ubá aos produtores são individuais ou coletivos, acontecem nos escritórios e nas propriedades, ocorrem por demanda ou por indução (técnicos se deslocam às propriedades mesmo sem serem demandados). A diversidade de atendimentos exige o uso de vários métodos de trabalho e o desenvolvimento de várias habilidades dos profissionais. O aspecto metodológico é colocado à prova nas rotinas do trabalho extensionista, especialmente os métodos coletivos e participativos, conforme as demandas mais atuais da Emater-MG (subitem 7.4).

Em Ubá os técnicos de BES dedicam 20% do tempo em serviço para atividades de organização social e 80% para atividades não-agrícolas em programas

⁷⁶ O PIB de Ubá é 16,4 vezes superior ao PIB de Guiricema (Tabela 4 do subitem 4.1).

⁷⁷ Confrontando com as análises do subitem 6.4, verifica-se certa contradição na política da Prefeitura de Ubá voltada ao meio rural. Há uma carência em infraestrutura nas áreas rurais do município, especialmente os locais distantes (subitem 6.4), mas a Prefeitura mantém quatro técnicos no escritório da Emater-MG.

⁷⁸ Em Guiricema 31,0% do PIB vem da agricultura e em Ubá apenas 1,6% do PIB municipal vem desse setor (Tabela 4 do subitem 4.1).

de saúde, nutrição e saneamento. Para o interesse do estudo de pluriatividade, o programa ‘hortas caseiras’, conduzido pelos técnicos de BES, interfere na renda familiar, uma vez que a produção para o autoconsumo reduz despesas com itens alimentícios que seriam adquiridos no mercado. Segundo os técnicos da Emater-MG, é comum a produção de alimentos para autoconsumo pelas famílias rurais de Guiricema e Ubá, cujos principais produtos cultivados são o milho, o feijão e as hortaliças.

Nos dois escritórios há programas voltados à produção de alimentos para o autoconsumo familiar. Em Guiricema há o programa “uma horta em cada quintal”, que distribui sementes e presta assistência técnica. Em Ubá estas atividades são mais expressivas devido à atuação dos dois técnicos de BES. Estes programas incluem o Minas Sem Fome, horta caseira, horta coletiva urbana, distribuição de pintinhos (para entrar no Programa de Aquisição de Alimentos do governo estadual – PAA) e produção de queijos (para consumo e para a venda).

Nas rotinas de trabalho dos escritórios de Guiricema e de Ubá não se pergunta se há algum membro que exerce atividade não-agrícola na família que está sendo assistida, qual atividade é esta ou se a renda obtida externamente retorna para a família agrícola. Ou seja, a ocorrência de pluriatividade não é considerada no exercício do trabalho extensionista.

A equipe da Emater-MG de Ubá se organiza pela divisão da zona rural do município em duas partes. A primeira metade, onde é mais recorrente a atividade leiteira, fica por conta de um agrônomo e a segunda metade, onde predominam frutas e olerícolas, fica por conta do outro agrônomo. Essa divisão de serviço induz, de certa forma, a uma especialização dos técnicos nos temas mais recorrentes em suas áreas físicas de atuação. Os técnicos de BES também dividiram as comunidades rurais em duas metades, não-coincidentes com as áreas dos agrônomos de forma que ora vão a campo com um agrônomo, ora com outro. Nas segundas-feiras pela manhã há reuniões semanais de programação de trabalho e de uso dos recursos do escritório, na qual participam todos os técnicos, incluindo a secretária. O contato com os diferentes profissionais durante o serviço é mais um diferencial do escritório de Ubá que agrega conhecimentos e qualidade ao trabalho, o que não existe no escritório da Emater-MG de Guiricema.

Com base nos dois municípios de análise, infere-se que a residência em um município essencialmente agrícola não garante ao produtor rural uma estrutura municipal capaz de apoiá-lo nas etapas de sua produção agropecuária.

Com referência à pluriatividade, na rotina do trabalho dos extensionistas não se pergunta se nas famílias rurais há fontes de renda não-agrícolas. Também não há nos escritórios da Emater-MG programas de geração de renda não-agrícola voltados aos moradores rurais nos municípios, mas programas de produção caseira de alimentos, o que reduz as despesas da família (além do aspecto voltado à saúde). A baixa reação da Emater-MG em abarcar mais efetivamente as atividades não-agrícolas no meio rural expõe que a extensão rural desempenha essencialmente sua função no projeto de desenvolvimento agrícola, afastando-se de outras formas de desenvolvimento, como local, rural, endógeno, dentre outros.

7.2 Desenvolvimento rural e dinâmica social de jovens rurais, na visão dos técnicos da Emater-MG

A exposição a seguir pretende discutir determinados obstáculos ao desenvolvimento dos municípios, segundo a percepção dos técnicos da Emater-MG de Guiricema e Ubá. Essas análises pretendem elucidar alguns aspectos que, em última instância, influenciam a escolha dos jovens rurais pelo trabalho fora da propriedade dos pais e pela residência na cidade.

Para os extensionistas, o modelo de desenvolvimento é materializado no CMDRS (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável) existente nos dois municípios. Um programa de desenvolvimento precisa, na opinião dos técnicos, ser construído com a participação da população rural e com a parceria de instituições que possuem interface no ambiente rural, tais como “IEF, Copam, Emater-MG, Prefeitura e Secretaria da Educação”. Os técnicos de Ubá identificam que, nas reuniões com moradores rurais, a maior demanda é pela melhoria das estradas rurais, fato também evidenciado pelos produtores rurais (subitem 6.4).

Apesar da solicitação dos moradores rurais pela melhoria das estradas nas reuniões do CMDRS, não foi delegada competência ao Conselho para resolver esse tipo de questão. O extensionista mostra qual era o posicionamento do prefeito da época: “O prefeito disse: ‘- Eu sou o Prefeito, não é o Conselho’. A ata do Conselho

não era acatada pelo Prefeito.” Com essa atitude, as reuniões tornam-se desnecessárias para tratar de assuntos sobre infraestrutura. Sendo este tema o mais relevante aos moradores rurais, as reuniões tornam-se improdutivas, o que desmobiliza e desqualifica o CMDRS como órgão que dá voz à população rural. A falta de apoio a propostas coletivas pelo poder público municipal sugere correlacionar-se com os sentimentos de desestímulo e/ou individualismo dos moradores.

Um produtor de Guiricema menciona que o fim dos recursos do Pronaf Infraestrutura destinados ao município colaborou para enfraquecer os grupos de moradores rurais, uma vez que os produtores passaram a solicitar recursos ao Pronaf individualmente. Para outro produtor, também de Guiricema: “Falta um prefeito que arrume a estrada. Eu que arrumo a estrada!” Assim, esse produtor acaba por cumprir o papel que é do Estado com relação à manutenção da infraestrutura municipal. Iniciativas particulares como essas ilustram ações isoladas que reforçam o individualismo dentro do grupo de produtores rurais.

A fraca interação entre produtores é percebida do seguinte modo pelo técnico de Guiricema: “o problema é cultural, a cultura do individualismo. E resistência.” Um produtor desse município defende que a desmobilização dos produtores decorre de ações coletivas frustradas no passado (como parece ocorrer com o CMDRS). A respeito da organização dos produtores, o técnico de Ubá acredita que os produtores precisam estar “organizados em associações para vender leite resfriado [...] Mas eles não acreditam nisso!” De modo mais pragmático, os produtores veem como obstáculos para a comercialização de leite resfriado os baixos preços pagos pelos laticínios e a maior demanda de trabalho para transportar o leite entre a propriedade e o tanque coletivo de resfriamento (subitem 5.3). Quando o leite é vendido em latão, modalidade ‘tradicional’ de comercialização de leite, o caminhão busca na propriedade, reduzindo o trabalho do produtor.

Ainda que os filhos de produtores tenham indicado algumas restrições para envolvimento no trabalho agrícola (subitem 6.2), os extensionistas de Ubá e de Guiricema veem a agricultura como uma importante alternativa de trabalho e de renda para os jovens rurais. O técnico de Guiricema sugere como ação de desenvolvimento rural o incentivo à instalação de agroindústrias (conserva de pepino e massa de tomate) e à implantação do Programa de Aquisição de Alimentos para a merenda escolar. Estas opções, contudo, não fogem do referencial agrícola do

município e do universo de temas que são característicos do trabalho da extensão rural.

Segundo os extensionistas de Ubá, há uma atração seletiva de trabalhadores pelo setor industrial. Os técnicos sustentam que as indústrias de móveis dão preferência aos trabalhadores vindos da zona rural pela facilidade de adaptação nos serviços de menor qualificação e mais pesados. Para eles, ‘todas as famílias’ da zona rural do município possuem um ou mais filhos trabalhando em atividades não-agrícolas. Nas famílias rurais do município há, segundo os extensionistas, um componente cultural que estimula a saída do jovem do trabalho na propriedade:

Ele [o pai] dá uns 50 reais para [o filho] vir na rua no final de semana. Dá a ele uma moto, dá a ele uma roupa..., dinheiro mesmo ele não tem. Chega aqui [na cidade], como diz o outro, chega aqui, no dia 4 ou no dia 5 a fábrica dá a ele 400 ou 500 reais, isso [lá na propriedade do pai] ele não tem. Isso é um fator que acaba fazendo ele ir embora [do meio rural].

A falta de retribuição pelo trabalho agrícola do jovem rural parece ser inerente à fase biológica juvenil em que não ele(a) não é mais criança e ainda não é adulto. Desta maneira, não teria motivo para receber salário mensal, uma vez que ainda reside com os pais, os quais custeiam todas as suas despesas. Para o jovem filho (rapaz), a carência destes recursos mensais associado à ausência de espaço físico próprio na propriedade inviabilizaria seu projeto pessoal ligado à agropecuária dentro dos limites do patrimônio dos pais⁷⁹. Para a filha (moça) teria o agravante do não-reconhecimento do trabalho feminino ligado à produção agropecuária, especialmente quando se trata da gestão da propriedade⁸⁰. Para a moça haveria um fator ainda mais forte de expulsão da propriedade, quando comparado ao rapaz.

No entender dos técnicos de Ubá, o rito de passagem da adolescência para a fase adulta nas famílias rurais do município tem dia e hora marcada na vida do jovem: se dá pelo casamento.

Às vezes ele [o jovem] tem até mais [dinheiro quando trabalha] com o pai dele, mas tem que pedir... Ali [na fábrica] não... ele tem o dele certo, ele tem independência. Com o pai não, ele vai ficar pra sempre dependente. Só depois de casar ele vai ter independência.

⁷⁹ Esse assunto é detalhado no subitem 7.3.

⁸⁰ Conforme apresentado no subitem 5.6.

Esta percepção do técnico da Emater-MG de Ubá foi reforçada por um filho de produtor do município que trabalha com um irmão na propriedade do pai e que possui outros seis irmãos trabalhando com atividades não-agrícolas: “Os casados meu pai libera pra trabalhar na cidade”. Este rito de passagem pelo casamento anuncia o início da vida autônoma.

Para os técnicos de Ubá, a atividade leiteira é a que mais libera mão-de-obra para as indústrias de móveis do município. A saída destes jovens do meio rural para trabalhar na cidade interfere na produção agrícola municipal, segundo os técnicos da Emater-MG de Ubá porque está afetando a quantidade, a qualidade e valor da mão-de-obra disponível no meio rural. “Mão-de-obra aqui tá um problema seríssimo. Não tem, e a pouca que tem é não-especializada e cara. Trinta reais por dia estão te cobrando! E não faz nada não! Nego não trabalha nada! E roda prá cá, roda prá lá...” Para estes técnicos, os produtores de leite estariam investindo em picadeiras, ordenhas mecânicas e em microtratores como forma de contornar a escassez de mão-de-obra no campo⁸¹. Em Guiricema o técnico da Emater-MG percebe o envolvimento de jovens no trabalho agrícola da seguinte maneira:

É raro achar um jovem exercendo atividade agrícola. Tem muito jovem no meio rural, mas estão estudando. Como o seu Geraldo falou, eles não podem trabalhar. Na realidade eles estão vindo trabalhar na construção civil... mas muitos deles estão indo pra fora para estudar e trabalhar... em Viçosa, Juiz de Fora, Volta Redonda...

Para esse extensionista, a legislação que proíbe o trabalho infantil está prejudicando o aprendizado da profissão agrícola pelos jovens rurais e estabelecendo vínculo com o universo urbano, uma vez que diariamente vão às cidades para estudar⁸². Como conseqüência desse processo de escolarização, os jovens rurais criam referências nos centros urbanos e são motivados para o trabalho fora da agricultura e para a residência nas cidades.

O maior fator de desestímulo ao envolvimento dos jovens rurais no trabalho agrícola está na baixa renda da atividade leiteira, segundo os técnicos da Emater-MG dos dois municípios, corroborando a opinião dos produtores (subitem 6.3) e dos

⁸¹ Reforçando o que foi discutido no subitem 5.4.

⁸² Os estudantes do meio rural que estudam nas cidades são transportados por veículos das prefeituras.

filhos (subitem 6.2). Também motivaria a saída de filhos da propriedade o grande número de herdeiros diante de uma propriedade com tamanho insuficiente para a realização de todos os projetos⁸³. Outro motivo seria, ainda, o trabalho pesado típico da agropecuária local⁸⁴. Segundo o técnico da Emater-MG de Ubá, o jovem não gostaria de repetir o ofício pesado dos pais.

Não pode ser esta vida do pai dele... ajuda um equipamento que favoreça o trabalho na propriedade rural. Uma ordenhadeira mecânica, um tanque de resfriamento de leite, uma forma mais fácil de trato dos animais, uma forma mais fácil de limpeza do curral...

O dinheiro que os filhos de produtores ganham fora da agricultura é investido em projetos individuais (moto, MP3, MP4, objetos eletrônicos) e não na agricultura, nem na família. Ainda para os três técnicos da Emater-MG, esses jovens que saem da propriedade para trabalhar em atividade não-agrícola não retornam para morar ou trabalhar na agricultura⁸⁵. O técnico de Guiricema observa que está havendo retorno de ex-moradores ao meio rural, mas na condição de aposentado que “volta não para viver da roça, mas para viver na roça. É lógico que vai produzir, mas não vai viver [da agricultura]..., não vai sobreviver dessa produção.” Para ele, permanecem hoje trabalhando na agricultura aqueles que gostam, não tem outro ofício ou estão numa faixa etária que não mais são absorvidos pelo mercado de trabalho. As palavras do extensionista demonstram a preferência do produtor exclusivamente agrícola ou “verdadeiro agricultor”, expressão de Carneiro (1998a, 2000).

Esse subitem ressalta que a busca dos jovens rurais por trabalhos nas cidades vão ao encontro do interesse das indústrias de móveis que necessitam trabalhadores com aquele perfil: pessoas dispostas a exercer ofícios pesados e de baixa complexidade. A dinâmica de esvaziamento populacional observada em Guiricema e Ubá em direção ao trabalho na indústria apontam para a mesma lógica dos primeiros momentos do processo de industrialização no Brasil, conjuntura que induziu migrações no sentido rural-urbano e novos tipos de relações de trabalho. Contribui para esse processo a falta de perspectiva de atendimento a reivindicações de grupo

⁸³ Depoimentos de dois produtores, do subitem 6.3, corroboram essas inferências.

⁸⁴ Opinião reforçada pelas palavras de produtores e filhos (subitens 6.3 e 6.2).

⁸⁵ Na opinião de 84% dos produtores, os filhos que saem para trabalhar ‘fora’ não mais retornam às propriedades, o que coincide com a opinião dos extensionistas.

(especialmente infraestrutura rural) que diminui a coesão entre os moradores e desestimula a residência rural e o trabalho agrícola.

7.3 O Projeto Transformar da Emater-MG: ações voltadas à permanência de jovens rurais no campo

Para motivar a continuidade de jovens trabalhando na agricultura e morando no meio rural, a Emater-MG instituiu em 2008 o Projeto Transformar – ação de alcance para Minas Gerais. Esse Projeto propõe minimizar a saída de jovens do trabalho agrícola e da residência rural. Mais do que proposições, a Emater-MG apresenta ações concretas para estimular o envolvimento de jovens com essas questões rurais.

O objetivo desse subitem é discutir o alcance desse Projeto para as condições de Guiricema e Ubá, tendo por referência os conteúdos descritos e analisados até esse ponto da dissertação. Para isso, o tema será abordado em três momentos: apresentação do projeto, discussão sobre as propostas e aplicabilidade para as condições dos municípios (segundo os extensionistas).

O Projeto Transformar

As propostas do Projeto Transformar são apresentadas em fôlder (EMATER-MG, 2008?a), caderno de divulgação (EMATER-MG, 2008?b), e em artigo da Presidência da instituição (EMATER-MG, 2008c), cujo objetivo é

[...] habilitar os jovens do meio rural para desenvolverem atividades produtivas, obterem uma ocupação profissional e, conseqüentemente, o aumento da renda de suas famílias, reduzindo, assim, o êxodo rural e valorizando a cultura local, sem comprometimento dos recursos naturais. [...] Por meio dos cursos, os jovens são preparados para gerenciar e conduzir atividades produtivas no campo, atuando nas atividades agropecuárias de forma empreendedora, com responsabilidade social e ambiental. (EMATER-MG, 2008?a)

O escopo do Projeto é estimular a permanência dos jovens rurais no campo por meio da capacitação técnica para o trabalho em agropecuária. O argumento da

proposta coloca (mais uma vez) a agricultura como capaz de gerar renda suficiente para ‘fixar o homem no campo’.

Os cursos têm carga total de 100 horas e são divididos em duas etapas: uma presencial de 32 horas e outra “complementar”, de 68 horas. A primeira etapa tem três momentos: “políticas públicas e gestão social” (oito horas), “habilidades específicas” (16 horas) e “construção de proposta de Ater” para “elaboração de um Programa Estadual de Ater para Jovens Rurais” (oito horas). A segunda etapa (“complementar”) não exige a presença do extensionista e pode ser composta das seguintes atividades: assistir vídeos, participar de reuniões do CMDRS (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável) ou do Codema (Conselho de Desenvolvimento e Meio Ambiente), participar de eventos técnicos (excursões técnicas, dias-de-campo, descobertas técnicas – DT), construir diagnósticos participativos e leituras de textos com relatos e discussões.

Quanto aos resultados do projeto-educativo, além dos aspectos relacionados ao exercício da cidadania e “sustentabilidade”, são ter

“jovens habilitados e com acesso à linha de crédito do Pronaf Jovem [e] capacitados a gerenciarem e conduzirem suas atividades produtivas [...] como forma de estimular a sua permanência na produção familiar, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e promoção de uma comunidade sustentável” (Emater-MG, 2008?a).

Os resultados esperados parecem indicar que se repete o corolário da época da Associação de Crédito e Assistência Rural – Acar: empréstimo bancário x agricultura x desenvolvimento.

O Projeto Transformar tem dois documentos orientadores, o Projeto Inovar (EMATER-MG, 2004) e a Metodologia Mexpar – “Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável” (RUAS, 2006). O primeiro trata-se de um conjunto de artigos sobre “desenvolvimento local sustentável, planejamento participativo e gestão social” escrito por consultores externos à Emater-MG cujas opiniões refletem o direcionamento estratégico da empresa. O segundo documento discorre sobre o referencial pedagógico da ação extensionista e sobre métodos participativos a serem absorvidos nas práticas dos extensionistas da Emater-MG, tais como o calendário sazonal, o Diagrama de Venn, excursão, etc.

Considerações a respeito do Projeto Transformar:

Três “novos” temas compõem o Projeto Transformar: ‘meio ambiente’, ‘participação’ e ‘políticas públicas’ (em torno da noção de cidadania). Ressalta-se que não há conteúdos voltados a novas ocupações e novas fontes de renda. Não há propostas inovadoras no campo empírico do jovem rural que poderiam ser importantes para o sucesso do novo empreendimento. Tampouco são temas conectados à dinâmica socioeconômica atual do local ao qual se inserem. Os componentes “antigos” são também três: a agricultura como elemento capaz de ‘fixar o homem no campo’; a agricultura como atividade capaz de aumentar a renda da família rural; o projeto agrícola vinculado ao crédito bancário. Ou seja, as lógicas do trabalho extensionista da época da Acar (Associação de Crédito e Assistência Rural) ainda estão presentes no Projeto Transformar.

Para apresentar e defender as intenções do projeto institucional, José Silva Soares, presidente da Emater-MG, argumenta que há distribuição desigual de recursos públicos aplicados no meio rural e urbano, o que estimula a migração do meio rural para as cidades. Também explica o que seria necessário para a permanência de pessoas residindo no meio rural.

Não queremos perpetuar políticas equivocadas, que pretendem fixar o jovem no campo. Fixam-se postes, alicerces de construções... Já as pessoas, os cidadãos, devem ser livres e isso inclui a escolha delas ficarem ou não no campo. Mas para elas decidirem ficar no campo, é preciso educação, lazer, comunicação, boas vias de acesso e saúde. Se prestarmos atenção às políticas públicas das últimas décadas, vamos ver que quase tudo é direcionado ao meio urbano. Conjunto habitacional – na cidade, luz elétrica – na cidade, quadra de esportes – na cidade e assim vai. Com isso, é mais atrativo para os jovens irem para as cidades (EMATER-MG, 2008c).

As palavras de Soares parecem denotar certa contradição com as propostas do projeto. Apesar de reconhecer elementos de infraestrutura como importantes à permanência de pessoas no campo (“educação, lazer, comunicação, boas vias de acesso e saúde”), traz como alternativa ao problema o Projeto Transformar, que oferece treinamento de jovens em técnicas agrícolas. A proposta parece não atingir, portanto, os aspectos centrais das demandas de moradores e trabalhadores rurais, apesar do reconhecimento institucional a respeito da importância dessas carências estruturais no meio rural.

Observa-se também que o Projeto não menciona outros aspectos que desestimulam o jovem para o exercício de trabalho agrícola como, por exemplo, a baixa rentabilidade e o tipo de trabalho (longa jornada, pesado e sujo). Também no projeto não há ações voltadas aos dois gêneros (rapazes e moças); aspecto relevante, considerando o pequeno envolvimento de moças nas atividades agrícolas de Guiricema e Ubá (subitem 5.6).

O Projeto Transformar na visão dos extensionistas de Guiricema e Ubá

Para o técnico de Ubá, o Projeto tem algumas restrições.

Pois é, mas o Projeto ainda não está tão atrativo assim. O Projeto só prevê assistência técnica. Assistência técnica só, ninguém tá querendo. Tá querendo dinheiro no bolso. E outra coisa, o Projeto Transformar também se esqueceu de um pequeno detalhe: ele [o jovem] também não tem terra não. A terra é em nome do pai e o pai é o produtor. Então estão querendo produzir lá, mas não vai ter jeito.

A falta de autonomia e de independência do jovem rural em função da falta de renda mensal, capital e espaço para desenvolver seu próprio projeto interfere na decisão de permanecer trabalhando na propriedade. O descompasso na compreensão dos interesses não se verifica apenas dentro das relações familiares, mas também nas propostas de governo destinadas a apoiar estes jovens. Esta angústia é vivenciada pelos técnicos da Emater-MG de Ubá que não conseguem implementar o programa no município devido à falta de operacionalidade do Projeto Transformar. Os técnicos percebem um aspecto de sucessão patrimonial não superado pelo projeto:

Então a terra é [patrimônio] do pai e da família. Então o pai pensa assim: eu não posso deixar a terra só pra você, você tem outros irmãos, uai. Então, por que só você vai usufruir da terra? Tem que ser pra todo mundo. Se você quiser pagar um arrendamento ou uma meia, ainda vai.

A cessão de uma parte da terra para o filho, segundo estes técnicos, esbarra na lógica da sucessão patrimonial equitativa para todos os filhos. O direito de um filho em cultivar uma terra seria o mesmo que partilhar a herança ainda em vida, o que exigiria a renúncia do patrimônio pelo pai e provocaria desajustes nos projetos de sucessão. Sendo assim, os técnicos sugerem um programa que proporcione renda fixa

e contínua aos jovens, pois no formato atual apenas “dá assistência técnica, certificação, diploma...” Este “programa tem que contemplar a terra, a portas abertas”.

Este Projeto mostra sinais de se alinhar aos antigos programas de extensão rural que eram impostos aos extensionistas de acordo com as metas governamentais vigentes. Neste aspecto, o técnico de Guiricema faz analogia do Projeto Transformar aos outros programas de governo que chegam aos escritórios locais de extensão rural.

É igual quando vem a meta lá de cima [da sede da Emater-MG em Belo Horizonte] e eles vêm jogar goela abaixo pra cá. Então tá bom pô! Como é que quer que eu faço isto se eu tenho que negociar com o sujeito lá na ponta lá? Como é que eu vou fazer? [...] O risco é dele. É tudo dele. Eu só entro com a prosa. Complicado...

E o extensionista expressa sua frustração pelo motivo de não possuir meios de reduzir a saída de pessoas do meio rural utilizando apenas suas ferramentas tradicionais de trabalho.

[...] eu falo é o seguinte: você levar a assistência técnica... você entendeu? Aquela história toda de organização rural, de assistência técnica, de controle de pragas e doenças... só isto não segura ninguém [residindo no meio rural] não.

A consternação dos técnicos para implantar o Projeto Transformar se agrava porque nestes municípios “é raro achar um jovem exercendo atividade agrícola” (subitem 7.2). Para os (escassos) jovens que já trabalham nas propriedades, a longa jornada de trabalho inerente à atividade leiteira dificulta ainda mais a participação em um curso de 100 horas/aula. Além disso, alguns dos conteúdos dos treinamentos parecem ser pouco atrativos a esses jovens rurais, tais como ‘políticas públicas e gestão social’, ‘construção de proposta de Ater’, participação de reuniões, eventos, assistir vídeos, ler e relatar textos.

Tendo em vista as discussões desse tópico, o Projeto Transformar mostra-se difícil de realizar para as condições de Guiricema e de Ubá, principalmente pela falta de jovens rurais interessados em se envolver com o trabalho agrícola. Além disso, há condições intrínsecas do projeto que esbarram em aspectos culturais e familiares ligados à sucessão patrimonial.

As novas propostas associadas ao meio ambiente, à cidadania e às metodologias participativas, como escolha ideológica e metodológica, parecem ser insuficientes para estimular o jovem para exercer o trabalho na agropecuária ou a residir no meio rural. As análises expõem que o Projeto Transformar não atua nos pontos-chaves identificados pelos filhos de produtores necessários à permanência no meio rural, principalmente aqueles associados ao aumento da renda agrícola e à melhoria de infraestrutura e das condições de trabalho. O conteúdo e as intenções do Projeto convidam os jovens a seguir um único caminho – o da agricultura –, utilizando o fio condutor do crédito agrícola.

CONCLUSÕES

Ao contrário do que se esperava, os resultados da pesquisa indicam haver apenas uma família pluriativa – de Guiricema – no conjunto das 32 famílias de produtores de leite analisadas. Não foi confirmada, assim, uma das hipóteses iniciais da pesquisa, segundo a qual Ubá teria, em função do maior dinamismo de sua economia, maior número de famílias pluriativas que Guiricema. A ocorrência de pluriatividade foi pequena na pesquisa especialmente por conta dos projetos individuais e urbanos dos filhos dos produtores de leite que trabalham com atividades não-agrícolas (FNA) que, assim, não injetam seus recursos na renda das famílias agrícolas de seus pais. Reforçando essa perspectiva, a única família pluriativa identificada na pesquisa tem renda não-agrícola proveniente do trabalho dos pais, e não proveniente dos filhos.

A baixa ocorrência da pluriatividade no universo da investigação não significa, no entanto, pequena influência das condições socioeconômicas locais sobre as famílias agrícolas. Efeitos das mudanças que ocorrem no ambiente rural e urbano dos municípios se manifestam nas famílias de produtores de leite por meio de forças de atração e de repulsão exercidas pela zona urbana e zona rural, respectivamente. Assim, um dos motivos que mais atrai os filhos de produtores de leite para as cidades é o número e a qualidade dos postos de trabalho, e um dos elementos que mais impulsiona a saída do meio rural é a deficiência em infraestrutura nesses locais. Somada a essa evidência, a baixa renda da atividade leiteira e a falta de outras opções econômicas para as famílias rurais contribuem para agravar as migrações no sentido rural-urbano. Famílias que possuíam ingressos de rendas não-agrícolas não apresentavam renda significativamente superior às demais famílias investigadas, o que diverge da tendência dos estudos sobre pluriatividade.

O despovoamento rural identificado em Guiricema e Ubá provoca modificações nas lógicas produtivas agropecuárias, tais como a adoção de equipamentos poupadores de trabalho (pela escassez de mão-de-obra), a escolha por produtos agrícolas menos exigentes em mão-de-obra (como eucalipto e gado de corte) e até o abandono da atividade leiteira nas propriedades. A renúncia do projeto agrícola já se anuncia, aliás, para 19% das famílias participantes da pesquisa pela falta de sucessores para dar prosseguimento à atividade agropecuária.

Para os FNA, a continuidade da atividade leiteira depende da possibilidade de conciliar a administração dessa atividade com o trabalho não-agrícola da cidade. No entanto, esse(a) filho(a) não descarta a possibilidade de retornar à propriedade dos pais no caso de fracasso do projeto urbano. Também faz planos de dar continuidade na atividade agropecuária dos pais pela conciliação da atividade atual não-agrícola com uma atividade pouco exigente em mão-de-obra (como eucalipto e gado de corte) ou após a aposentadoria do emprego não-agrícola. Nesse caso “volta não para viver da roça, mas para viver na roça”, conforme palavras do extensionista da Emater-MG. Para as filhas dos produtores de leite, no entanto, não há espaço nos processos de sucessão produtiva das propriedades. Segundo os produtores, a posição de sucessor será ocupada por 65% dos filhos e por apenas 16% das “filhas e o genro”. As filhas são desmotivadas para o trabalho nas propriedades devido à pequena remuneração (menor que a dos filhos) e ao tipo de trabalho.

Quanto às diferenças encontradas nos FNA em relação à localização da propriedade de origem – “perto” ou “longe” da cidade-sede municipal –, o filho de “longe” reside em cidade mais distante e alcança maior escolaridade que o filho de “perto”. Essa característica possibilita maior chance de obter emprego na cidade e também de alcançar maior renda. A diferença no projeto dos filhos de origem “perto” e “longe” é uma estratégia familiar que inverte a vantagem da geração dos pais em relação aos filhos quanto à localização da propriedade. Ou seja, se na geração dos produtores a vantagem está naqueles oriundos de propriedades próximas à cidade, na geração dos filhos a vantagem se desloca para aqueles originários de propriedades distantes da cidade.

Comparado ao produtor de Guiricema que diversifica suas rendas agrícolas, o produtor de Ubá se especializa em pecuária leiteira e fornece melhor alimentação para as vacas em lactação, o que resulta em maior produtividade de leite. A maior renda obtida na atividade leiteira associada ao maior número de aposentadorias entre produtores de Ubá reduz a necessidade de recorrer a outras fontes de renda agrícola pela diversificação, como ocorre em Guiricema.

É maior entre os produtores de leite que residem “longe” das cidades-sede, em relação àqueles que residem “perto”, a intenção de diminuir ou deixar a atividade leiteira. Uma das explicações para esse comportamento está no maior preço obtido pelo leite vendido pelos produtores de “perto”, na modalidade “porta-em-porta”, que todavia está na esfera da ilegalidade. Para aqueles produtores residentes “longe”

restam as formas de venda do leite que tem menor remuneração: leite em latão, resfriado ou processado.

Além da possibilidade de vender leite diretamente a consumidores e auferir maior lucro, a propriedade rural localizada próximo à cidade-sede municipal representa importante alternativa de residência aos FNA. Residir na propriedade dos pais e trabalhar em atividade não-agrícola permite a esses filhos fortalecer os laços familiares (entre avós, pais, filhos, netos e demais parentes) e reforçar as identidades ligadas à agricultura e ao meio rural. Esses filhos trabalham na propriedade da família nas folgas do ofício não-agrícola. Em sentido oposto, a política pública de nucleação das escolas faz com que filhos de produtores de leite saiam do meio rural para estudar nas cidades, onde criam suas referências com relação à residência e ao trabalho.

Em relação à escolaridade, os filhos que trabalham com agricultura (FA) alcançam maior nível que os pais, o que sinaliza a possibilidade de utilizar, na próxima geração de proprietários, métodos mais elaborados de extensão rural e tecnologias mais complexas nos sistemas de produção agrícola. A escolaridade, no entanto, não foi suficiente para imprimir maior renda dentro do grupo dos FNA.

Se por um lado há barreiras endógenas dentro da propriedade rural para o uso de tecnologias, especialmente pela deficiência em educação e treinamento, há componentes nos processos e nas técnicas que não motivam jovens a dar continuidade na atividade agropecuária. Nesse sentido, identificou-se que a agropecuária tem características relacionadas ao tipo de trabalho (longa jornada, serviço pesado e sujo) e à segurança (falta de carteira assinada, plano de saúde e férias) que desmotivam o envolvimento de jovens rurais com essa atividade. Essas duas características podem ser exploradas pela pesquisa e extensão rural.

O estudo da extensão rural no contexto dessa investigação identifica que a Emater-MG ainda reforça determinados pressupostos da época da modernização da agricultura e ainda opta, dentre outras possibilidades apresentadas nos referenciais teóricos dessa pesquisa, pelo modelo de “desenvolvimento agrícola” ou pelo de “desenvolvimento rural”. No Projeto Transformar, da Emater-MG, a ação extensionista se volta ao setor agrícola e utiliza o crédito bancário para promover a agricultura e, assim, fixar o homem no campo e alcançar o bem-estar social. Embora reconheça que para motivar a permanência do jovem no meio rural é necessário agir sobre “educação, lazer, comunicação, boas vias de acesso e saúde” (EMATER-MG,

2008c), essa Empresa realiza ações voltadas a essas questões exclusivamente focadas no trabalho em agropecuária. Não se observa uma mudança nas práticas extensionistas voltadas a incluir as famílias pluriativas na dinâmica local e regional de desenvolvimento. O descasamento da extensão rural diante das novas dinâmicas do meio rural e de seus públicos pode levar a uma obsolescência institucional.

SUGESTÕES PARA NOVAS PESQUISAS

Esta dissertação aponta para a necessidade de estudos mais específicos em sucessão, educação, gênero e pluriatividade em famílias de produtores rurais (não apenas produtores de leite) de diversas regiões do país, para que esses tópicos sejam abordados sob outros referenciais econômicos, produtivos, sociais e culturais.

Com relação às políticas públicas de educação (como a nucleação das escolas), pesquisas se fazem necessárias para conhecer sua influência na “construção de mundo” dos jovens rurais, assim como análises das justificativas dessa política. Também se mostra relevante conhecer o valor atribuído à escolarização pelas famílias rurais e as consequências da educação dos filhos para essas famílias que, nesse caso, implica na redução da mão-de-obra familiar e na descapitalização.

Instituições de extensão rural de outros estados do país poderiam ser investigadas segundo as mudanças internas em função das transformações recentes do meio rural local. Sugere-se identificar nas empresas de extensão rural os diagnósticos de seus ambientes de trabalho e o atendimento das necessidades dos produtores por essas empresas.

Um aspecto importante identificado na pesquisa conduz ao estudo de processos “naturais” de formação urbana nas fronteiras com o meio rural, incluindo os loteamentos intrafamiliares e o ordenamento das cidades.

Uma vez detectado nessa pesquisa o desinteresse de jovens pelo tipo de trabalho agrícola, evidencia-se também pesquisas nessa direção. Sugere-se tratar o trabalho como uma categoria de problematização. Estudos se fazem necessários para conhecer aspectos objetivos e subjetivos a respeito da composição da renda (bruta e líquida) de famílias agrícolas, segundo a visão dessas pessoas.

Nessa dissertação o leite informal vendido “porta-em-porta” se apresentou como mais lucrativo ao produtor do que, por exemplo, o leite refrigerado em tanque coletivo. Seria interessante pesquisar os estímulos e rejeições dos produtores pela união em grupos (associação, cooperativa, etc.). Ainda é importante investigar a preocupação do produtor com a qualidade do produto alimentício comercializado. Além disso, a preocupação do produtor com relação à preservação ambiental.

RERERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Org.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008. 448 p.

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 149 p.

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia do desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA J.; NAVARRO, Z. (Org.) **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1997. p.33-55.

ANJOS, F. S. dos. Pluriatividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n.17, out. 2001. p. 54-80.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?**: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2005. 200 p.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1985. 248 p.

BOISIER, S. Desarrollo (local): ¿De qué estamos hablando? In: **Determinantes e desafios contemporâneos**. Santa Catarina: Edunisc, 2000. 228 p.

BRASIL. Instrução Normativa Nº 51, de 18 de setembro de 2002. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 set. 2002. Disponível em: <<http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis-consulta/consultarLegislacao.do?operacao=visualizar&id=8932>>. Acesso em: 29 jun. 2009a.

BRASIL. **Manual de crédito rural**. Brasília, DF, 22 ago. 2005. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/index.php?sccid=282>>. Acesso em: 29 jan. 2009b.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2004. 22 p.

BRASIL. Sistema integrado de extensão rural do Vale do São Francisco – Siervale. **Plano diretor 1972-74**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural, 1973. 40 p.

BRESSAN, M. et al. Mapeamento da evolução da produção de leite em Minas Gerais. In: VILELA, D.; BRESSAN, M.; CUNHA, A. S. (Org.) **Cadeia de lácteos no Brasil: restrições ao seu desenvolvimento**. Brasília: MCT/CNPq, Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2001. p. 289-301.

BRUMER, A. et al. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, H. (Org.). **A agricultura familiar**: comparação internacional. Campinas: Unicamp, v. 1, 1993. p. 179-234.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de. (Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 35-51.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. da. **O novo rural brasileiro**: políticas públicas. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, v. 4, 2000. 176 p.

CARNEIRO, M. J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998a. 228 p.

CARNEIRO, M. J. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F. C. T. da; SANTOS, R.; COSTA, L. F. de C. **Mundo rural e política**: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1998b. p. 95-117.

CARNEIRO, M. J. Política de desenvolvimento e o “novo rural”. In: CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. da. **O novo rural brasileiro**: políticas públicas. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, v. 4, 2000. p. 117-149.

CARNEIRO, M. J.; MALUF R. S. Introdução. In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Org.). **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. p. 17-27.

CARNEIRO, M. J. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, S. (Org.) **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006. p.165-185.

CORIAT, B. **Pensar pelo avesso**. Tradução: Emerson S. da Silva. Rio de Janeiro: Revan/UFRJ, 1994. 209 p.

DANCEY, C. P.; REIDY, J. **Estatística sem matemática para psicologia**. Tradução: Lorí Viali. Porto Alegre: Artmed, 2006. 608 p.

DURAND, C. A ideologia tecnocrática na organização do trabalho. In: PIMENTEL, D. et al. (Org.) **Sociologia do trabalho**: organização do trabalho industrial. Antologia. Tradução: Maria Alexandra F. Costa e Souza e Teresa Saraiva. Lisboa: Ed. A Regra do Jogo, 1982. p. 57-73.

DUTRA, I. S.; DÖBEREINER, J.; SOUZA, A. M.. Botulismo em bovinos de corte e leite alimentados com cama de frango. **Pesquisa Veterinária Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, abr.-jun. 2005. p.115-119.

EMATER-MG. **Projeto Transformar**: uma nova Minas com a juventude rural. Belo Horizonte: Emater-MG, [2008?a]. Fôlder.

EMATER-MG. **Projeto Transformar**: uma nova Minas com a juventude rural. Belo Horizonte: Emater-MG, [2008?b]. 16 p.

EMATER-MG. **Projeto Inovar**. Belo Horizonte: Emater-MG, 2004. 68 p.

EMATER-MG. **Jovens rurais**: uma nova Minas no campo. Emater-MG, Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.emater.mg.gov.br/portal.cgi?flagweb=site_tpl_paginas_internas&id=2229>. Acesso em: 23 out. 2008c.

FERREIRA, J. P. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 27, 1959. p. 390-394.

FIGUEIREDO, A. T. L.; DINIZ, C. C. Distribuição regional da indústria mineira. **Nova Economia**, v. 10, n. 2, 2000. p. 39-69

FONSECA, M, T. L. da. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985. 192 p.

GARCIA JÚNIOR, A. **O Sul**: o caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero, 1989. 285 p.

GIOVANINI, R. R. **Regiões em movimento**: um olhar sobre a geografia histórica do Sul de Minas e da Zona da Mata Mineira (1808-1897). 2006. 204 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2006.

IBGE. **Banco de Dados Agregados**. IBGE, Brasília, DF, [2009]. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 16 jun. 2009a.

IBGE. **Cidades**. IBGE, Brasília, DF, [2009]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 25 jan. 2009b.

IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 25, 1959. p. 201-204.

LAHIRE, B. **Sucesso escolar nos meios populares**: as razões do improvável. Tradução: Ramon Américo Vasques e Sonia Goldfeder. São Paulo: Ática, 2004. 367 p.

LAMARCHE, H. (Org.). **A agricultura familiar**: comparação internacional. Tradução: Angela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: Unicamp, v. 1, 1993. 336 p.

LIMA, A. L. de. **Da Acar à Emater-MG**: análise crítica da dinâmica de um sistema de extensão. 1985. 89 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.

MARTINS, M. do C. S.; SILVA, H. C. C. da. Produção Econômica de Minas Gerais em meados do século XIX. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 5.; CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 6., 2003, Caxambu, MG. **Anais...** Caxambu: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2003. Disponível em:

<http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_90.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2009.

MATTEI, L. F. A importância da família como unidade de análise. In: CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. da. (Ed.). **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional**. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2000. p. 178-181.

MINAS GERAIS. Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais. **Módulo fiscal**. Disponível em: <<http://www.faemg.org.br/Search.aspx?textSearch=m%c3%b3dulo+rural>>. Acesso em 29 jan. 2009a.

MINAS GERAIS. Prefeitura Municipal de Ubá. **Plano Diretor de Ubá**. Prefeitura Municipal de Ubá, [2005]. Disponível em: <<http://www.pmuba.mg.gov.br/arquivos/leis/4320.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2009b.

MUNIZ, J. N. Os desafios da extensão rural no presente. **Extensão Rural – Série de Estudos Rurais**, Santa Maria, v. 1, n. 1, 1993. p. 23-27.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, 2001. p. 83-100.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2006. 391 p.

QUEDA, O. **A extensão rural no Brasil: da anunciação ao milagre da modernização agrícola**. 200 f. Tese - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, SP. 1987.

QUEDA, O.; SZMRECSÁNYI, T. O papel da educação escolar e da assistência técnica. In: SZMRECSÁNYI, T. ; QUEDA, O. (Org.). **Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural**. São Paulo: Ed. Nacional, 1979. p. 216-233.

RODRIGUES, C. M. A pesquisa agropecuária no período do pós-guerra. **Caderno de Difusão de Tecnologia**, Brasília, set.-dez. 1987. p. 205-254.

ROGERS, E. M.; SHOEMAKER F. F. **La comunicación de innovaciones: un enfoque transcultural**. Traducción: Ricardo Vinós Cruz-López. México: Herrero Hermanos, 1974. 385 p.

RUAS, E. D. et al. **Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável** – Mexpar. Belo Horizonte: Emater-MG, 2006. 134 p.

SANTOS, B. de S. Introdução. In: _____ (Org.) **Produzir para viver**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a. p. 23-77.

SANTOS, M. de F. de S. A teoria das representações sociais. In: SANTOS, M. de F. de S.; ALMEIDA; L. M. (Org.) **Diálogos com a teoria das representações sociais**. Recife: UFPE, 2005b. 200 p.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 254 p.

SCHNEIDER, S. et al. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 137-164.

SELLTIZ, C. et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. Tradução: Dante Moreira Leite. São Paulo: EPU, 1975. 687 p.

SILVA, J. G. da. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.7, n.1, 1997. p. 43-81.

SINDICATO Intermunicipal das Indústrias de Marcenaria de Ubá – INTERSIND. Homepage da instituição. Ubá, [2008]. Disponível em: <<http://www.fiemg.org.br/Default.aspx?tabid=1>>. Acesso em: 17 mai. 2008.

VIEIRA, J. G. V.; LUSTOSA, L. J.; YOSHIZAKI, H. Y. Análise da cadeia de suprimentos da indústria de laticínio da Zona da Mata Mineira: integração de empresas. **Pesquisa e Desenvolvimento Engenharia de Produção**, n. 1, p. 30-46, dez. 2003. Disponível em: <http://www.revista-ped.unifei.edu.br/documentos/V01N01/n1_art03.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2009.

APÊNDICE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL
PROGRAMA DE MESTRADO EM EXTENSÃO RURAL

Questionário para técnicos da Emater-MG

Escritório local da Emater-MG em: _____

Data e local da entrevista: _____

Nome dos entrevistados: _____

Este questionário é composto de quatro partes: “escritório local”, “município”, “produção e produtores de leite” e “geração de renda no meio rural”. Muitas perguntas se referem à sua percepção com relação aos temas acima e as suas respostas são simplesmente aproximações destas percepções.

A entrevista está programada para durar, aproximadamente, uma hora e meia. Agradeço desde já a sua colaboração.

1. Escritório local:

1.1) Pessoas que trabalham no escritório:

Nome	Função	Tempo de serviço na Emater-MG (anos)	Tempo de serviço no escritório (anos)

1.2) Recursos disponíveis no escritório:

a) carro (nº, modelo, ano) _____

Quantas pessoas utilizam este(s) veículo(s)? _____

Como é(são) usado(s) nas atividades de extensão? _____

Há um limite de uso em função do orçamento? () sim; () não. Em caso afirmativo, qual é este limite? _____

b) computadores: nº _____ Como são usados nas atividades de extensão? _____

- Possui acesso à internet? () sim; () não. Em caso afirmativo, quais sites acessa como suporte às atividades de extensão? _____

c) recursos audiovisuais: (tipo e nº) _____

Como são usados nas atividades de extensão? _____

d) reuniões:

Há um espaço para reuniões no escritório? () sim; não().

Em caso afirmativo, quais assuntos das reuniões que promovem? _____

E quais os públicos das reuniões? _____

e) recursos mensais de custeio: _____ R\$/mês. Deste montante: _____ R\$/mês vão para custeio do escritório e _____ R\$/mês em atividades específicas de extensão.

- Faltam recursos financeiros para o escritório? _____

Em caso afirmativo, para quais atividades, quanto falta por mês e para quais públicos faltam esses recursos? _____

- A prefeitura participa em quais despesas do escritório? _____

f) telefone é utilizado:

_____ % em atividades administrativas

_____ % para extensão. Quais assuntos? _____

1.3) Atividades do escritório local:

a) Número de produtores atendidos no município: _____ produtores

b) Atendimento:

_____ % dos produtores recebem atendimento no escritório e _____ % nas propriedades.

Quais assuntos mais comuns dos atendimentos no escritório? _____

Quais assuntos mais comuns dos atendimentos nas propriedades? _____

- Local do atendimento:

() vai às propriedades somente quando demandado;

() vai às propriedades mesmo sem ser demandado. Em qual situação? _____

- Do público total atendido, ____ % recebe atendimento individual e ____ % coletivo.

Como são feitos os atendimentos coletivos? _____

- Do total de demandas do escritório:

_____ % são assuntos agrícolas. Quais os principais? _____

_____ % são assuntos não-agrícolas. Quais os principais? _____

- Do total de atendimentos:

(*Considerando que “família pluriativa” é aquela família agrícola em que uma ou mais pessoas da família trabalha em atividade não-agrícola)

	Do total de famílias rurais do município (%)	Do total de pessoas atendidas pelo escritório da Emater-MG no município (%)
a) são de famílias agrícolas só <u>monocultoras</u>		
b) são de famílias agrícolas só <u>policultoras</u>		
c) são de famílias <u>não-agrícolas</u>		
d) são de famílias agrícolas <u>monocultora pluriativa</u> (combinação)		
e) são de famílias agrícolas <u>policultora pluriativa</u> (combinação)		

- Durante os atendimentos, os técnicos do escritório local da Emater-MG perguntam se na família agrícola há pessoas com ocupação não-agrícola? () sim; () não.

- Quais produtos voltados ao mercado são produzidos no policultivo? _____

- Do total de produtores, _____ % produzem alimentos para o autoconsumo familiar
Quais são estes produtos? _____

- O escritório desenvolve programas voltados ao autoconsumo familiar?

() sim; () não. Em caso afirmativo, quais programas? _____

- O percentual dos atendimentos (agrícolas e não-agrícolas) dos técnicos do escritório destinados a cada produto/atividade:

Nome do(a) técnico(a):		Nome do(a) técnico(a):		Nome do(a) técnico(a):	
Produto/ativ.	% dos atend.	Produto/ativ.	% dos atend.	Produto/ativ.	% dos atend.

- atividades/assuntos mais demandados do escritório local, de acordo com época do ano:

Época	Assunto

- Como é dividido o trabalho no município entre os membros do escritório (por área geográfica, por tipo de exploração agrícola ou atividade de bem-estar social, afinidade com o assunto/produtor etc.)? _____

1.4) Sobre os programas do escritório local.

Liste os programas/projetos do escritório local de acordo com a finalidade e tipo de atendimento (marque X):

Nome do programa ou projeto	Finalidade do projeto			Tipo de atendimento	
	De geração de renda agrícola	De geração de renda não-agrícola	De melhoria das condições de vida*	Individual	Coletivo

* Projetos de saúde, nutrição, habitação, sociabilidade, saneamento, etc.

Qual a origem dos programas executados no escritório (da Sede, da Prefeitura, dos produtores do município, do escritório vizinho, etc.)? _____

- Como deveria ser construído um programa de desenvolvimento local para o município? _____

Quais temas deveriam ser contemplados neste programa? _____

2. Município:

2.1) Trabalho e agricultura

- Qual é o preço médio de um dia de serviço na agricultura (diarista) no município?

_____ R\$ por dia (menor valor – época de menor procura por diarista)

_____ R\$ por dia (maior valor – época de maior procura por diarista)

- Dos principais produtos agrícolas do município, as épocas de maior demanda e de menor demanda anual de mão-de-obra:

Produto agrícola	Mês(es) de maior demanda de mão-de-obra	Mês(es) de menor demanda de mão-de-obra

- Nas épocas de maior demanda de mão-de-obra na agricultura, há contratação de trabalhadores:

() do meio urbano do município

() de outros municípios

() não há contratação de trabalhadores “de fora”

Para quais culturas agrícolas são contratados para trabalhar? _____

- Nas épocas de menor demanda de mão-de-obra na agricultura, os trabalhadores que moram no meio rural do município se envolvem em algum outro tipo de trabalho agrícola? () sim; () não. Em caso positivo:

Trabalham em quais culturas agrícolas? _____

Qual tipo de trabalho fazem? _____

Onde há este trabalho? _____

2.2) Liste, por favor, as principais comunidades de produção de leite do município, próximas e distantes da sede (com auxílio do mapa/croqui do município):

a) Comunidades próximas à sede:

Nome da comunidade	Nº aprox. de famílias na comunidade	Nº aprox. de famílias que trabalham com leite

b) Comunidades distantes da sede:

Nome da comunidade	Nº aprox. de famílias na comunidade	Nº aprox. de famílias que trabalham com leite

- Liste, agora, as principais comunidades do município onde há maior número de famílias pluriativas (famílias agrícolas com uma ou mais pessoas que também trabalham em atividades não-agrícolas) – comunidades próximas e distantes da sede (com auxílio do mapa/croqui do município):

a) Comunidades próximas da sede:

Nome da comunidade	Nº aprox. de famílias na comunidade	Nº aprox. de famílias pluriativas

b) Comunidades distantes da sede:

Nome da comunidade	Nº aprox. de famílias na comunidade	Nº aprox. de famílias pluriativas

2.3) Pessoas de famílias agrícolas que realizam trabalho não-agrícola (no meio rural ou no meio urbano):

- No município há muitos trabalhadores de famílias agrícolas que realizam trabalho não-agrícola? () sim; () não.

- E qual o perfil predominante destes(as) trabalhadores(as)?

Idade		Tamanho da propriedade (ha)	
Sexo		Mora <u>perto</u> ou <u>distante</u> da sede	
Escolaridade		Família de <u>mono</u> ou <u>policultores</u>	
Nº de pessoas na família		Atividade agrícola familiar <u>pouco</u> ou <u>muito</u> próspera	
Renda familiar		Pertencem a famílias agrícolas <u>monocultoras</u> ou <u>policultoras</u>	

- Quais as atividades agrícolas que mais liberam esta mão-de-obra? _____

- Qual o tipo de trabalho não-agrícola fazem? _____

- Onde eles vão trabalhar? _____

- Em qual tipo de empresa vão trabalhar? _____

- Quais são estas empresas? _____

- Qual o porte destas empresas? () pequeno; () médio; () grande porte.

- Para estes trabalhadores, os trabalhos não-agrícolas duram quantos meses? _____

- Quais meses se dedicam a este trabalho não-agrícola? _____

- Quanto ganham neste trabalho? _____

- Isto está interferindo na produção agrícola municipal? () sim; () não. Como? ____

- Estas pessoas de famílias agrícolas que fazem trabalho não-agrícola têm maior escolaridade do que aqueles(as) que se dedicam exclusivamente à agricultura?

() sim; () não.

- O dinheiro que estas pessoas ganham é usado para:

() gastos ou projetos individuais; () gastos ou projetos da família.

- O dinheiro que ganham é aplicado na agricultura? () sim; () não.

Em caso afirmativo, em que aplicam o dinheiro? _____

Quando não investem na agricultura, em que este dinheiro é utilizado? _____

- O dinheiro é aplicado na melhoria das condições de vida da família? () sim; () não.

Em caso afirmativo, em que aplicam? _____

- Estes trabalhadores pretendem voltar a exercer atividades agrícolas? () sim; () não.

- Aqueles(as) que vivem no meio rural e que trabalham no meio urbano pretendem:
() morar no meio urbano; () continuar no meio rural.

Por que? _____

- Há muitos trabalhadores que residem no meio urbano e trabalham no meio rural?
() sim; () não. Em caso afirmativo, qual serviço fazem? _____

2.4) Sobre o investimento das famílias agrícolas. Quando há recursos excedentes, que investimento fazem? _____

2.5) Considerando três tipos de famílias agrícolas:

monocultoras – em que os membros só trabalham com um tipo de produto agrícola

policultoras – em que os membros trabalham com mais de um tipo de produto agrícola

pluriativas – em que um ou mais membros trabalha também em atividade não-agrícola

- Há diferença nos projetos individuais e familiares entre estes três tipos de famílias?
() sim; () não. Em caso afirmativo, qual a diferença? _____

- Há diferença entre a motivação para o trabalho agrícola entre estes três tipos?
() sim; () não. Em caso afirmativo, qual a diferença? _____

- Há diferença no atendimento da Emater-MG a cada tipo de família acima?
() sim; () não.

- Em caso afirmativo, o que há de diferente no atendimento a pessoas de cada tipo de família?

a) no atendimento ao monocultor: _____

b) no atendimento ao policultor: _____

c) no atendimento ao pluriativo: _____

- O que poderia mudar no escritório (quanto à organização, tipo de atendimento, método, estrutura, pessoal, etc.) para melhor atender aos projetos das pessoas dos três tipos de famílias agrícolas?

a) para os projetos do monocultor _____

b) para os projetos do policultor: _____

c) para os projetos do pluriativo: _____

2.6) Há relacionamento contínuo do escritório da Emater-MG com outras instituições?

() sim; () não.

Em caso positivo, quais instituições? _____

Em caso negativo, por que não? _____

2.7) Quis formas de organização de produtores existem no município? _____

2.8) Há no município CMDRS? () sim; () não.

- Em caso afirmativo, o Conselho é atuante? () sim; () não.

- Existindo o Conselho, como enxerga o alcance ou força deste Conselho no município?

3. Produção e produtores de leite:

3.1) Sobre o tipo de produção de leite do município:

- do total comercializado de leite: ____ % latão e ____ % resfriado

	Pequeno produtor	Médio produtor	Grande produtor
Nº de propriedades			
Média de produção diária (l/dia)			
Nº de vacas			
Local de ordenha: coberto ou descoberto			
Local de ordenha: calçado ou de chão			
Tipo de alimento na seca			

- nº de propriedades que:

possuem ordenha mecânica: ____ propriedades

fazem inseminação artificial: ____ propriedades

irrigam pastagem/capineira: ____ propriedades

fazem calagem e adubação de pastagem ____ propriedades

fazem controle de lactação: ____ propriedades

fazem controle zootécnico : ____ propriedades

usam cana com uréia: ____ propriedades

- outros aspectos da produção de leite: _____

3.2) Quais os obstáculos para o desenvolvimento da pecuária de leite no município?

3.3) Quais as potencialidades da pecuária de leite no município?

3.4) O que é necessário para desenvolver a pecuária de leite no município?

3.5) Você considera a pecuária de leite uma boa alternativa para jovens (rapazes e moças) moradores do meio rural do município? () Sim; () Não.

Por que? _____

3.6) Os filhos estão sucedendo os pais na pecuária de leite do município?

() sim; () não.

- Em caso positivo, o que está estimulando estes jovens a exercerem este trabalho?

- Em caso negativo, o que leva estes jovens a desistirem de exercerem este trabalho?

3.7) Em caso negativo, o que justificaria a baixa atratividade da pecuária de leite aos filhos dos produtores de leite? _____

4. Geração de renda no meio rural:

4.1) Qual a melhor opção para a família agrícola do município aumentar a renda?

4.2) Quais as atividades agrícolas você sugere para diversificar a renda das famílias agrícolas do município? _____

4.3) Quais as atividades não-agrícolas você sugere para diversificar a renda das famílias agrícolas do município? _____

4.4) Você considera a agricultura uma boa alternativa para jovens (rapazes e moças) moradores do meio rural do município? () Sim; () Não.

Por que? _____

4.5) O que sugere para atrair jovens (rapazes e moças) a permanecerem trabalhando na agricultura no município? _____

4.6) O que sugere para atrair jovens (rapazes e moças) a permanecerem vivendo no meio rural do município? _____

4.7) O que você acha que o trabalho não-agrícola dos moradores rurais representa para o município? _____

4.8) O que você acha que o trabalho não-agrícola representa para os moradores rurais?

4.9) Diante de uma realidade rural em que moradores rurais a cada dia mais combinam atividades agrícolas e não-agrícolas para geração de renda, qual deveria ser a posição da Emater-MG, como instituição:



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL

PROGRAMA DE MESTRADO EM EXTENSÃO RURAL

Questionário para produtores de leite

Questionário n^o: _____

Data da entrevista: _____ Município: _____

Comunidade: _____ (a) perto ou (b) longe da Sede

Referência para localizar a casa: _____

Nome do entrevistado: _____

Apelido: _____

1) Destacar o que explora na propriedade (milho, feijão, gado de leite, etc.), a área e a renda anual aproximada de cada produto.

Produto	Área (ha)	R\$ por ano	Produto	Área (ha)	R\$ por ano
1-			3-		
2-			4-		

Área total da propriedade = _____ ha

2) Das explorações, qual a mais importante para a manutenção da propriedade?

3) E a segunda mais importante?

4) Além desses dois produtos, há outros que são importantes para a manutenção da família?

a) Sim

b) Não

Se sim, citar: _____

5) Quantas cabeças de gado possui?

Rebanho leiteiro (número de cabeças)			
TOTAL		Garrote e novilha	
Touro		Bezerro e bezerra	
Vaca em lactação		Boi-de-carro	
Vaca seca			

6) Esse número de cabeças, nos últimos anos:

- a) tem aumentado
- b) tem mantido
- c) tem diminuído

7) Quanto produz de leite por dia 'nas águas'? _____ litros/dia. E 'na seca'? _____ litros/dia. Quanto recebe por um litro de leite? _____ R\$/litro.

8) Esta produção de leite, nos últimos anos:

- a) tem aumentado
- b) tem se mantido
- c) tem diminuído

9) Para o futuro você pretende:

- a) aumentar a produção de leite
- b) manter a produção de leite
- c) diminuir a produção de leite

Por que? _____

10) Você acha que poderia explorar melhor a sua propriedade?

- a) sim
- b) não

Se sim, como? _____

Se não, por que? _____

11) Você vende leite em latão ou resfriado?

- a) latão
- b) resfriado

Por que? _____

12) Faz inseminação artificial?

- a) sim
- b) não

Por que? _____

13) Quais os alimentos fornece para as vacas em lactação na 'época da seca'? _____

14) Você usa alguma técnica ou equipamento para diminuir o uso de mão-de-obra na agricultura e na pecuária de leite?

- a) sim
- b) não

Se sim: 1) qual técnica ou equipamento? _____
2) por que isto é importante para você? _____

15) O Sr. ou alguém da sua família procura trabalho fora da propriedade?

- a) sim
- b) não

Se sim, por quê? _____

Se não:

- 1) porque não há oferta de trabalho
- 2) porque exigem qualificação profissional
- 3) outro motivo. Qual? _____

16) Há quantos anos o Sr. trabalha com gado de leite? _____ anos

17) Além do Sr., quem mais da família está envolvido com gado de leite na sua propriedade? a) sim; b) não.

Caso afirmativo, quem é? _____

18) Você contrata pessoas 'de fora' para trabalhar na propriedade?

- a) sim
- b) não

Se sim: 1) quantas pessoas você contrata? _____

- 2) de onde são essas pessoas? _____
- 3) quais serviços essas pessoas 'de fora' fazem? _____

19) Há alguém da família (que mora na sua propriedade) envolvida com as atividades da propriedade (agricultura, gado de leite, etc.)?

- a) sim
- b) não

Se sim, identificar:

Da família, quem trabalha na propriedade com agricultura, gado de leite, etc.				
Parentesco com o produtor ¹	Idade	Escolaridade	O que faz na propriedade?	Quanto ganha por mês? (R\$)

¹ produtor, esposa, filho, filha, genro, nora, etc.

20) Dessas pessoas da sua família, há alguém disposto a deixar a propriedade e trabalhar fora dela?

- a) sim
- b) não

Se sim: 1) quem é? _____

2) qual é o motivo? _____

21) Das pessoas da sua família, há alguém trabalhando na propriedade com “outra coisa” fora da agricultura (é mecânico, cabeleireira, ou faz costura, artesanato, doce, rapadura, etc.)?

- a) sim
- b) não

Se sim, identificar:

Da família, quem trabalha na propriedade com “outra coisa” fora da agricultura		
Parentesco com o produtor ¹	O que faz?	Quanto ganha por mês?

¹ produtor, esposa, filho, filha, genro, nora, etc.

22) Das pessoas da sua família (que moram na sua propriedade), há alguém trabalhando em outra propriedade?

- a) sim
- b) não

Se sim, identificar:

Da família, quem trabalha em outra propriedade								
Parentesco com o produtor ¹	Local de residência*	Idade	Escolaridade	Distância da propriedade	O que faz?	Há quanto tempo?	Faz todo ano? Sim /Não	Quanto ganha ‘fora’ por mês?

Legenda: ¹ produtor, esposa, filho, filha, genro, nora, etc.;

* 1. Na propriedade; 2. Fora da propriedade.

23) A renda obtida do trabalho em outra propriedade é investida:

- a) na propriedade para manter ou aumentar a produção
- b) nas despesas do dia-a-dia de toda a família
- c) em ambas
- d) fica para quem trabalha fora

24) Das pessoas da sua família (que moram na sua propriedade), há alguém trabalhando na cidade?

- a) Sim
- b) Não

Se sim, identificar:

Da família, quem trabalha na cidade								
Parentesco com o produtor ¹	Local de residência*	Idade	Escolaridade	Distância da propriedade	O que faz?	Há quanto tempo?	Faz todo ano? Sim /Não	Quanto ganha 'fora' por mês?

Legenda: ¹ produtor, esposa, filho, filha, genro, nora, etc.;

* 1. Na propriedade; 2. Fora da propriedade.

25) A renda obtida do trabalho na cidade é investida:

- a) na propriedade para manter ou aumentar a produção
- b) nas despesas do dia-a-dia de toda a família
- c) em ambas
- d) fica para quem trabalha fora

26) Da renda total da família:

- a) _____ % vem do trabalho agrícola da propriedade
- b) _____ % vem do trabalho não-agrícola da propriedade (é mecânico, cabeleireira, ou faz costura, artesanato, doce, rapadura, etc.)
- c) _____ % vem do trabalho em outras propriedades
- d) _____ % vem do trabalho na cidade
- e) _____ % vem de outras rendas (aposentadorias, aluguéis, etc.)

27) Além dos parentes que já mencionou até agora, o Sr. tem outros parentes que moram na propriedade (filho/a pequeno/a, sogro/a, etc.)?

- a) Sim
- b) Não

Se sim, descrever:

Outros parentes que moram na propriedade (não citados)			
Parentesco com o produtor	Idade	Escolaridade	Quanto ganha por mês?

28) O Sr. gostaria que os seus filhos continuassem a trabalhar na propriedade?

a) Sim.

b) Não.

Por que? _____

Quem dará continuidade na propriedade? _____

29) O Sr. acha que os seus filhos continuarão a trabalhar na propriedade?

a) Sim.

b) Não.

Por que? _____

30) Se tiver filhos trabalhando fora da propriedade, o Sr. acha que eles voltarão a trabalhar na propriedade?

a) Sim.

b) Não.

Por que? _____

31) O que você sente que há de bom em morar e trabalhar aqui no meio rural do município? _____

32) O que falta para quem mora nesta comunidade rural? _____

33) O que falta para quem trabalha na agricultura nesta comunidade rural? _____



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL

PROGRAMA DE MESTRADO EM EXTENSÃO RURAL

**Questionário para filhos de produtores de leite
que trabalham com atividades agrícolas (FA)**

Questionário nº: _____

Data da entrevista: _____ (a) perto ou (b) distante da Sede

Município: _____ Comunidade: _____

Referência para localizar a casa: _____

Nome do entrevistado: _____

Idade: _____ Escolaridade: _____ Ainda estuda? a) sim; b) não

Parentesco com o produtor: _____

1) Local de residência:

a) na propriedade rural

b) na cidade

c) outra. Especifique: _____

Qual a distância da sua casa até a propriedade rural da família? _____

Qual o meio de transporte utilizado:

a) carro

b) ônibus

c) moto

d) bicicleta

Para que utiliza este meio de transporte?

a) trabalhar

b) estudar

c) ambos

d) outro. Qual? _____

2) (Assinale as alternativas que se aplicam) O dinheiro que ganha na atividade agrícola você utiliza nas despesas:

a) da família dos seus pais (pai/mãe, irmãos, etc.)

b) da sua família atual (esposa/marido, filhos, etc.)

c) da agricultura. Qual atividade? _____

d) da pecuária de leite

e) parte dele é poupado

f) pessoais

3) Você trabalha na propriedade de seus pais/parente? a) sim; b) não.
Caso afirmativo, qual o tipo de trabalho faz? _____

Caso afirmativo, quanto recebe? _____

4) E tem planos para trabalhar com agricultura? a) sim; b) não.
Por quê? _____

Caso afirmativo, qual atividade (fruticultura, horta, etc.)? _____

5) Tem planos para trabalhar com a pecuária de leite? a) sim; b) não.
Por quê? _____

6) No futuro, em que pretende trabalhar? _____

7) O município oferece oportunidades de trabalho para você? a) sim; b) não.
Quais trabalhos são possíveis para você no município? _____

Quais as atividades em que já trabalhou? _____

8) Você tem planos de morar na propriedade? a) sim; b) não.
Por quê? _____

9) No futuro, onde pretende morar? _____

10) Você acha que o ‘trabalho da cidade’ atrai o jovem rural? a) sim; b) não.
Caso afirmativo, o que atrai um jovem rural a trabalhar na cidade? _____

11) Você acha que a ‘vida da cidade’ atrai o jovem rural? a) sim; b) não.
Caso afirmativo, o que atrai um jovem rural a morar na cidade? _____

12) Você já procurou trabalho fora da propriedade? a) sim; b) não.
Se sim, por quê?

Se não:

a) porque não há oferta de trabalho

b) porque exigem qualificação profissional

c) outro motivo. Qual? _____

13) No futuro, pretende fazer modificações na propriedade? a) sim; b) não.
Caso afirmativo, quais modificações? _____

Caso negativo, por que não? _____



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL

PROGRAMA DE MESTRADO EM EXTENSÃO RURAL

**Questionário para filhos de produtores de leite
que trabalham com atividades não-agrícolas (FNA)**

Questionário n^o: _____

Data da entrevista: _____ (a) perto ou (b) distante da Sede

Município: _____ Comunidade: _____

Referência para localizar a casa: _____

Nome do entrevistado: _____

Idade: _____ Escolaridade: _____ Ainda estuda? a) sim; b) não

Parentesco com o produtor: _____

1) Local de residência:

a) na propriedade rural

b) na cidade

c) outra. Especifique: _____

Qual a distância da sua casa até a propriedade rural da família? _____

Qual o meio de transporte utilizado:

a) carro

b) ônibus

c) moto

d) bicicleta

Para que utiliza este meio de transporte?

a) trabalhar

b) estudar

c) ambos

d) outro. Qual? _____

2) (Assinale as alternativas que se aplicam) O dinheiro que ganha fora da atividade agrícola você utiliza nas despesas:

a) da família dos seus pais (pai/mãe, irmãos, etc.)

b) da sua família atual (esposa/marido, filhos, etc.)

c) da agricultura. Qual atividade? _____

d) da pecuária de leite

e) parte dele é poupado

f) pessoais

3) Você trabalha na propriedade de seus pais/parente? a) sim; b) não.
Caso afirmativo, que tipo de trabalho faz? _____

Caso afirmativo, quanto recebe? _____

4) E tem planos para trabalhar com agricultura? a) sim; b) não.
Por quê? _____

Caso afirmativo, qual atividade (fruticultura, horta, etc.)? _____

5) Tem planos para trabalhar com a pecuária de leite? a) sim; b) não.
Por quê? _____

6) No futuro, em que pretende trabalhar? _____

7) O município oferece oportunidades de trabalho para você? a) sim; b) não.
Quais trabalhos são possíveis para você no município? _____

Quais as atividades em que já trabalhou? _____

8) Você tem planos de morar na propriedade? a) sim; b) não.
Por quê? _____

9) No futuro, onde pretende morar? _____

10) Você acha que o ‘trabalho da cidade’ atrai o jovem rural? a) sim; b) não.
Caso afirmativo, o que atrai um jovem rural a trabalhar na cidade? _____

11) Você acha que a ‘vida da cidade’ atrai o jovem rural? a) sim; b) não.
Caso afirmativo, o que atrai um jovem rural a morar na cidade? _____

ANEXO:

Plano Diretor de Ubá

O Plano Diretor de Ubá (instituído pela Lei Complementar nº 099 de 17/1/08) traz no capítulo 1 as diretrizes do desenvolvimento econômico municipal (PREFEITURA DE UBÁ, 2009b):

“I - racionalizar o uso do solo no território municipal, compatibilizando o desenvolvimento econômico com a preservação cultural e a proteção do meio ambiente;

II - buscar a promoção do bem-estar social;

III - estimular a multiplicidade e diversidade de usos;

IV - estimular o artesanato, as atividades de produção em cooperativas, as pequenas e microempresas locais, em especial para as atividades produtivas para as quais o município encontra-se vocacionado ou apresente vantagens comparativas;

V - apoiar o desenvolvimento do setor primário do município, visando sua diversificação e à consolidação de unidades produtivas baseadas em formas associativas, favorecendo a inserção das populações ligadas à produção agrícola e/ou artesanal na economia municipal, visando à melhoria das suas condições de vida;

VI - apoiar o desenvolvimento do setor secundário e terciário do município, visando à sua diversificação e à consolidação de unidades produtivas e prestadoras de serviços, favorecendo sua inserção no modelo de desenvolvimento regional;

VII - induzir a localização no município das empresas da indústria de transformação geradoras de emprego e das demandantes dos produtos do setor primário local;

VIII - ampliar e diversificar a indústria de transformação local através do estímulo à complementaridade das cadeias produtivas das empresas em atividades no município.”